



PODER LEGISLATIVO

ESTADO DO MARANHÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



Servidor

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA

DFD nº 068/2025 – DAAC/CMI

Pelo presente instrumento, encaminhe-se à consideração do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Imperatriz - MA o Documento de Oficialização de Demanda – DOD para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato, conforme abaixo especificado:

UNIDADE REQUISITANTE:	Departamento Administrativo e Atividades Complementares	
RESPONSÁVEL PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA:	Danyelle Walkiria Flor da Conceição	MATRÍCULA: Portaria nº 001/2025

1. Identificação da Demanda

1.1. Objeto:

- Aquisição de materiais de consumo;
- Aquisição de materiais permanente ou equipamento;
- Prestação de serviços não continuado;
- Prestação de serviços continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra;
- Prestação de serviços continuado com dedicação exclusiva de mão de obra;
- Prestação de serviços técnicos de natureza predominantemente intelectual;
- Prestação de serviços de engenharia.

1.2. O presente documento manifesta a necessidade da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.3. O objeto deverá ser executado:

1.3.1. Forma de Execução: A execução do objeto será em conformidade com as necessidades da administração, ou seja, de acordo com as quantidades constantes na “Ordem de Serviço”. Assim, o regime de execução do objeto será o de “EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO”, segundo as necessidades da administração no momento da expedição da respectiva “Ordem de Serviço”.

1.3.2. Local de Execução: A execução do objeto deverá ser no seguinte endereço: Câmara Municipal de Imperatriz – MA, sito na Rua Simplicio Moreira, nº 1185, Centro, Imperatriz – MA ou outro local designado por esta.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA

DFD nº 068/2025 – DAAC/CMI

Pelo presente instrumento, encaminhe-se à consideração do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Imperatriz - MA o Documento de Oficialização de Demanda – DOD para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato, conforme abaixo especificado:

UNIDADE REQUISITANTE:	Departamento Administrativo e Atividades Complementares	
RESPONSÁVEL PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA:	Danyelle Walkiria Flor da Conceição	MATRÍCULA: Portaria nº 001/2025

1. Identificação da Demanda

1.1. Objeto:

- Aquisição de materiais de consumo;
- Aquisição de materiais permanente ou equipamento;
- Prestação de serviços não continuado;
- Prestação de serviços continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra;
- Prestação de serviços continuado com dedicação exclusiva de mão de obra;
- Prestação de serviços técnicos de natureza predominantemente intelectual;
- Prestação de serviços de engenharia.

1.2. O presente documento manifesta a necessidade da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.3. O objeto deverá ser executado:

1.3.1. Forma de Execução: A execução do objeto será em conformidade com as necessidades da administração, ou seja, de acordo com as quantidades constantes na “**Ordem de Serviço**”. Assim, o regime de execução do objeto será o de “EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO”, segundo as necessidades da administração no momento da expedição da respectiva “Ordem de Serviço”.

1.3.2. Local de Execução: A execução do objeto deverá ser no seguinte endereço: Câmara Municipal de Imperatriz – MA, sito na Rua Simplício Moreira, nº 1185, Centro, Imperatriz – MA ou outro local designado por esta.



PODER LEGISLATIVO

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



1.3.3. Prazo de Execução: O prazo de execução do objeto será de doze meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de dez anos, nos moldes do que preconizam os arts. 106 e 107, da Lei nº 14.133/21.

1.3.4. Prazo de Garantia: A contratada deverá observar o disposto na Lei nº 8.078/90 - CDC.

1.3.5. Necessidade de Profissional/suporte técnico especializado:

A prestação de serviços de fornecimento de link de acesso à internet via fibra óptica, com disponibilização de equipamentos em regime de comodato demanda acompanhamento técnico especializado haja vista a complexidade envolvida na instalação, manutenção, configuração e monitoramento da infraestrutura de rede. A continuidade dos serviços de conectividade é essencial para o regular funcionamento das atividades administrativas e legislativas do Poder Legislativo Municipal, que dependem de acesso ininterrupto à internet para comunicações institucionais, tramitação eletrônica de documentos, transmissões de sessões plenárias e operação dos sistemas informatizados internos.

Nesse contexto, é imprescindível que a empresa contratada disponha de profissional técnico capacitado e habilitado para supervisionar e executar as ações necessárias à implementação e ao suporte dos serviços contratados, atendendo prontamente a eventuais falhas, interrupções ou ajustes de configuração nos equipamentos fornecidos. A presença de suporte técnico especializado visa garantir a observância aos princípios da continuidade do serviço público, da eficiência e da economicidade, conforme previsto no artigo 11 da Lei nº 14.133/2021.

Além disso, o acompanhamento técnico permanente assegura a aderência do serviço contratado aos parâmetros de desempenho e qualidade exigidos nos anexos do termo de referência ou projeto básico, em consonância com o artigo 18, da Lei nº 14.133/2021. Tal exigência contribui para mitigar riscos contratuais, prevenir prejuízos decorrentes de falhas no serviço e viabilizar o cumprimento das metas de desempenho estabelecidas pela Administração Pública.

Dessa forma, justifica-se a necessidade de que a empresa contratada mantenha à disposição da Câmara Municipal profissional técnico especializado para o acompanhamento e execução dos serviços de fornecimento de link de internet, durante toda a vigência contratual, garantindo o adequado suporte técnico-operacional e o pleno atendimento às demandas do órgão contratante.

1.3.6. Imediato ou Cronograma: A execução do objeto seguirá um cronograma de execução definido em conjunto com a contratante, de forma a otimizar o processo e garantir a qualidade.

1.3.7. Informações Adicionais: A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e pessoal necessários à perfeita execução contratual.



PODER LEGISLATIVO

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



2. Justificativa da Necessidade de Contratação e Essencialidade dos Serviços

2.1. A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso à internet, via fibra óptica, com disponibilização de equipamentos em regime de comodato, mostra-se medida indispensável para o adequado funcionamento das atividades administrativas e legislativas do Poder Legislativo Municipal.

2.2. A conectividade estável e de alta capacidade constitui requisito essencial para a execução das rotinas administrativas, financeiras e operacionais da instituição, uma vez que diversos sistemas e plataformas governamentais exigem acesso contínuo à rede mundial de computadores. Entre essas atividades, destacam-se o encaminhamento de informações aos órgãos de controle externo (como Tribunais de Contas e Ministério Público), a alimentação regular do Portal da Transparência, a emissão de empenhos, liquidações e pagamentos de despesas públicas, bem como o trâmite interno de documentos e processos eletrônicos.

2.3. A inexistência de um link de internet com qualidade, estabilidade e segurança tecnológica compromete diretamente a efetividade das ações administrativas, podendo gerar prejuízos à publicidade e à transparência das informações públicas, princípios basilares da Administração Pública previstos no artigo 37, caput, da Constituição Federal. Além disso, a adequada prestação do serviço público legislativo demanda disponibilidade ininterrupta de rede para garantir a transmissão de sessões plenárias, o acesso remoto a sistemas de votação e gestão legislativa, e a manutenção da comunicação institucional com a sociedade e demais órgãos públicos.

2.4. Assim, a contratação proposta visa assegurar a continuidade e eficiência das atividades desta Casa de Leis, bem como o cumprimento das exigências legais relativas à transparência, ao controle social e à boa governança pública.

2.5. O objeto demandado consta da listagem do Plano Anual de Contratações da Câmara Municipal de Imperatriz – MA, no exercício de 2025.

3. Quantidade do Objeto

3.1. Para atender a demanda pelo período anual se estima o consumo, conforme as quantidades estabelecidas na tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	QTD MESES
1	Fornecimento de link de 01 (um) Gb simétrico, com redundância de rotas distintas para acesso à internet via fibra óptica	LINK	2	12
2	Equipamentos em regime de comodato: Ponto de Acesso de Wi-Fi 6 com as seguintes características mínimas: Cobertura de até 175 mts, 32 SSID, 256 clientes simultâneos por equipamento , PoE, Controladora em nuvem, qualidade do serviço: 802.11 e/WMM, VLAN, ToS, Suporte de Teto, Tecnologia MU-MIMO 2x2:2 2.4 GHz 3x3:2 5 GHz de Banda Dupla com xtra range, 5 antenas individuais, Padrões de Wi-Fi: IEEE 802.11 a/b/g/n/c/ax, Velocidade Agregada de 3 Gbps, porta cabeada de 1 Gigabite, rede Mesh, Portais Cativos.	UND	33	





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



3.2. Estimou-se a quantidade do(s) item(ns) a ser(em) contratado(s) com base em necessidades solicitadas pelos setores competentes, com especial ênfase ao Departamento de Tecnologia da Informação e Manutenção. No entanto, esta poderá ser realinhada conforme conclusões obtidas nos Estudos Técnicos Preliminares.


4. Previsão de Data em que Deve Iniciar a Execução do Objeto:

- 4.1. A execução do objeto está prevista para iniciar a partir do mês de dezembro de 2025.
- 4.2. A data prevista poderá sofrer alterações considerando a dinâmica administrativa e os trâmites para a consecução da contratação.
- 4.3. O futuro contratado deverá iniciar a execução do objeto no prazo indicado na Ordem de Serviço.

5. Indicação do Servidor ou Equipe que irá elaborar o Estudo Técnico Preliminar

IDENTIFICAÇÃO DO INTEGRANTE	
NOME DO SERVIDOR	Deivon de Aguiar Santos
MATRÍCULA	PORTARIA/GRAT/PR nº 001/2025
LOTAÇÃO	Assessor do Departamento Administrativo Responsável pelo Estudo Técnico Preliminar

5.1. Os servidores acima foram cientificados acerca da atribuição constante neste item conforme assinatura a seguir:


Deivon de Aguiar Santos
Assessor do Departamento Administrativo
Responsável pelo Estudo Técnico Preliminar
PORTARIA/GRAT/PR nº 001/2025

6. Indicação do Servidor ou Comissão que irá Atuar na Fiscalização da Contratação

IDENTIFICAÇÃO DO INTEGRANTE	
NOME DO SERVIDOR	Dejamir Sousa Silva
MATRÍCULA	PORTARIA /DIV/PR Nº 015/2025
LOTAÇÃO	Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Manutenção



PODER LEGISLATIVO

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



6.1. O servidor acima foi cientificado da atribuição constante neste item conforme assinatura a seguir:

Dejamir Sousa Silva
Fiscal do Contrato
PORTARIA/DIV/PR nº 015/2025

7. Responsabilidade pela Formalização da Demanda e Conteúdo do Documento

7.1. Certifico que a formalização da demanda acima identificada se faz necessária pelos motivos expostos no presente documento, e que este traz os conteúdos previstos na Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, conforme modelo constante no Anexo II daquela IN.

7.2. Ademais, atesto ser verdade as informações descritas neste instrumento.

7.3. Diante do exposto, submeto-lhe o presente Documento de Formalização de Demanda para apreciação e aprovação para que, por fim, se dê os demais encaminhamentos pertinentes. Vindo a aprová-lo, queira encaminhá-lo para autoridade competente.

Imperatriz/MA, 08 de dezembro de 2025

Danyelle Walkiria Flor da Conceição
Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares
Portaria nº 001/2025

Autoridade Superior:

<p>Declaro que estou ciente da demanda e autorizo o prosseguimento do feito.</p> <p>Data: ____/____/____</p> <p>Assinatura: _____</p>	<p>Declaro que estou ciente da demanda. No entanto, não autorizo o prosseguimento do feito, pelas razões em anexo.</p> <p>Data: ____/____/____</p> <p>Assinatura: _____</p>
---	---



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ETP nº 039/2025 – DAAC/CMI

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que melhor atenderá à necessidade descrita abaixo. O objetivo principal é identificar a necessidade e verificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Este documento visa auxiliar o Departamento Administrativo e Atividades Complementares no planejamento da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato.

Ademais, como documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, este instrumento tem por finalidade caracterizar o interesse público envolvido, identificar a melhor solução dentre as possíveis e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização de Demanda – DFD nº 068/2025 – DAAC/CMI, Processo Administrativo nº 103/2025, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo Termo de Referência ou Projeto Básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

- 1.1. Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso à internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato.
- 1.2. Modalidade de licitação a ser adotada:** Pregão, na forma eletrônica.
- 1.3. Critério de julgamento:** Menor preço.
- 1.4. Critério de adjudicação:** Global.
- 1.5. Registro de preços:** Não



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

2. JUSTIFICATIVAS

2.1. Para a contratação:

2.1.1. A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso à internet, via fibra óptica, com disponibilização de equipamentos em regime de comodato, mostra-se medida indispensável para o adequado funcionamento das atividades administrativas e legislativas do Poder Legislativo Municipal.

2.1.2. A conectividade estável e de alta capacidade constitui requisito essencial para a execução das rotinas administrativas, financeiras e operacionais da instituição, uma vez que diversos sistemas e plataformas governamentais exigem acesso contínuo à rede mundial de computadores. Entre essas atividades, destacam-se o encaminhamento de informações aos órgãos de controle externo (como Tribunais de Contas e Ministério Público), a alimentação regular do Portal da Transparência, a emissão de empenhos, liquidações e pagamentos de despesas públicas, bem como o trâmite interno de documentos e processos eletrônicos.

2.1.3. A inexistência de um link de internet com qualidade, estabilidade e segurança tecnológica compromete diretamente a efetividade das ações administrativas, podendo gerar prejuízos à publicidade e à transparência das informações públicas, princípios basilares da Administração Pública previstos no artigo 37, caput, da Constituição Federal. Além disso, a adequada prestação do serviço público legislativo demanda disponibilidade ininterrupta de rede para garantir a transmissão de sessões plenárias, o acesso remoto a sistemas de votação e gestão legislativa, e a manutenção da comunicação institucional com a sociedade e demais órgãos públicos.

2.1.4. Assim, a contratação proposta visa assegurar a continuidade e eficiência das atividades desta Casa de Leis, bem como o cumprimento das exigências legais relativas à transparência, ao controle social e à boa governança pública.

2.1.5. Ante o exposto, justifica-se a contratação dos serviços supra, objeto deste instrumento.

2.1.6. A contratação de uma empresa especializada é fundamental para garantir a qualidade dos serviços e a segurança dos usuários. A empresa deverá possuir:

2.1.6.1. Profissionais qualificados: A prestação de serviços de fornecimento de link de acesso à internet via fibra óptica, com disponibilização de equipamentos em regime de comodato demanda acompanhamento técnico especializado haja vista a complexidade envolvida na





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

instalação, manutenção, configuração e monitoramento da infraestrutura de rede. **A continuidade dos serviços de conectividade é essencial para o regular funcionamento das atividades administrativas e legislativas do Poder Legislativo Municipal**, que dependem de **acesso ininterrupto à internet para comunicações institucionais, tramitação eletrônica de documentos, transmissões de sessões plenárias e operação dos sistemas informatizados internos**.

Nesse contexto, é imprescindível que a empresa contratada disponha de profissional técnico capacitado e habilitado para supervisionar e executar as ações necessárias à implementação e ao suporte dos serviços contratados, atendendo prontamente a eventuais falhas, interrupções ou ajustes de configuração nos equipamentos fornecidos. A presença de suporte técnico especializado visa garantir a observância aos princípios da continuidade do serviço público, da eficiência e da economicidade, conforme previsto no artigo 11 da Lei nº 14.133/2021.

Além disso, o acompanhamento técnico permanente assegura a aderência do serviço contratado aos parâmetros de desempenho e qualidade exigidos nos anexos do termo de referência ou projeto básico, em consonância com o artigo 18, da Lei nº 14.133/2021. Tal exigência contribui para mitigar riscos contratuais, prevenir prejuízos decorrentes de falhas no serviço e viabilizar o cumprimento das metas de desempenho estabelecidas pela Administração Pública.

Dessa forma, justifica-se a necessidade de que a empresa contratada mantenha à disposição da Câmara Municipal profissional técnico especializado para o acompanhamento e execução dos serviços de fornecimento de link de internet, durante toda a vigência contratual, garantindo o adequado suporte técnico-operacional e o pleno atendimento às demandas do órgão contratante.

Qualificação Técnica-Profissional: comprovação de a interessada em contratar com a administração possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, ao menos um Engenheiro (Eletricista, de Telecomunicações ou Eletrônico) ou Técnico Habilitado (Eletricista, de Telecomunicações ou Eletrônico), que será(ão) responsável(eis) pela execução dos serviços (Lei nº 5.194/66), detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA ou Conselho Federal dos Técnicos-CFT, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT ou Termo(s) de Responsabilidade Técnica - TRT, que comprovem ter



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

o profissional capacidade para execução de serviços com características semelhantes e de complexidade operacionais equivalentes ou superiores ao objeto deste procedimento. (**art. 67, I, da Lei nº 14.133/21**). Para a comprovação do vínculo profissional do responsável técnico com a licitante deve-se admitir a apresentação de cópia de Carteira de Trabalho (CTPS), contrato social da empresa, contrato de prestação de serviço ou, ainda, declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de anuência deste. (**ACÓRDÃO n.º 1447/2015/TCU – Plenário**).

2.1.6.2. Equipamentos adequados: Ferramentas e equipamentos modernos para realizar os serviços com eficiência e segurança.

2.1.6.3. Agilidade no atendimento: A empresa deve ser capaz de atender às demandas da Câmara Municipal com rapidez.

2.2. Previsão no Plano Anual de Contratações:

Face o exposto e em observância ao que aduz o inciso IX da IN/SEGES nº 40/2020 a contratação pretendida está em conformidade com os ditames legais, uma vez que encontra previsão no Plano Anual de Contratações para o exercício de 2025.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Sugere-se como requisitos da contratação:

3.1.6. O objeto do presente estudo abrange a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato.

3.1.7. Os serviços deverão ser executados por profissionais especializados e devidamente equipados com os EPI's adequados;

3.1.8. A contratada deverá fornecer os equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários para a perfeita prestação dos serviços especificados neste Documento, arcando inclusive com os custos de mobilização e transporte;

3.1.9. Os serviços serão executados pela empresa vencedora, não se admitindo recusa da parte daquele sob o fundamento de sobrecarga na sua capacidade.

3.1.10. Para fins de formulação da proposta comercial, as empresas licitantes deverão observar as particularidades e dificuldades inerentes à execução do objeto.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 3.1.11.** Para que o objeto seja prontamente executado, o licitante deverá comprovar que mantém sede, filial ou escritório na cidade de Imperatriz/MA, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda do Poder Legislativo Municipal, conforme prazos indicados nas “Ordens de Serviço”. Caso não possua, apresentar declaração que instalará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, filial ou escritório no Município de Imperatriz/MA, a partir da vigência do contrato.
- 3.1.12.** A prestação de serviços deverá ser iniciada em até 15 (quinze) dias após a emissão da Nota de Empenho ou Ordem de Serviço.
- 3.2. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:**
- 3.2.1.** A habilitação dos interessados deverá compreender a documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e trabalhista, à regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas federal e municipal, além do cumprimento do disposto no artigo 7º, XXXIII da Constituição Federal. Esses requisitos estão previstos nos artigos 62 e 63 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.2.2.** Considerando que a contratação de uma empresa sem experiência pode comprometer a qualidade dos serviços executados, recomenda-se que seja adotada, para fins de comprovação da capacidade técnica da contratada, a apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica Operacional, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) ou Termo(s) de Responsabilidade Técnica - TRT, que comprove ter a interessada em contratar com a administração capacidade para execução de serviços com características semelhantes e de complexidade operacionais equivalentes ou superiores ao objeto da contratação. (art. 67, II, da Lei nº 14.133/21);
- 3.2.2.1.** Considerando que o grau de complexidade do objeto a ser contratado não é elevado, recomenda-se um tempo de experiência mínimo de apenas 01 (um) ano na prestação dos serviços a serem contratados, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos. Quanto ao critério quantitativo, recomenda-se 30% (trinta por cento) do montante estimado para a contratação;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

3.2.2.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido pelo menos um ano do início da sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

3.2.2.3. Registro da empresa no CREA/CFT, em vigência.

3.2.2.4. Autorização junto à ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) para prestar os serviços especializados de SCM – Serviço de Comunicação Multimídia (Licença SCM expedida pela ANATEL, em nome da empresa adjudicatária), em vigência.

3.3. Do regime de execução

3.3.1. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário, nos termos do artigo 6º, inciso XXVIII da Lei nº 14.133/2021.

3.3.2. Na empreitada por preço unitário (art. 6º, XXVIII, Lei nº 14.133, de 2021), o valor é fixado por preço certo de unidades determinadas e os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, de modo que os riscos dos contratantes em relação a diferenças de quantitativos são menores. Tal regime é mais apropriado para os casos em que não se conhecem de antemão, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais da obra ou serviço: a execução das “unidades” se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos (TCU. Acórdão 1978, de 2013-Plenário, TC 007.109, de 2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013).

3.3.3. Na empreitada por preço global, cada parte assume, em tese, o risco de eventuais distorções nos quantitativos a serem executados, que podem ser superiores ou inferiores àqueles originalmente previstos na planilha orçamentária da contratação. Esse regime pressupõe um adequado nível de precisão das especificações e quantitativos do serviço, fornecendo aos licitantes todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna (art. 6º, XXIX, Lei nº 14.133, de 2021), para evitar distorções relevantes no decorrer da execução contratual (TCU. Acórdão 1978, de 2013-Plenário, TC 007.109, de 2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013).





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

3.3.4. No caso concreto analisado neste Estudo, a escolha do regime de execução "Empreitada por Preço Unitário" se deve aos seguintes fatores:

- a) O estudo aponta para a escolha de uma modalidade flexível que remunera apenas o serviço efetivamente executado, ou seja, os custos serão mensurados por serviço prestado e demandado pela fiscalização do contrato. Este modelo permite a redução dos custos inerentes à execução dos serviços e tem demonstrado eficácia para o processo de pagamento e controle.
- b) Embora tenha sido realizada uma estimativa da quantidade de serviços a serem executados periodicamente, não se conhece previamente, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais dos serviços a serem realizados, de modo que a mensuração quantitativa será obtida após a realização de medições periódicas, a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos. Nesse sentido, o valor a ser pago será calculado a partir da quantidade de serviços realizados e do respectivo custo unitário, previamente definido para cada tipo de serviço.

4. DO PROCEDIMENTO PARA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As quantidades a serem contratadas, inicialmente foram estimadas em consonância com os serviços prestados nos exercícios financeiros anteriores, bem como as demandas e levantamentos realizados pelos setores administrativos do Poder Legislativo Municipal, com especial ênfase ao Departamento de Tecnologia da Informação e Manutenção.

Tabela 01: Levantamento consolidado dos serviços

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	QTD MESES
1	Serviço de Link Dedicado Internet Banda Larga – 1.000 Mbps - Circuitos dedicados com /29, sem compartilhamento, full duplex, disponibilidade mínima de 99,9% com tecnologia de fibra óptica.	LINK	2	12
2	Equipamentos em regime de comodato: Ponto de Acesso de Wi-Fi 6 com as seguintes características mínimas: Cobertura de até 175 mts, 32 SSID, 256 clientes	UND	33	12





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

simultâneos por equipamento , PoE, Controladora em nuvem, qualidade do serviço: 802.11 e/WMM, VLAN, ToS, Suporte de Teto, Tecnologia MU-MIMO 2x2:2 2.4 GHz 3x3:2 5 GHz de Banda Dupla com xtra range, 5 antenas individuais, Padrões de Wi-Fi: IEEE 802.11 a/b/g/n/c/ax, Velocidade Agregada de 3 Gbps, porta cabeada de 1 Gigabite, rede Mesh, Portais Cativos.			
---	--	--	--

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

1. A empresa contratada será responsável pela prestação de serviços de acesso à internet banda larga, com as seguintes especificações e condições:
 - a) **Fornecimento de Link Dedicado:** O acesso à internet deve ser dedicado, com garantia de banda contratada, sem compartilhamento e disponibilizado em modo full duplex.
 - b) **Tecnologia de Conexão:** Todos os pontos de acesso devem ser atendidos via fibra óptica, garantindo alta velocidade e estabilidade na conexão.
 - c) **Nível de Serviço (SLA):** Garantia de disponibilidade mínima de 99,9%, com suporte técnico 24 horas por dia, 7 dias por semana.
 - d) **Monitoramento e Manutenção:** O serviço deve ser monitorado continuamente. Falhas devem ser identificadas proativamente pela contratada, com informação ao adjudicante em até 30 minutos e previsão de resolução imediata.
 - e) **Equipamentos Inclusos:** Fornecimento, instalação e manutenção de todos os equipamentos necessários (ONT/ONU e os descritos no item 02 da tabela 01) serão de responsabilidade da adjudicatária, em regime de comodato.
 - f) **Ajustes de Banda:** Alterações na velocidade contratada, em até 25%, deverão ser realizadas remotamente pela prestadora em até 24 horas a partir da solicitação do Poder Legislativo.
 - g) **Relatórios Periódicos:** A prestadora deverá fornecer relatórios mensais detalhando o desempenho do serviço, incluindo dados de disponibilidade, interrupções e manutenções realizadas.





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

As soluções de mercado disponíveis apresentadas neste item e que atendam aos requisitos da contratação foram pesquisadas considerando o parâmetro IV do artigo 5º da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021 e suas alterações.

5.2. Análise das soluções:

5.2.1. Consultando-se os modelos utilizados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, bem como as práticas atuais do mercado privado para execução dos serviços em questão, identificou-se as seguintes soluções para atendimento da necessidade a que se refere o presente estudo.

5.2.2. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso à internet, via fibra óptica, com disponibilização de equipamentos em regime de comodato.

5.2.2.1. É o modelo mais adotado por instituições públicas e privadas na contratação de serviços de fornecimento de link de acesso à internet, posto tratar-se de serviço comum cuja execução não implica em elevado grau de complexidade.

Vantagens	Desvantagens	Riscos
<ul style="list-style-type: none">Transferência de riscos de atividade a terceiros;	<ul style="list-style-type: none">Maior vulnerabilidade ao comportamento do mercado.	<ul style="list-style-type: none">Não se aplica.

5.3. Identificação das soluções:

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (OU CENÁRIO)	
1	Abertura de processo licitatório para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato.





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

5.4. Análise comparativa das soluções:

REQUISITO	SOLUÇÃO	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	X		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de <i>software</i>).	Solução 1			X
A Solução é composta por <i>software</i> livre ou <i>software</i> público? (quando se tratar de <i>software</i>).	Solução 1			X
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG? (quando se tratar de <i>software</i>).	Solução 1			X
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital).	Solução 1			X
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos).	Solução 1			X





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Haverá a necessidade de capacitação de servidores para a execução da contratação?	Solução 1		X	
Haverá a necessidade de adequação do espaço físico da instituição para execução da solução?	Solução 1		X	
Haverá necessidade de aquisição de bens pela instituição para execução da solução?	Solução 1		X	

5.5. Pesquisa de mercado:

5.5.1. Para realizar a pesquisa de mercado e a definição dos preços foram verificados preços públicos decorrentes de licitações realizadas, a busca de contratos vigentes de objeto similar e atas de registro de preços. Os documentos relativos à pesquisa de preços estão contidos no Anexo II.

5.5.2. No quadro a seguir, apresenta-se as propostas recebidas para a Solução e a média dos valores por item:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	QTD MESES	P. UNT.
1	Serviço de Link Dedicado Internet Banda Larga – 1.000 Mbps - Circuitos dedicados com /29, sem compartilhamento, full duplex, disponibilidade mínima de 99,9% com tecnologia de fibra óptica	LINK	2	12	2.712,85
2	Equipamentos em regime de comodato: Ponto de Acesso de Wi-Fi 6 com as seguintes características mínimas: Cobertura de até 175 mts, 32 SSID, 256 clientes simultâneos por equipamento, PoE, Controladora em nuvem, qualidade do serviço: 802.11 e/WMM, VLAN, ToS, Suporte de Teto, Tecnologia MU-MIMO 2x2:2 2.4 GHz 3x3:2 5 GHz de Banda Dupla com xtra range, 5 antenas individuais, Padrões de Wi-Fi: IEEE 802.11 a/b/g/n/c/ax, Velocidade Agregada de 3 Gbps, porta cabeada de 1 Gigabite, rede Mesh, Portais Cativos.	UND	33	12	150,88





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

5.6. Soluções identificadas como inviáveis:

Não houve soluções consideradas inviáveis.

5.7. Análise comparativa de custos:

Solução – A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato, apresentou a seguinte pesquisa de mercado, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	QTD MESES	V. UNT.	V. TOTAL
1	Serviço de Link Dedicado Internet Banda Larga – 1.000 Mbps - Circuitos dedicados com /29, sem compartilhamento, full duplex, disponibilidade mínima de 99,9% com tecnologia de fibra óptica	LINK	2	12	2.712,85	65.108,40
2	Equipamentos em regime de comodato: Ponto de Acesso de Wi-Fi 6 com as seguintes características mínimas: Cobertura de até 175 mts, 32 SSID, 256 clientes simultâneos por equipamento, PoE, Controladora em nuvem, qualidade do serviço: 802.11 e/WMM, VLAN, ToS, Suporte de Teto, Tecnologia MU-MIMO 2x2:2 2.4 GHz 3x3:2 5 GHz de Banda Dupla com xtra range, 5 antenas individuais, Padrões de Wi-Fi: IEEE 802.11 a/b/g/n/c/ax, Velocidade Agregada de 3 Gbps, porta cabeada de 1 Gigabite, rede Mesh, Portais Cativos.	UND	33	12	150,88	59.748,48
TOTAL						124.856,88

Pesquisa: O valor obtido na pesquisa é proveniente da consulta realizada junto ao Banco de Preços, o qual trouxe à baila mais de três contratos firmados, conforme a coluna **P. UNT** da tabela supra.

Conclusão: O valor total estimado para a contratação totaliza **RS 124.856,88 (cento e vinte e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos)**.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.2. Considerando o estudo realizado e levantamento das soluções possíveis para o suprimento da necessidade em questão, considerou-se a mais adequada e economicamente viável, a(s) seguinte(s) solução(ões):





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 6.2.1.** O objeto da contratação abrange a prestação de serviços de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato.
- 6.2.2.** Para esse tipo de serviço optou-se por uma solução que remunere apenas o serviço efetivamente executado, cuja demanda deverá ser previamente ordenada pela fiscalização do contrato. Essa modalidade tem demonstrado eficácia para o processo de pagamento e controle da execução contratual.
- 6.2.3.** Considerando tratar-se de serviços essenciais, o prazo de vigência da contratação será de doze meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107, da Lei n° 14.133, de 2021.

7. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO/AGRUPAMENTO DE ITENS

7.1. O parcelamento da solução não é recomendável ante a indivisibilidade do objeto por itens. A contratação de serviço de fornecimento de link de acesso à internet via fibra óptica, com cessão de equipamentos em comodato, exige uma análise técnica que justifique a impossibilidade de fracionamento do objeto entre diferentes fornecedores, sob pena de comprometer a qualidade, a segurança e a gestão do serviço prestado ao Poder Legislativo Municipal.

1. Natureza integrada do serviço e dos equipamentos

O serviço de fornecimento de link de internet via fibra óptica é, por sua própria natureza técnica, um serviço de telecomunicações integrado, em que o link (conectividade) e os equipamentos de acesso (como ONU, roteadores, switches e demais dispositivos de terminação) funcionam como um conjunto único e interdependente. A Lei n.º 9.472/1997 (Lei Geral das Telecomunicações) define o serviço de telecomunicações como o conjunto de atividades que envolve a transmissão, emissão ou recepção de sinais, por meio de sistemas de telecomunicações, o que pressupõe a integração entre infraestrutura física, equipamentos e configurações técnicas. No caso de link via fibra óptica, os equipamentos fornecidos em comodato são específicos para o tipo de tecnologia, protocolo e rede da prestadora vencedora do certame. Equipamentos de diferentes fornecedores, mesmo que compatíveis em tese, exigem configurações distintas, firmware específico, políticas de segurança e padrões de monitoramento, o que inviabiliza a operação conjunta em uma mesma rede.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

2. Inviabilidade técnica da divisão entre link e equipamentos

A divisão do objeto em dois contratos distintos — um para o fornecimento do link e outro para a cessão de equipamentos em comodato — apresenta sérias dificuldades técnicas e operacionais:

- **Incompatibilidade técnica:** Equipamentos de diferentes fornecedores podem não ser compatíveis com a tecnologia de fibra óptica adotada pela empresa que vencer o fornecimento do link, o que pode gerar falhas de conexão, instabilidade, perda de pacotes e indisponibilidade do serviço.
- **Responsabilidade fragmentada:** Em caso de falha no serviço (queda de link, lentidão, intermitência), a atribuição de responsabilidade torna-se complexa. A empresa do link pode alegar defeito no equipamento, e a empresa do comodato pode alegar problema na rede, o que prejudica a gestão e a prestação de contas.
- **Dificuldade de gestão e manutenção:** A administração teria de lidar com dois contratos, dois prazos, duas garantias e dois canais de atendimento. Isso aumenta a complexidade da gestão, sobrecarrega a equipe técnica e reduz a eficiência na resolução de incidentes.

3. Necessidade de gestão unificada e qualidade do serviço

Para garantir a excelência do serviço de internet, é essencial que a prestação seja feita por uma única empresa, responsável por:

- Fornecer o link de fibra óptica com as características técnicas exigidas (banda larga, baixa latência, alta disponibilidade);
- Fornecer os equipamentos de acesso em comodato, compatíveis com sua rede e tecnologia;
- Configurar, monitorar e manter todo o conjunto (link + equipamentos);
- Garantir a continuidade do serviço, com suporte técnico integrado e responsabilidade única por eventuais falhas.

A gestão unificada facilita a fiscalização e a aplicação de penalidades, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações).

5. Conclusão da justificativa

Diante do exposto, conclui-se que:





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- O serviço de fornecimento de link de internet via fibra óptica com cessão de equipamentos em comodato é, por natureza, um serviço técnico integrado e interdependente;
- A divisão do objeto entre empresas distintas para o fornecimento do link e para a cessão dos equipamentos é tecnicamente inviável, pois gera incompatibilidade, fragmentação de responsabilidades e dificuldade de gestão;
- A contratação unificada, por meio de um único contrato, é a forma que garante a qualidade, a segurança, a continuidade do serviço e a eficiência administrativa do Poder Legislativo Municipal.

7.2. Por isso, justifica-se a contratação de empresa especializada para a prestação do serviço de forma integrada, sem possibilidade de fracionamento do objeto entre fornecedores distintos.

8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS OBTIDOS

8.2. Dentre os benefícios a serem alcançados com a contratação, podemos destacar o seguinte:

- a) A contratação integrada do link de acesso à internet via fibra óptica, com cessão de equipamentos em comodato, proporcionará resultados concretos em termos de qualidade do serviço, economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, em consonância com o art. 18, §1º, IX, da Lei 14.133/2021. Acarretará no aumento da disponibilidade do serviço, redução de ocorrências de interrupção e maior agilidade no suporte técnico, em razão da existência de um único responsável por toda a solução (link e equipamentos), o que simplificará o atendimento e a resolução de incidentes.
- b) Do ponto de vista econômico e de gestão, a unificação do objeto em um só contrato reduzirá custos indiretos de administração contratual (menor tempo despendido com gestão, fiscalização e solução de conflitos entre fornecedores) e mitigará riscos de incompatibilidade entre equipamentos e infraestrutura de rede, evitando retrabalho, deslocamentos técnicos repetidos e desperdício de recursos públicos. Ademais, o modelo adotado favorecerá a padronização dos equipamentos, facilitando inventário, controle patrimonial e planejamento de futuras manutenções, o que contribui para maior



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

eficiência e continuidade dos serviços essenciais prestados pelo Poder Legislativo Municipal à população.

9. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

9.1. Para melhor execução do serviço contratado é necessário que a instituição faça um cronograma de execução dos serviços com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data designada para o início da execução contratual.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor total estimado para a contratação da solução é de **R\$ 124.856,88 (cento e vinte e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos)**, conforme quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	QTD MESES	V. UNT.	V. TOTAL
1	Serviço de Link Dedicado Internet Banda Larga – 1.000 Mbps - Circuitos dedicados com /29, sem compartilhamento, full duplex, disponibilidade mínima de 99,9% com tecnologia de fibra óptica	LINK	2	12	2.712,85	65.108,40
2	Equipamentos em regime de comodato: Ponto de Acesso de Wi-Fi 6 com as seguintes características mínimas: Cobertura de até 175 mts, 32 SSID, 256 clientes simultâneos por equipamento, PoE, Controladora em nuvem, qualidade do serviço: 802.11 e/WMM, VLAN, ToS, Suporte de Teto, Tecnologia MU-MIMO 2x2:2.4 GHz 3x3:2.5 GHz de Banda Dupla com xtra range, 5 antenas individuais, Padrões de Wi-Fi: IEEE 802.11 a/b/g/n/c/ax, Velocidade Agregada de 3 Gbps, porta cabeada de 1 Gigabite, rede Mesh, Portais Cativos.	UND	33	12	150,88	59.748,48
TOTAL						124.856,88

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

11.1. Não há contratações que guardam relação/afinidade com o objeto da contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. O princípio do desenvolvimento nacional sustentável está previsto na nova Lei de Licitações (14.133/2021), em seus artigos 5º e 11:

"Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - ...

IV - Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável."

12.2. A Administração Pública deve seguir diretrizes previstas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª edição, link <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>), de setembro de 2023, da Advocacia Geral da União.

12.3. Nesse sentido, após a devida consulta do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis destacamos a inexistência de quaisquer recomendações específicas acerca da contratação do objeto, sem prejuízo de que a contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com os artigos 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

12.4. Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis.

12.5. Visar economia na utilização de máquinas, equipamentos e ferramentas contribuindo para a redução do consumo de energia, bem como na utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, em conformidade com a Lei de Eficiência Energética nº



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

10.295/01 e o decreto nº 10.779/2021, que estabelece medidas para a redução do consumo de energia elétrica no âmbito da administração pública federal, aplicável subsidiariamente *in casu*.

12.6. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários à execução dos serviços e realizar programas internos de treinamento de seus empregados, nos primeiros meses de execução contratual, para as práticas de sustentabilidade, observadas as normas ambientais vigentes.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A viabilidade da contratação se justifica, pois ao longo do estudo verificou-se que a solução proposta se mostra mais adequada, econômica e eficiente para o atendimento da necessidade apresentada.


Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Esta equipe de planejamento declara **inviável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

13.1. Aprovação e assinatura:

Em vista das informações apresentadas neste documento e considerando que foram cumpridos todos os requisitos para sua elaboração, estão de acordo com as soluções os agentes públicos signatários.

Imperatriz - MA, 08 de dezembro de 2025


Deivon de Aguiar Santos
Assessor do Departamento Administrativo
Responsável pelo Estudo Técnico Preliminar
PORTARIA/GRAT/PR nº 001/2025




ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Aprovação da Autoridade Competente:

Considerando a declaração de viabilidade de contratação dos setores técnicos,
APROVO o Estudo Técnico Preliminar, na forma da Lei.

Imperatriz-MA, 08 de 12 de 2025


Adhemar Alves de Freitas Júnior
Presidente da Câmara Municipal



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ANEXO I

MAPA DE RISCOS

FASE DE ANÁLISE

- (X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
(X) Gestão do Contrato

ANÁLISE DE RISCOS

RISCO 01: Elaboração dos documentos da etapa preparatória com especificações técnicas inadequadas			
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
ID	Dano		
1.	Impugnação do edital; atraso no processo licitatório; anulação da licitação; prejuízo financeiro e danos à imagem do órgão		
ID	Ação Preventiva	Responsável	Período
1.	Revisão do edital por equipe multidisciplinar; utilização de modelos de editais atualizados; consulta aos órgãos de controle; treinamento da equipe responsável pela elaboração do edital	Equipe de planejamento	Fase preparatória
ID	Ação de Contingência	Responsável	Período
1.	Correção imediata do edital, se possível; suspensão do processo licitatório para revisão do	Agente de Contratação	Fase preparatória ou imediato à



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

	edital; divulgação de comunicado esclarecendo as correções		identificação da falha
--	--	--	------------------------

RISCO 02: Impugnação do edital por licitantes			
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
ID	Dano		
1.	Atraso no processo licitatório; necessidade de revisão do edital; aumento dos custos do processo		
ID	Ação Preventiva	Responsável	Período
1.	Elaboração de edital claro e objetivo; divulgação do edital com antecedência; disponibilização de canal para esclarecimentos de dúvidas	Equipe de planejamento/ Agente de Contratação	Fase preparatória/ Seleção do Fornecedor
ID	Ação de Contingência	Responsável	Período
1.	Análise criteriosa da impugnação; decisão fundamentada sobre a impugnação; divulgação da decisão aos licitantes.	Agente de Contratação	Seleção do Fornecedor

RISCO 03: Desistência dos licitantes após a fase de habilitação			
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
ID	Dano		



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1.	Atraso no processo licitatório; necessidade de contratação de remanescente; possibilidade de reabertura da licitação		
ID	Ação Preventiva	Responsável	Período
1.	Análise criteriosa da documentação de habilitação; verificação da capacidade técnica e financeira dos licitantes.	Agente de Contratação	Seleção do Fornecedor
ID	Ação de Contingência	Responsável	Período
1.	Convocação do próximo licitante classificado; reabertura da licitação, se necessário	Agente de Contratação	Seleção do Fornecedor

RISCO 04: Não cumprimento do contrato pelo fornecedor vencedor			
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
ID	Dano		
1.	Prejuízo financeiro; Danos à imagem do órgão; Necessidade de nova licitação		
ID	Ação Preventiva	Responsável	Período
1.	Análise criteriosa das propostas dos licitantes; verificação da capacidade técnica e financeira dos licitantes; elaboração de contrato detalhado e com cláusulas claras; acompanhamento da execução do contrato.	Gestor do Contrato	Execução contratual
ID	Ação de Contingência	Responsável	Período



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1.	Aplicação de penalidades previstas em contrato; rescisão do contrato, se necessário; abertura de nova licitação;	Gestor do Contrato	Execução contratual
----	--	--------------------	---------------------

Imperatriz - MA, 08 de dezembro de 2025.

Deivon de Aguiar Santos
Assessor do Departamento Administrativo
Responsável pelo Estudo Técnico Preliminar
PORTARIA/GRAT/PR n° 001/2025



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



ANEXO II

PESQUISAS DE PREÇOS



Câmara Municipal de Imperatriz-MA

CNPJ: 69.555.019/0001-09

Responsável: Deivon de Aguiar de Santos

Matrícula: PORT. 001/2025

Telefone: (99) 99132-9844

Departamento: Departamento Administrativo / Responsável Técnico pelo ETP



Relatório de Cotação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE LINK DE ACESSO À INTERNET VIA FIBRA ÓPTICA, COM EQUIPAMENTOS EM COMODATO.

Pesquisa realizada entre 08/12/2025 10:20:12 e 08/12/2025 10:37:17

Relatório gerado no dia 08/12/2025 10:41:15 (IP: 168.197.12.173)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que contera: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: Serviço de Link Dedicado Internet Banda Larga – 1.000 Mbps - Circuitos dedicados com /29, sem compartilhamento, full duplex, disponibilidade mínima de 99,9% com tecnologia de fibra óptica

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
10 / 181	2	R\$ 2.712,85 (un)	-	R\$ 2.712,85	52,1%	R\$ 5.425,70

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Secretaria Geral do Exército Diretoria de Assuntos Culturais Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana	Dispensa de Licitação Nº 90011/2025 UASG: 160501	29/08/2025	R\$ 1.153,99
2	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO ESP-SECRETARIA DE CIENCIA TECNOL E INOVAÇÃO ESP-INSTITUTO OCEANOGRÁFICO - USP	Dispensa de Licitação Nº 90047/2025 UASG: 102119	29/08/2025	R\$ 2.784,50
3	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA/PR	Dispensa de Licitação Nº 90010/2025 UASG: 929878	28/08/2025	R\$ 2.740,00
4	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	Dispensa de Licitação Nº 90107/2025 UASG: 158124	11/08/2025	R\$ 2.289,99
5	46.694.139/0001-83 - MUNICIPIO DE JACAREI / 1 - GERAL	46694139000183-1-000791/2025	31/07/2025	R\$ 3.000,00
6	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PIAUI	NºPregão:900032025 UASG:389175	25/07/2025	R\$ 1.820,00
7	05.442.380/0001-38 - PODER JUDICIÁRIO Justiça Federal Seção Judiciária do Distrito Federal	NºPregão:900232025 UASG:090023	09/07/2025	R\$ 3.824,50



8	54.715.094/0001-04 - Fundação Carmélia Maria de Souza de Cultura e Comunicação Pública/ES	Dispensa de Licitação N° 90007/2025 UASG: 931396	16/06/2025	R\$ 2.382,00
9	61.642.635/0001-23 - CAMARA MUNICIPAL DE CUBATAO	Dispensa de Licitação N° 90004/2025 UASG: 929425	10/04/2025	R\$ 3.300,00
Valor Unitário				R\$ 2.588,33
Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	Município de Guaporema	MG-302025- Pregão Eletrônico	02/10/2025	R\$ 3.833,50
Valor Unitário				R\$ 3.833,50
Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 2.762,25		Média dos Preços Obtidos: R\$ 2.712,85		

Item 2: Equipamentos em regime de comodato: Ponto de Acesso de Wi-Fi 6 com as seguintes características mínimas: Cobertura de até 175 mts, 32 SSID, 256 clientes

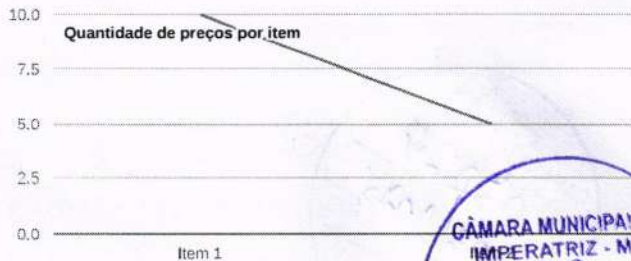
PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
5 / 25	33	R\$ 150,88 (un)	-	R\$ 150,88	47,9%	R\$ 4.979,04
Preço Compras Governamentais	Órgão Público			Identificação	Data Licitação	Preço
1	Ministério do Planejamento e Orçamento Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Unidade Estadual do IBGE no Rio Grande do Sul			Dispensa de Licitação N° 63/2025 UASG: 114625	12/09/2025	R\$ 134,98
2	PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA			N°Pregão:900562025 UASG:987809	01/08/2025	R\$ 121,00
3	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RS			N°Pregão:900552025 UASG:988841	30/07/2025	R\$ 172,50
4	02.069.808/0001-50 - ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL ANTENOR BARREIRA TO			Dispensa de Licitação N° 90005/2025 UASG: 930850	24/06/2025	R\$ 165,90
5	76.920.800/0001-92 - PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU BRAZ			N°Pregão:900082025 UASG:985421	17/06/2025	R\$ 160,00
Valor Unitário						R\$ 150,88
Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 160,00		Média dos Preços Obtidos: R\$ 150,88				

Valor Global: R\$ 10.404,74



Valor do item em relação ao total

- 1) Serviço de Link...
- 2) Equipamentos em...



Detalhamento dos Itens

Item 1: Serviço de Link Dedicado Internet Banda Larga – 1.000 Mbps - Circuitos dedicados com /29, sem compartilhamento, full duplex, disponibilidade mínima de 99,9% com tecnologia de fibra óptica

Preço Estimado: R\$ 2.712,85 (un) Percentual: - Preço Estimado Calculado: R\$ 2.712,85 Média dos Preços Obtidos: R\$ 2.712,85

Quantidade	Descrição	Observação
2 Unidades	Serviço de Link Dedicado Internet Banda Larga – 1.000 Mbps - Circuitos dedicados com /29, sem compartilhamento, full duplex, disponibilidade mínima de 99,9% com tecnologia de fibra óptica	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Finais R\$ 1.153,99
 Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

<p>Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Secretaria Geral do Exército Diretoria de Assuntos Culturais Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana</p> <p>Objeto: Aquisição de Materiais de Informática</p> <p>Descrição: Switch - SWITCH, QUANTIDADE PORTAS 8 UN, TIPO PORTAS 1000 BASE SX, VELOCIDADE PORTA 1000 MBPS, SUPORTE VLAN 3 MB, ALIMENTAÇÃO 100/240 V, FREQUÊNCIA 50/60 HZ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SUPORTE COMUTAÇÃO L3, IEEE 802-3, NONBLOKING,, APLICAÇÃO CONECTAR SERVIDORES E EQUIPAMENTOS EM REDE</p> <p>CatMat: 261521 - Switch - Quantidade Portas: 8 UN Tipo Portas: 1000 Base Sx Velocidade Porta: 1000 Mbps Suporte Vlan: 3 MB Alimentação: 100/240 V Frequência: 50/60 HZ Características Adicionais: Suporte Comutação L3, Ieee 802-3, Nonbloking, Aplicação: Conectar Servidores E Equipamentos Em Rede</p>	<p>Data: 29/08/2025 14:07</p> <p>Modalidade: Dispensa</p> <p>SRP: NÃO</p> <p>Identificação: Dispensa de Licitação Nº 90011/2025 / UASG: 160501</p> <p>Lote/Item: /5</p> <p>Ata: <u>Link Ata</u></p> <p>Homologação: 04/09/2025 19:03</p> <p>Fonte: www.gov.br/compras/pt-br</p> <p>Quantidade: 3</p> <p>Unidade: Unidade</p> <p>UF: RJ</p>
---	---

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
40.708.647/0001-97	DLB COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA EIRELI	R\$ 519,22
VENCEDOR		
Estado: RO	Cidade: Ariquemes	Endereço: AV CANAA, 3000
		Telefone: (69) 3535-3811
		Email: diblicitacoes@gmail.com
49.490.183/0001-60	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA	R\$ 567,00
Endereço: R SETE DE SETEMBRO, 643		Telefone: (46) 9119-8223
		Email: t.l.solucoes@hotmail.com
61.196.113/0001-07	61.196.113 MÁRCOS PAULO BAIÃO Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MG	R\$ 659,00
Endereço:		



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
34.934.113/0001-86	34.934.113 BIANCA FERREIRA DE LIMA NOGUEIRA UF endereço: RJ	R\$ 660,00
Endereço: 		
62.038.517/0001-27	62.038.517 GIOVANNE SANTA QUITERIA CABRAL UF endereço: BA	R\$ 700,00
Endereço: 		
51.128.297/0001-06	51.128.297 MARCIO CESAR DE MATOS GOMES UF endereço: SP	R\$ 721,59
Endereço: YOLANDA SCOTT DE OLIVEIRA, 3220		
Telefone: (16) 3727-6286		
Email: mgt.dig@gmail.com		
21.157.270/0001-80	UNIAO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA	R\$ 736,48
Estado: DF	Cidade: Brasília	Endereço: RUA AROEIRA (ST HAB PTE TERRA), S/N
Telefone: (61) 3084-7775		
Email: uniaops@brturbo.com		
52.446.210/0001-01	52.446.210 ANTHONY VIEIRA FERRARESI	R\$ 751,60
Endereço: MARIO PERNAMBUCO, 374		
Telefone: (11) 2645-9049		
Email: avfcomercioservicos@gmail.com		
42.961.053/0001-19	42.961.053 MARGO CATARINA DA SILVA RODRIGUES DE SOUSA	R\$ 887,35
Endereço: FLORA SANTOS DE SOUZA, 20		
Telefone: (21) 9858-6406		
Email: gotopemrf@gmail.com		
33.884.155/0001-97	EVANDRO GOMES FERREIRA 01619513250	R\$ 887,33
Estado: PA	Cidade: Benevides	Endereço: R NOVA ESPERANCA, 05
Nome de Contato: Evandro		
Telefone: (21) 7636-6989		
Email: ferreirab2g@gmail.com		
08.528.076/0001-04	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA	R\$ 888,00
Estado: SC	Cidade: Joinville	Endereço: RUA SILVA JARDIM, 540
Nome de Contato: Eliana Gabriela Perez Alvarez		
Telefone: (31) 99123-4567		
Email: comercial@microbusiness.com.br		
33.279.320/0001-81	33.279.320 GABRIEL FERREIRA XAVIER UF endereço: GO	R\$ 890,00
Endereço: SQS 410 BLOCO N, SN		
Telefone: (61) 9321-7923		
Email: gabrielxavier2016@gmail.com		
50.232.454/0001-66	50.232.454 ALEXSSANDRO COSTA SEABRA	R\$ 1.073,75
Endereço: 		
59.298.287/0001-20	59.298.287 YAIMA HERNANDEZ AGUERO UF endereço: ES	R\$ 1.073,76
Endereço: 		
48.040.995/0001-40	MATHEUS RIBEIRO DE LUCENA 16956913771	R\$ 1.073,84
Endereço: JOSE CESARINI, 32		
Telefone: (21) 6425-5933		
Email: luthorcomercio@gmail.com		
51.382.835/0001-94	LUMOS CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA	R\$ 1.073,98
Estado: MG	Cidade: Cássia	Endereço: RUA SILENE FARAHA, 412
Telefone: (35) 9962-1575		
Email: lumosconsultoriaitec@gmail.com		

CNPJ	Razão Social do Fornecedor					Valor da Proposta Final
48.437.027/0001-72	48.437.027 EDSON LAZDENAS					R\$ 1.074,00
Endereço:						
35.092.174/0001-06	EXPRESSVPS TECNOLOGIA LTDA					R\$ 1.149,86
Endereço:						
33.275.120/0001-50	SUPER LICITE LICITACOES EIRELI					R\$ 1.149,98
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:		
SC	São José	R JACOB FERREIRA DE MELLO. 192	(48) 3024-6528	superlicite@gmail.com		
49.006.412/0001-28	49.006.412 CLEVYSSON DE ALENCAR ALVES DO NASCIMENT					R\$ 1.150,00
Endereço:						
Q QR 100 CONJUNTO P, 12		Telefone:	Email:			
		(61) 9173-5998	contato.caango@gmail.com			
52.283.664/0001-09	52.283.664 LUIS PHILIFE PINHEIRO DA CRUZ UF endereço: RJ					R\$ 1.150,00
Endereço:						
59.714.698/0001-50	59.714.698 PAULO VITOR MORAIS PEREIRA UF endereço: RJ					R\$ 1.150,00
Endereço:						
60.674.234/0001-46	NOVAES SOLUCOES INTEGRADAS LTDA UF endereço: RJ					R\$ 1.150,00
Endereço:						
59.126.048/0001-93	59.126.048 SILVIA ERGANG MATOS					R\$ 1.153,99
Endereço:						
32.005.178/0001-11	EMGESA EMPRESA DE GERENCIAMENTO DE SOBRESSALENTES E AUTOMACAO EIRELI					R\$ 1.157,27
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
SP	São Paulo	R LAURINDO DE BRITO, 592	JOAO	(11) 4801-3111	jjunioraraiva@gmail.com	
32.970.666/0001-69	MARCOS VINICIUS FELICISSIMO DE SIQUEIRA 13455445705					R\$ 1.158,00
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
RJ	Nova Iguaçu	RUA DOUTOR SERGIO AROUCA. S/N	Marcos	(21) 96944-0986	marcosviniciusfsiqueira@gmail.com	
49.221.606/0001-46	49.221.606 ISABELLA CAETANO MAGALHAES BETIOL					R\$ 1.158,00
Endereço:						
55.971.522/0001-22	55.971.522 DANIEL CARVALHO MIRANDA UF endereço: RJ					R\$ 1.158,00
Endereço:						
62.145.310/0001-51	62.145.310 MARCIA CRISTINA DA COSTA UF endereço: SP					R\$ 1.158,00
Endereço:						



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
50.996.832/0001-88	50.996.832 ROSA MARIA MARTINS DE OLIVEIRA	R\$ 1.158,00
Endereço: CANAÍAS MARIA LUIZA 00032	Telefone: (21) 9882-1811	Email: litimaxcs@gmail.com
30.870.359/0001-00	M2Z SOLUCOES INTEGRADAS LTDA	R\$ 1.158,00
Estado: RJ	Cidade: Rio de Janeiro	Endereço: AV NOVA YORK, 530
	Nome de Contato: Fabio	Telefone: (21) 2220-2988
		Email: m2zsolucoes@gmail.com
36.513.363/0001-78	MC COMERCIO DE INFORMATICA E UTILIDADE LTDA	R\$ 1.158,00
Estado: ES	Cidade: Vitória	Endereço: R JAIME VILLAS BOAS, 250
	Nome de Contato: Christiane	Telefone: (27) 9894-4438
		Email: christianebaldo@gmail.com
37.685.672/0001-98	RCK SOLUCOES E NEGOCIOS EIRELI	R\$ 1.158,00
Estado: SP	Cidade: Suzano	Endereço: AV ARMANDO SALLES DE OLIVEIRA, 663
	Nome de Contato: Rick	Telefone: (11) 2630-0884
		Email: rick_colato@hotmail.com
36.663.390/0001-27	THTEC TECNOLOGIA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 1.158,00
Estado: BA	Cidade: Salvador	Endereço: AV ESTADOS UNIDOS, 397
		Telefone: (71) 3241-2091
		Email: admin@thtec.com.br
19.385.437/0001-19	IRANEIDE VIEIRA DOS SANTOS 00070657440	R\$ 1.158,25
Estado: CE	Cidade: Fortaleza	Endereço: R EDUARDO PERDIGAO, 167
		Telefone: (85) 3103-1412
		Email: iraneidevsantos@hotmail.com
56.607.352/0001-64	56.607.352 ALICE STEPHANNY SIQUEIRA GOMES	R\$ 1.158,26
Endereço:		
47.174.031/0001-22	BEATRIZ SENA SOARES 49074317839	R\$ 1.158,27
Estado: SP	Cidade: São Vicente	Endereço: RUA ADOLFO CAVALCANTI, 163
		Telefone: (55) 9108-5565
		Email: biasoasena@gmail.com
42.542.508/0001-61	P&Y COMERCIO VAREJISTA LTDA	R\$ 1.158,27
Endereço:		
49.935.709/0001-78	PRINCESS SOLUCOES EM SERVICOS E COMERCIO LTDA	R\$ 1.158,27
Endereço:		
58.434.877/0001-70	58.434.877 ERIVELTO CAMARGO	R\$ 1.158,27
Endereço:		
19.079.325/0001-30	NPA TELECOM E TI EIRELI	R\$ 1.158,78
Estado: RJ	Cidade: Duque de Caxias	Endereço: R CONDE DE PORTO ALEGRE, 477
		Telefone: (21) 9106-0049
		Email: npa.fernanda@gmail.com
56.122.133/0001-95	56.122.133 ALESSANDRO JONE LUCINDO	R\$ 1.200,00
Endereço: EDUARDO CURY, 80	Telefone: (17) 3275-3433	Email: lumi.atendimento@gmail.com



CNPJ	Razão Social do Fornecedor					Valor da Proposta Final
57.225.415/0001-80	CVR CENTRAL ENGENHARIA LTDA					R\$ 1.500,00
Endereço:						
17.839.055/0001-92	ESTRUTTOS LTDA					R\$ 5.000,00
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:		
SP	São Paulo	R DIONISIO PEDRELLINI, 119	(11) 3999-9999/ (11) 3666-6666	sememail@gmail.com		
37.563.497/0001-66	JULIANA DE OLIVEIRA CAROLINO MANHAES COMERCIO					R\$ 5.000,00
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
RJ	Duque de Caxias	RUA ITACIBA, 477	Juliana	(21) 2772-1137	jwcomerciorj@gmail.com	
53.111.650/0001-70	GPR SOLUCOES CONSULTIVAS LTDA					R\$ 20.000,00
Endereço:						
SETOR P QNP 23 CJ H LT 6, S/N			Telefone:	Email:		
			(61) 8125-6740	gprsolucoesconsultivas@gmail.com		
23.929.719/0001-07	PROPAGA MULTIVENDAS E SERVICOS INTEGRADOS LTDA					R\$ 59.900,00
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
RJ	Duque de Caxias	RUA MANUEL BANDEIRA, 6	LUCIANO	(21) 3069-6030	propagamultivendas@gmail.com	



Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Finais
 Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

R\$ 2.784,50

Órgão: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO ESP-SECRETARIA DE CIENCIA TECNOL E INOVAÇÃO ESP-INSTITUTO OCEANOGRÁFICO - USP	Data: 29/08/2025 10:36
Objeto: Disco Rígido	Modalidade: Dispensa
Descrição: Unidade Disco - UNIDADE DISCO, TIPO RÍGIDO, CAPACIDADE 12 TB., TAMANHO 3,5 POL, VELOCIDADE 5.400 RPM, APLICAÇÃO SERVIDOR STORAGE, MEMÓRIA CACHE 128 MB	SRP: NÃO
CatMat: 610786 - Unidade Disco - Tipo: Rígido Capacidade: 12 TB. Tamanho: 3,5 POL Velocidade: 5.400 RPM Aplicação: Servidor Storage Memória Cache: 128 MB	Identificação: Dispensa de Licitação Nº 90047/2025 / UASG: 102119
	Lote/Item: /1
	Ata: Link Ata
	Homologação: 08/09/2025 11:20
	Fonte: www.gov.br/compras/pt-br
	Quantidade: 8
	Unidade: Unidade
	UF: SP

CNPJ	Razão Social do Fornecedor					Valor da Proposta Final
55.261.686/0001-66	FORTALEZA COMERCIO E SERVICOS LTDA					R\$ 1.214,03
VENCEDOR						
Endereço:	Telefone:					Email:
VIOLETA DE MELO, 278	(31) 8718-0439					fortaleza.comercio@hotmail.com
44.828.258/0001-56	CLEIDE PEREIRA DOS PASSOS 13233479689					R\$ 1.510,03
Endereço:						
54.155.399/0001-09	54.155.399 NICOLAS SAMUEL PEREIRA					R\$ 2.000,00
Endereço:	Telefone:					Email:
CONSELHEIRO LAURINDO, 557	(41) 9205-4958					nspcomerce@gmail.com
28.964.155/0001-67	SILVIA APARECIDA FORTUNATO 06333870960					R\$ 2.020,00
Endereço:						





CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
41.909.778/0001-03	41.909.778 GLAUCO DINI UF endereço: SP Endereço:	R\$ 2.039,00
59.733.880/0001-95	G C LUZ LTDA Beneficio Me/Epp: Sim UF endereço: PR Endereço:	R\$ 2.068,23
49.978.985/0001-13	MARFAP COMERCIAL LTDA Endereço: CONSELHEIRO LAURINDO, 600	R\$ 2.070,00
58.434.877/0001-70	58.434.877-ERIVELTO CAMARGO Endereço:	R\$ 2.127,99
39.951.699/0001-00	ALEKSANDER NUNES MARQUES Estado: SP Cidade: Limeira Endereço: RUA SAO VICENTE DE PAULO, 726 Telefone: (19) 9124-9940	R\$ 2.128,00
53.249.470/0001-50	SISTECNICA INFORMATICA E SERVICOS LTDA Estado: SP Cidade: São Paulo Endereço: RUA CORONEL FRIAS, 240 Telefone: (11) 5071-4040	R\$ 2.179,05
41.358.941/0001-89	PTN PARTS INFORMATICA E SISTEMAS LTDA Estado: SC Cidade: Florianópolis Endereço: R CAMPOLINO ALVES, 300 Telefone: (48) 3137-1607	R\$ 2.190,00
47.821.089/0001-10	LICITATECH COMERCIO LTDA Estado: SP Cidade: Barueri Endereço: AV ANDROMEDA, 723 Telefone: (11) 3461-8809	R\$ 2.317,35
46.314.136/0001-77	LR MULTICOMERCIAL LTDA Estado: SP Cidade: Cotia Endereço: R CASTRO ALVES, 31 Telefone: (11) 4257-0327	R\$ 2.329,00
59.495.996/0001-04	GLOBALBID COMERCIO E SERVICOS LTDA Endereço:	R\$ 2.350,00
48.355.003/0001-74	MORAC CORPORATION LTDA Estado: SP Cidade: São Paulo Endereço: AV PAULISTA, 1636 Telefone: (21) 6983-4030/ (0000) 0000-0000	R\$ 2.454,28
47.675.120/0001-52	ANM NEGOCIOS LTDA Estado: SP Cidade: Guarulhos Endereço: RUA OLARIA, 420 Telefone: (11) 8951-8885	R\$ 2.496,13
48.855.116/0001-39	48.855.116 SULENE VANESSA ANDRADE DOS SANTOS Endereço: MANUEL BANDEIRA, 342	R\$ 2.496,14



CNPJ	Razão Social do Fornecedor					Valor da Proposta Final
08.257.348/0001-70	D P I COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA					R\$ 2.496,15
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
SP	Botucatu	RUA AMERICO GIRALDELA, 75	Ronaldo de Carvalho	(14) 3353-0753	iscoula@ibtu@uol.com.br	
47.220.593/0001-65	FLAVIA DOS SANTOS CONSTANTINO SILVA 21249231884					R\$ 2.500,00
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:		
SP	Bady Bassitt	10 R JOAQUIM MORAES, 622	(11) 4718-2333	flavia-constantino@hotmail.com		
48.130.404/0001-26	M.S.P LICITACOES LIMITADA					R\$ 2.535,42
Endereço:						
52.446.210/0001-01	52.446.210 ANTHONY VIEIRA FERRARES I					R\$ 2.535,43
Endereço:				Telefone:	Email:	
MARIO PERNAMBUCO, 374				(11) 2645-9049	avfcomercioservicos@gmail.com	
34.354.190/0001-67	PUBLIC SHOP ELETRO ELETRONICOS EIRELI					R\$ 2.574,06
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:		
SP	Botucatu	AVENIDA DEPUTADO DANTE DELMANTO, 1396	(14) 9151-2111	licitapublic@gmail.com		
05.207.424/0001-45	VINICIUS CHAVES DOS SANTOS					R\$ 2.587,00
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
DF	Brasília	TRECHO SIA TRECHO 1 LOTE 230 BLOCO A SALA 216, SN	Vinicius Chaves dos Santos	(61) 3568-9392	vcs.vendas@hotmail.com	
36.981.651/0001-57	GF SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA					R\$ 2.640,00
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
DF	Brasília	QUADRA SRES QUADRA 4 BLOCO G, SN	GELSON JUNIOR FRACALOSS I	(61) 8112-3998	gelsonjr82@gmail.com	
40.552.241/0001-68	40.552.241 FRANCISCO NUNES DOS SANTOS NETO					R\$ 2.646,00
Endereço:						
27.414.128/0001-58	M&M IMPORTACAO E ECOMMERCE DE INFORMÁTICA LTDA					R\$ 2.647,00
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:		
SP	Santana de Parnaíba	AL DAS PEROBAS, 118	(11) 2321-3880	calomomi@gmail.com		
15.050.089/0001-78	3 GIGAFOX NETWORK E INFORMÁTICA LTDA					R\$ 2.769,00
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:		
SP	São Paulo	RUA AURORA, 168	(11) 3221-6742	cid@3gigafox.com.br		
52.656.563/0001-36	52.656.563 JOVAINE PROTAZIO THURLER JUNIOR					R\$ 2.799,99
Endereço:						
49.610.200/0001-55	ALFA AUTOMOTIVE DISTRIBUICAO E COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS LTDA UF endereço: SP					R\$ 2.800,00
Endereço:						
59.298.287/0001-20	59.298.287 YAIMA HERNANDEZ AGUERO UF endereço: ES					R\$ 2.860,00
Endereço:						



CNPJ	Razão Social do Fornecedor					Valor da Proposta Final
48.944.202/0001-18	M & R SOLUCOES E SERVICOS LTDA					R\$ 2.878,80
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:		
MG	Belo Horizonte	AVENIDA RAJA GABAGLIA, 2000	(31) 8344-2794	financeiroadm.mr@gmail.com		
55.891.204/0001-23	55.991.204 NATALIA OLIVEIRA DA SILVA					R\$ 2.891,00
Endereço:						
57.913.538/0001-04	M & H COMERCIO DE PECAS LTDA					R\$ 2.892,84
Endereço:						
54.419.299/0001-42	ROBSON DOS SANTOS ZANUTO LTDA					R\$ 3.083,00
Endereço:						
57.480.347/0001-04	57.480.347 ANDRE GUILHERME TOME MOREIRA					R\$ 3.100,00
Endereço:						
50.984.118/0001-70	50.984.118 DANIEL SOUTO KERR					R\$ 3.177,69
Endereço:						
58.216.225/0001-60	58.216.225 MARIA JOSE MENDONCA COSTA					R\$ 3.199,00
Endereço:						
17.263.504/0001-05	17.263.504 JOSE ROBERTO MARQUES DA SILVA TIMOTEO					R\$ 3.200,00
Endereço:						
61.918.162/0001-06	61.918.162 ANTONIO EVILASIO AZEVEDO TEIXEIRA UF endereço: BA					R\$ 3.200,00
Endereço:						
30.870.355/0001-00	M2Z SOLUCOES INTEGRADAS LTDA					R\$ 3.200,00
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
RJ	Rio de Janeiro	AV NOVA YORK, 530	Fabio	(21) 2220-2988	m2zsolucoes@gmail.com	
50.346.552/0001-24	ALESSANDRO L DE OLIVEIRA					R\$ 3.255,00
Endereço:						
36.663.390/0001-27	THTEC TECNOLOGIA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA					R\$ 3.270,00
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:		
BA	Salvador	AV ESTADOS UNIDOS, 397	(71) 3241-2091	admin@thtec.com.br		
50.595.094/0001-67	50.595.094 CAIO MARCELLUS MARINHO DE MIRANDA					R\$ 3.270,05
Endereço:						



CNPJ	Razão Social do Fornecedor						Valor da Proposta Final
52.550.737/0001-81	52.550.737 DIONIR FAGUNDES JUNIOR						R\$ 3.270,06
Endereço:							
42.166.294/0001-76	EAS SOLUCOES E SERVICOS EIRELI						R\$ 3.270,06
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:		
SP	Jacareí	R DOUTOR POMPILIO MERCADANTE, 398	Ezequiel	(12) 3953-4221	easinf@easinf.com		
56.607.352/0001-64	56.607.352 ALICE STEPHANNY SIQUEIRA GOMES						R\$ 3.270,06
Endereço:							
43.230.932/0001-33	RIBEIRO COMERCIO DE VARIEDADES E APOIO LTDA						R\$ 3.270,06
Endereço:		Telefone:	Email:				
DOS CAPITAES MORES, 346		(11) 5979-3351	rerife@hotmail.com				
21.157.270/0001-80	UNIAO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA						R\$ 3.270,06
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:			
DF	Brasília	RUA AROEIRA (ST HAB PTE TERRA), S/N	(61) 3084-7775	uniaops@brturbo.com			
58.321.286/0001-97	58.321.286 MURILO RODRIGUES WELLER UF endereço: SP						R\$ 3.270,11
Endereço:							
34.705.204/0001-40	LC VENDAS E CONSULTORIA LTDA						R\$ 3.300,00
Endereço:							
17.751.076/0001-51	17.751.076 EDLAINE DUARTE BARBOSA UF endereço: SC						R\$ 3.340,92
Endereço:							
25.235.133/0001-78	SMS COMERCIO E SERVICOS LTDA						R\$ 4.000,00
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:		
MG	Contagem	AVENIDA TROPICAL, 2565	Cassiana	(31) 4112-2021	licitacasmag@gmail.com		
54.534.926/0001-96	54.534.926 DOMINGOS ERLETE ALELUIA						R\$ 7.000,00
Endereço:		Telefone:	Email:				
VENEZUELA, 95		(27) 9927-5584	dea@tridr.com				
46.678.039/0001-63	TUGURIO EGIDE COMERCIAL LTDA						R\$ 10.000.000,00
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:			
SP	São Paulo	RUA HERVAL, 1279	(11) 8303-9552/ (0000) 0000-0000	lmromera@yahoo.com			
Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das Propostas Finais							R\$ 2.740,00
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)							



Órgão: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA/PR

Objeto: Contratação de empresa, para prestação de serviços de sonorização de pequeno porte, com locação de equipamentos, serviços de filmagem, gravação, edição e transmissão ao vivo, incluindo locação dos equipamentos e serviços de organização, locação e montagem do local, conforme demanda, em atendimento do Programa Câmara Itinerante instituído pela Resolução nº 190/2025, para a realização das Sessões Itinerantes no Município de Santa Helena.

Descrição: **Decoração - Eventos / Solenidades** - Prestação de serviços de filmagem, gravação, edição e transmissão ao vivo das sessões itinerantes pelo canal do Youtube da Câmara de Vereadores e demais páginas oficiais, incluindo a locação dos equipamentos necessários, com os seguintes itens e especificações: no mínimo 03 câmeras (filmadora) 4k, saída SDI/HDMI; com tripe para melhor captação das imagens; 01 mesa de corte, com no mínimo 04 entradas, suporte 1080 px, recursos de picture-in-picture, com permissão de inserção de artes, legendas e vinhetas; 01 mesa de som, gravador e mixer de áudio, entrada XLR, gravação multitrack, mínimo 4 canais, gravação integral em formato MP4 4K, com backup; 03 Iluminação em Led, luz fria, mínimo de 200 w, triple com no mínimo 2,5 mts de altura cada; 01 Notebook ou microcomputador, com especificações mínimas para atender o objeto, contendo um software de gravação e transmissão ao vivo enquanto durar a sessão; Link de conectividade de internet igual ou superior a 20 MBPS com backup 4G/5G, incluindo mão de obra, transporte, demais equipamentos, cabeados e materiais necessários a transmissão ao vivo e gravação da sessão itinerante; Acompanhamento técnico

CatSer: 17019 - Decoração - Eventos / Solenidades

Data: 28/08/2025 16:33

Modalidade: Dispensa

SRP: NÃO

Identificação: Dispensa de Licitação Nº 90010/2025 / UASG: 929878

Lote/Item: /3

Ata: [Link Ata](#)

Homologação: 10/09/2025 09:05

Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

Quantidade: 10

Unidade: UNIDADE

UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
07.849.387/0001-02 *VENCEDOR*	A J SALVI & CIA LTDA	RS 2.450,00
Endereço: RUA ARGENTINA, ESQUINA COM RUA DAS AMERICAS, 1031	Telefone: (45) 3268-2861	Email: omegadez@yahoo.com.br
19.632.641/0001-97	ORGANIZA EVENTOS LTDA	RS 2.499,00
Estado: SC	Cidade: São José	Endereço: AVENIDA DAS AGUIAS, 231
Telefone: (48) 8806-1414	Email: marcelloacelino@me.com	
30.609.826/0001-13	FRANCISCO CLEYSON DE MOURA UF endereço: PI	RS 2.633,00
Endereço: ,		
15.230.480/0001-54	15.230.480 CHARLENE PAMELLA REIS PEREIRA UF endereço: PR	RS 2.650,00
Endereço: ,		
57.223.177/0001-74	57.223.177 SARAH YASMIN PERES MODESTO UF endereço: PB	RS 2.700,00
Endereço: ,		
24.116.015/0001-88	24.116.015 FERNANDA PENA BUSSLER	RS 2.780,00
Estado: PR	Cidade: Santa Helena	Endereço: AVENIDA PARANA, 15
Telefone: (45) 3268-3394	Email: mauribussler@hotmail.com	
17.778.021/0001-35	ANA MARCIA KAUL	RS 2.780,00
Estado: PR	Cidade: Santa Helena	Endereço: VL L.R. SEM DENOMINACAO COL. DR. AFFONSO, S/N
Telefone: (45) 3268-1337		
07.691.357/0001-02	EDITORA JORNALISTICA CORREIO DO LAGO LTDA	RS 2.780,00
Estado: PR	Cidade: Santa Helena	Endereço: R PARAGUAI, 1089
Telefone: (45) 3268-2872/ (45) 8807-3740	Email: escritorioglobosh@gmail.com	



CNPJ	Razão Social do Fornecedor		Valor da Proposta Final
33.306.448/0001-97	GABRIEL VINICIUS DE PAULA NETTO		R\$ 2.780,00
Endereço:			
16.651.256/0001-07	MARCO A DIAS TEIXEIRA EVENTOS		R\$ 2.780,00
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:
PR	Francisco Beltrão	RUA SAO JOAQUIM, 792	MARCO AURELIO
			Telefone:
			(46) 99103-1123
			Email:
			megatoeventos@hotmail.com



Preço (Compras Governamentais) 4: Mediana das Propostas Finais
 Inc. I Art. 5º da LN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

R\$ 2.289,99

Órgão: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	Data: 11/08/2025 16:42
Objeto: Contratação de serviços de empresa especializada na prestação de serviço de enlace de internet (link dedicado) para o Instituto Federal Goiano - Campus Iporá, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento	Modalidade: Dispensa
Descrição: Acesso a Internet Via Cabo - Serviço de enlace de internet (link dedicado) cabeada - com instalação - Velocidade 500Mbps Para o IF Goiano Campus Iporá	SRP: NÃO
CatSer: 26484 - Acesso a Internet Via Cabo	Identificação: Dispensa de Licitação Nº 90107/2025 / UASG: 158124
	Lote/Item: /1
	Ata: Link Ata
	Homologação: 19/08/2025 19:36
	Fonte: www.gov.br/compras/pt-br
	Quantidade: 12
	Unidade: MEGA BITS/SEGUNDO
	UF: GO

CNPJ	Razão Social do Fornecedor		Valor da Proposta Final
54.263.569/0001-79	UNE TELECOM LTDA		R\$ 1.200,00
VENCEDOR			
Endereço:			
97.528.702/0001-84	ATUAL SERVICOS E COMUNICACAO LTDA		R\$ 1.999,70
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:
MG	Uberaba	RUA ALAOR PRATA, 23	(34) 3314-8894
			Email:
			atualcomunicacao@terra.com.br
28.097.989/0001-12	CAMOÁ SERVICOS TELECOM LTDA		R\$ 1.999,99
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:
DF	Brasília	Q SCLRN 711 BLOCO G LOJA, 39	(61) 3034-8085
			Email:
			araujosam@gmail.com
22.415.618/0001-55	ALX AGROPECUARIA LTDA		R\$ 2.000,00
Endereço:			
34.924.717/0001-41	NOAH TELECOMUNICACOES LTDA		R\$ 2.000,00
Endereço:	Telefone:	Email:	
ALVARES PENTEADO, 177	(11) 4979-8735	diretoria@noah telecom.org	
08.149.812/0001-05	IP AMERICA TELECOM LTDA.		R\$ 2.288,99
Endereço:	Telefone:	Email:	
RUA ALFREDO VOLPI, 152	(11) 4210-6677	contato@ipamerica.com.br	
34.705.204/0001-40	LC VENDAS E CONSULTORIA LTDA		R\$ 2.289,99
Endereço:			





CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
38.299.889/0001-04	GETICOM SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA	R\$ 2.290,00
Estado: DF	Cidade: Brasília	Endereço: QUADRA SOFN QUADRA 1 CONJUNTO C, S/N
	Nome de Contato: FRANCESCO COELHO IMPROTA	Telefone: (61) 3028-6010
		Email: financeiro@geticom.com.br
49.623.956/0001-10	ANAPOLISNET RIO TELECOMUNICACOES LTDA UF endereço: RJ	R\$ 2.443,00
Endereço:		
61.010.839/0001-03	SPACEVOX TELECOMUNICACOE LTDA UF endereço: SP	R\$ 2.479,90
Endereço:		
40.273.957/0001-26	JEOZADAQUE LIRA SILVA 02863451103	R\$ 2.513,00
Estado: MA	Cidade: Buriticupu	Endereço: R MERCADO, 06
	Nome de Contato: JEOZADAQUE LIRA SILV	Telefone: (98) 8436-5777
		Email: contato@jlsilvaltda.com
18.843.645/0001-51	TELECOMUNICACOES BRASILIA LTDA	R\$ 2.520,00
Estado: DF	Cidade: Brasília	Endereço: RUA 47, 111
	Nome de Contato: RAIMUNDO FEITOSA ALENCAR	Telefone: (61) 99964-6628
		Email: raimundo.alencar@telebrasil.com
08.219.232/0001-47	MENDEX NETWORKS TELECOMUNICACOES LTDA	R\$ 3.000,00
Estado: SP	Cidade: Pariquera-Açu	Endereço: RUA ANTONIO CAMPOSTRINI, 197
	Nome de Contato: Rodrigo Claudionor Mendes	Telefone: (13) 3856-4311
		Email: contato@mendex.com.br

Preço (Compras Governamentais) 5: Mediana das Propostas Finais R\$ 3.000,00
 Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 46.694.139/0001-83	Data: 31/07/2025 12:08
Órgão: MUNICÍPIO DE JACAREI / 1 - GERAL	Modalidade: Dispensa
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LINK DEDICADO PLANO A DE 400MB , VISTO A REDUNDÂNCIA DE UM LINK DEDICADO PARA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA QUE GARANTIRÁ ALTA DISPONIBILIDADE DE INTERNET AUMENTANDO A EFICIÊNCIA OPERACIONAL MESMO EM CASOS DE FALHA NO LINK PRINCIPAL - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 25 DFS - PERÍODO DE 05 MESES (AGOSTO Á DEZEMBRO)	SRP: NÃO
	Identificação: 46694139000183-1-000791/2025
	Lote/Item: 1/1
	Ata: N/A
	Homologação: 31/07/2025 00:00
	Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Descrição: EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LINK DEDICADO PLANO A DE 400MB , VISTO A REDUNDÂNCIA DE UM LINK DEDICADO PARA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA QUE GARANTIRÁ ALTA DISPONIBILIDADE , DE INTE - EMPRESA ESPECIALIZADA Especificação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LINK DEDICADO PLANO A DE 400MB , VISTO A REDUNDÂNCIA DE UM LINK DEDICADO PARA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA QUE GARANTIRÁ ALTA DISPONIBILIDADE , DE INTERNET AUMENTANDO A EFICIÊNCIA OPERACIONAL MESMO EM CASOS DE FALHA NO LINK PRINCIPAL - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 25 DFS - PERÍODO DE 05 MESES (AGOSTO Á DEZEMBRO) VALOR MENSAL : R\$ 599,90 SIMETRIA DE BANDA LARGA: 100% DOWN / 100% UP GARANTIA DE BANDA: 100% IP: ESTÁTICO / 32 SLA: 4 HORAS - FULL DUPLEX	Quantidade: 1
	Unidade: Serviço
	UF: SP

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
31.976.241/0001-02	VIVAS TELECOMUNICACOES LTDA	R\$ 3.000,00
VENCEDOR		
Endereço:		



Preço (Compras Governamentais) 6: Mediana das Propostas Finais
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)



Órgão: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PIAUI
Objeto: Contratação de serviços especializados em fornecimento de conexões dedicadas de acesso à internet, por meio de fibra óptica, com velocidade de pelo menos 1 Gbps para a sede do CRM-PI em Teresina e pelo menos 200 Mbps para cada uma das Delegacias Regionais do CRM-PI, localizadas nas cidades de Picos e Parnaíba no Piauí, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas no Edital e em seus anexos.
Descrição: Serviço de Link Via Cabo - Link dedicado de acesso à Internet, com velocidade de no mínimo 200 Mbps, máscara de rede 255.255.255.252, a ser instalado na Delegacia Regional de Picos do CRMPI na Rua João XXIII, Nº274, 1º Andar, Malva, CEP 64.600-312, Picos/PI, com garantia on-site por um período de 12 (doze) meses.
CatSer: 26506 - Serviço de Link Via Cabo

Data: 25/07/2025 08:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: NÃO
Identificação: NºPregão:908032025 / UASG:389175
Lote/Item: /2
Ata: Link Ata
Homologação: 14/08/2025 15:09
Fonte: www.gov.br/compras/pt-br
Quantidade: 12
Unidade: UNIDADE
UF: PI

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
41.644.220/0001-35	DB3 SERVICOS DE TELECOMUNICACOES S.A	R\$ 300,00
VENCEDOR		
Estado: CE	Cidade: Fortaleza	Endereço: AVENIDA DA ABOLICAO, 4166
		Telefone: (85) 3198-3055
		Email: fiscal@conectacontabil.com
07.128.744/0001-35	DUO TELECOM LTDA	R\$ 400,00
Estado: PI	Cidade: Teresina	Endereço: RUA AREOLINO DE ABREU, 1880
		Telefone: (86) 2107-6100
		Email: atendimento@contadgestaocontabil.com.br
11.408.142/0001-09	MEGA TELEINFORMATICA LTDA	R\$ 450,00
Estado: PI	Cidade: Florianópolis	Endereço: AVENIDA BUCAR NETO, 1088
		Telefone: (86) 99815-1515
		Email: corporativo@megalinkinternet.com.br
22.815.345/0001-36	ORA SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA	R\$ 500,00
Estado: PI	Cidade: Teresina	Endereço: AV INDUSTRIAL GIL MARTINS, 2988
		Telefone: (86) 3235-4555
		Email: cbitcontabil@yahoo.com.br
04.601.397/0001-28	BRISANET SERVICOS DE TELECOMUNICACOES S.A.	R\$ 845,00
Estado: CE	Cidade: Pereiro	Endereço: RODOVIA CE-138, S/N
		Telefone: (84) 3353-3017
		Email: roberto@brisanet.com.br
37.594.830/0001-02	G10 SERVICOS E CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	R\$ 900,00
Endereço:		
.		
00.608.881/0001-28	IT TECNOLOGIA E INFORMACAO LTDA	R\$ 1.100,00
Estado: PI	Cidade: Teresina	Endereço: AVENIDA MIGUEL ROSA, 1650-A
		Telefone: (86) 3131-8000
		Email: contabilidade@itnet.com.br
04.202.019/0001-71	BSB TIC SOLUCOES LTDA	R\$ 1.400,00
Estado: DF	Cidade: Brasília	Endereço: SETOR COMERCIAL SUL QUADRA 01 BLOCO C, 30
		Nome de Contato: Fabricio Chaves Cavalcante
		Telefone: (61) 3224-7221
		Email: mbmcontab@bol.com.br
08.219.232/0001-47	MENDEX NETWORKS TELECOMUNICACOES LTDA	R\$ 1.620,00
Estado: SP	Cidade: Pariquera-Açu	Endereço: RUA ANTONIO CAMPOSTRINI, 197
		Nome de Contato: Rodrigo Claudionor Mendes
		Telefone: (13) 3856-4311
		Email: contato@mendex.com.br
97.528.702/0001-84	ATUAL SERVICOS E COMUNICACAO LTDA	R\$ 1.720,00
Estado: MG	Cidade: Uberaba	Endereço: RUA ALAOR PRATA, 23
		Telefone: (34) 3314-8894
		Email: atualcomunicacao@terra.com.br





CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
18.003.643/0001-51	TELECOMUNICACOES BRASILIA LTDA	R\$ 1.820,00
Estado: DF	Cidade: Brasília	Endereço: RUA 47, 111
	Nome de Contato: RAIMUNDO FEITOSA ALENCAR	Telefone: (61) 99964-6628
		Email: raimundo.alencar@telebrasil.com
10.015.637/0001-00	PONTO A PONTO TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA	R\$ 1.979,00
	Endereço: AVENIDA DOM HELDER CAMARA, 04245	Telefone: (21) 7285-6070
		Email: administrativo@ptptelecom.com.br
37.007.414/0001-52	P.L.P ALVES COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA	R\$ 2.000,00
Estado: RO	Cidade: Novo Horizonte do Oeste	Endereço: AVENIDA DR. MIGUEL VIEIRA FERREIRA, 4865
		Telefone: (69) 8423-8723
		Email: suporte1406@gmail.com
08.149.812/0001-05	IP AMERICA TELECOM LTDA.	R\$ 2.010,00
	Endereço: RUA ALFREDO VOLPI, 152	Telefone: (11) 4210-6677
		Email: contato@ipamerica.com.br
27.118.039/0001-64	ELTON VIEIRA VALE DA COSTA	R\$ 2.030,00
	Endereço:	
61.010.839/0001-03	SPACEVOX TELECOMUNICACOE LTDA UF endereço: SP	R\$ 2.127,99
	Endereço:	
40.273.957/0001-26	JEOZADAQUE LIRA SILVA 02863451103	R\$ 2.137,00
Estado: MA	Cidade: Buniticupu	Endereço: R MERCADO, 06
	Nome de Contato: JEOZADAQUE LIRA SILV	Telefone: (98) 8436-5777
		Email: contato@jlsilvaltda.com
34.924.717/0001-41	NOAH TELECOMUNICACOES LTDA	R\$ 2.137,00
	Endereço: ALVARES PENTEADO, 177	Telefone: (11) 4979-8735
		Email: diretoria@noahtelecom.org
49.450.652/0001-17	A.S.L. REPRESENTACOES LTDA	R\$ 2.137,87
	Endereço:	
36.770.097/0001-69	CIB EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	R\$ 2.183,62
	Endereço: DJALMA TORRES, 557	Telefone: (38) 3676-6772
		Email: cib.contato@federaltrading.org
37.168.895/0001-88	ORBITEL TELECOMUNICACOES E INFORMATICA LTDA	R\$ 4.000,00
Estado: DF	Cidade: Brasília	Endereço: SETOR SIG QUADRA 3 CENTRO COMERCIAL BLOCO B NUMERO, 99
	Nome de Contato: EDMAR MELO	Telefone: (61) 3031-4105
		Email: edmarjr@orbitel.com.br

Preço (Compras Governamentais) 7: Mediana das Propostas Finais R\$ 3.824,50
 Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)



CNPJ: 05.442.380/0001-38
Órgão: PODER JUDICIÁRIO
 Justiça Federal
 Seção Judiciária do Distrito Federal
Objeto: Fornecimento do serviço, sob demanda, de Link dedicado de Internet a ser utilizado em eventos externos da SJDF.
Descrição: Assinatura do Serviço de Link Via Satélite - Fornecimento do Serviço, sob demanda, de Link dedicado de Internet a ser utilizado em eventos externos da SJDF, com o fornecimento dos access points (pontos de acesso) para disponibilização, via infraestrutura de rede Wi-Fi, do link de acesso à Internet para os dispositivos alocados para uso nestes eventos.
CatSer: 26565 - Assinatura do Serviço de Link Via Satélite

Data: 09/07/2025 08:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: NÃO
Identificação: NºPregão:900232025 / UASG:190117
Lote/Item: /1
Ata: Link Ata
Homologação: 06/08/2025 17:12
Fonte: www.gov.br/compras/pt-br
Quantidade: 6
Unidade: UNIDADE
UF: DF



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
04.202.019/0001-71	BSB TIC SOLUCOES LTDA	R\$ 2.800,00
VENCEDOR		
Estado: DF	Cidade: Brasília	Endereço: SETOR COMERCIAL SUL QUADRA 01 BLOCO C, 30
	Nome de Contato: Fabrício Chaves Cavalcante	Telefone: (61) 3224-7221
	Email: mbmcontab@bol.com.br	
34.924.717/0001-41	NOAH TELECOMUNICACOES LTDA	R\$ 2.850,00
Endereço: ALVARES PENTEADO, 177	Telefone: (11) 4979-8735	Email: diretoria@noahtelecom.org
32.662.960/0001-03	GETFIX SOLUCOES DIGITAIS LTDA UF endereço: GO	R\$ 2.900,00
Endereço:		
51.404.328/0001-04	THERA TELECOM LIMITADA Beneficio Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: GO	R\$ 3.000,00
Endereço:		
53.425.960/0001-60	ELIS NUNES FICOS	R\$ 3.499,00
Endereço:		
47.892.037/0001-35	NVX FIBRA LTDA UF endereço: SP	R\$ 4.150,00
Endereço:		
09.281.193/0001-70	CAMON PROVEDOR SOLUCOES EM INTERNET LTDA	R\$ 4.711,72
Estado: DF	Cidade: Brasília	Endereço: QUADRA Q1 616 CONJUNTO B LOTE, 06
	Telefone: (61) 3965-5454	Email: moacir@camon.com.br
47.567.673/0001-91	NEB TELECOMUNICACOES LTDA	R\$ 4.800,00
Endereço:		
15.655.026/0001-45	RNL TRADE AND FACILITIES LTDA	R\$ 4.840,82
Endereço: RUA DAS PITANGUEIRAS, 5	Telefone: (61) 9570-4155/ (61) 2780-0328	Email: contato@federaltrading.org
18.843.645/0001-51	TELECOMUNICACOES BRASILIA LTDA	R\$ 350.000,00
Estado: DF	Cidade: Brasília	Endereço: RUA 47, 111
	Nome de Contato: RAIMUNDO FEITOSA ALENCAR	Telefone: (61) 99964-6628
	Email: raimundo.alencar@telebrasil.com	



CNPJ: 54.715.034/0001-04

Orgão: Fundação Carmélia Maria de Souza de Cultura e Comunicação Pública/ES

Objeto: Contratação de serviços de conectividade por empresa especializada, abrangendo o fornecimento de link dedicado à internet com IP público fixo, para utilização como rede secundária, e de circuitos de interconexão ponto a ponto em fibra óptica, incluindo serviços de instalação e manutenção, destinados ao tráfego de sinais BTS (Broadcast Transport Stream), sem dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no TR.

Descrição: Acesso a Internet Via Cabo - ITEM 1 - Internet link dedicado com a utilização de IP Público fixo para utilização como rede secundária IP Público Fixo IPV4 e IPV6; Entregar no formato de Fibra Ótica; Velocidade de 100 mega, sendo 100-Mbps de download e 100 Mbps de upload garantidos por contrato e sem limite de tráfego, tráfego ilimitado; Ter uma latência de no máximo 25ms com o servidor do Google; Instalação do ponto na Fundação Carmélia; Assistência técnica 24/7, com telefone 0800 para abertura de chamado; etc ITEM 2 - Interconexão ponto a ponto de fibra óptica Estúdio Fundação Carmélia x Parque de Transmissão Fonte Grande. Circuito de interconexão ponto a ponto, incluindo instalação e manutenção para tráfego de BTS; O circuito deve permitir o tráfego de qualquer faixa de IP, sem bloqueio de protocolos ou portas entre os dois pontos da instalação; Instalação, Interligação, manutenção e Monitoramento dos pontos de Fibra óptica; Conexão com velocidade mínima de 50 Mbps simétrica (Download = Upload), em link full duplex; v. Interligação das localidades: Sede da Fundação Santa Luíza, Vitória - ES, 29045-401 Instalação da Torre TVE no Morro da Fonte Grande; etc

CatSer: 26484 - Acesso a Internet Via Cabo

Data: 16/06/2025 10:49

Modalidade: Dispensa

SRP: NÃO

Identificação: Dispensa de Licitação Nº 90007/2025 / UASG: 931396

Lote/Item: /1

Ata: [Link Ata](#)

Homologação: 25/06/2025 11:48

Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

Quantidade: 12

Unidade: MEGA BITS/SEGUNDO

UF: ES

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
97.528.702/0001-84 *VENCEDOR*	ATUAL SERVICOS E COMUNICACAO LTDA	R\$ 1.450,00
Estado: MG	Cidade: Uberaba	Endereço: RUA ALAOR PRATA, 23
		Telefone: (34) 3314-8894
		Email: atualcomunicacao@terra.com.br
38.014.409/0001-30	M V F TELECOM E SERVICOS LTDA.	R\$ 1.600,00
	Endereço:	
22.416.591/0001-15	ASTERIXCO TELECOM LTDA	R\$ 1.630,00
Estado: ES	Cidade: Vitória	Endereço: AVENIDA NAIR AZEVEDO SILVA, 450
		Nome de Contato: CAMILA
		Telefone: (27) 3233-5051
		Email: licitacao@asterixcotelecom.com.br
61.010.839/0001-03	SPACEVOX TELECOMUNICACOES LTDA UF endereço: SP	R\$ 1.839,99
	Endereço:	
47.892.037/0001-35	NVX FIBRA LTDA UF endereço: SP	R\$ 1.850,00
	Endereço:	
08.219.232/0001-47	MENDEX NETWORKS TELECOMUNICACOES LTDA	R\$ 2.382,00
Estado: SP	Cidade: Pariquera-Açu	Endereço: RUA ANTONIO CAMPOSTRINI, 197
		Nome de Contato: Rodrigo Claudionor Mendes
		Telefone: (13) 3856-4311
		Email: contato@mendex.com.br
29.605.329/0001-68	EDSON RODRIGO MELLADO DE LIMA	R\$ 2.383,33
Estado: SP	Cidade: São Paulo	Endereço: RUA LIBERO BADARO, 101
		Telefone: (11) 4797-1225
		Email: rodrigolima_logistica@hotmail.com



CNPJ	Razão Social do Fornecedor				Valor da Proposta Final
19.803.264/0001-01	NEXFULL INFORMATICA E SERVICOS DIVERSOS LTDA				R\$ 2.383,33
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:	
SP	Itaquaquecetuba	AVENIDA ROCHEDO DE MINAS, 264	(11) 6104-0088	edefinitiva@terra.com.br	
26.804.280/0001-84	NOVA RENASCER LTDA				R\$ 2.383,33
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:	
AM	Manaus	RUA MAJOR GABRIEL, 1974	(92) 4141-1644	cavalcante.econtabil@gmail.com	
15.655.026/0001-45	RNL TRADE AND FACILITIES LTDA				R\$ 2.400,00
Endereço:	Telefone:	Email:			
RUA DAS PITANGUEIRAS, 5	(61) 9570-4155/ (61) 2780-0328	contato@federaltrading.org			
51.475.492/0001-02	UNITY SOLUCOES E SERVICOS LTDA				R\$ 4.000,00
Endereço:	Telefone:	Email:			
SHS QUADRA 6 CONJUNTO A BLOCO A, S/N	(61) 9351-5731	unityservicosdf@gmail.com			



Preço (Compras Governamentais) 9: Mediana das Propostas Finais

R\$ 3.300,00

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 51.642.635/0001-23	Data: 10/04/2025 15:59
Órgão: CAMARA MUNICIPAL DE CUBATAO	Modalidade: Dispensa
Objeto: Contratação, por dispensa de licitação, do serviço de acesso à Internet através de links dedicados com conexão em fibra óptica e de banda larga para os prédios da Câmara Municipal de Cubatão, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e especificações deste Aviso de Contratação Direta e seus anexos	SRP: NÃO
Descrição: Acesso a Internet Via Cabo - Serviço de Link Dedicado de acesso à Internet, bidirecional e simétrico, na velocidade de 500 mbps, para o edifício sede da Câmara Municipal de Cubatão. Atentar para item 2.2.1. do Termo de Referência.	Identificação: Dispensa de Licitação Nº 90004/2025 / UASG: 929425
CatSer: 26484 - Acesso a Internet Via Cabo	Lote/Item: /1
	Ata: Link Ata
	Homologação: 24/04/2025 13:20
	Fonte: www.gov.br/compras/pt-br
	Quantidade: 12
	Unidade: MEGA BITS/SEGUNDO
	UF: SP

CNPJ	Razão Social do Fornecedor				Valor da Proposta Final
08.170.849/0001-15	DESKTOP S.A.				R\$ 645,00
VENCEDOR					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:	
SP	Sumaré	RUA TEODOR CONDIEV, 970	(19) 3514-3100	juridico@desktop.net.br	
50.866.699/0001-45	UP SOLUTION TELECOM LTDA				R\$ 679,00
Endereço:					
32.799.248/0001-50	B R A SERVICOS DE COMUNICACAO EIRELI				R\$ 950,00
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:	
SP	Vinhedo	RUA OCTAVIO PINHATA, 87	(11) 2500-6161 / (11) 2500-6140	contato@contabilidadeconnect.com.br	
08.149.812/0001-05	IP AMERICA TELECOM LTDA.				R\$ 3.284,00
Endereço:	Telefone:	Email:			
RUA ALFREDO VOLPI, 152	(11) 4210-6677	contato@ipamerica.com.br			
08.219.232/0001-47	MENDEX NETWORKS TELECOMUNICACOES LTDA				R\$ 3.285,00
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
SP	Pariqueira-Açu	RUA ANTONIO CAMPOSTRINI, 197	Rodrigo Cláudio Mendes	(13) 3856-4311	contato@mendex.com.br



CNPJ	Razão Social do Fornecedor					Valor da Proposta Final
04.202.019/0001-71	BSB TIC SOLUCOES LTDA					R\$ 3.290,00
Estado: DF	Cidade: Brasília	Endereço: SETOR COMERCIAL SUL QUADRA 01 BLOCO C, 30	Nome de Contato: Fabricio Chaves Cavalcante	Telefone: (61) 3224-7221	Email: mbmcontab@bol.com.br	
47.914.199/0001-27	J.A TELECOM LTDA UF endereço: SP					R\$ 3.300,00
Endereço: RIO GRANDE, 3321	Telefone: (17) 9775-8817	Email: joaoalexandreabdata@outlook.com.br				
54.592.021/0001-72	INFRA SERVICOS TERCEIRIZADOS & TECNOLOGIA LTDA UF endereço: SP					R\$ 3.400,00
Endereço:						
58.291.882/0001-71	58.291.882 ROZANGELA DA SILVA GUEDES UF endereço: AC					R\$ 3.500,00
Endereço: VITORINO PINHEIRO DO NASCIMENTO, 1003		Telefone: (11) 3959-9844	Email: marielcontabilidade@gmail.com			
29.605.329/0001-68	EDSON RODRIGO MELLADO DE LIMA					R\$ 3.500,00
Estado: SP	Cidade: São Paulo	Endereço: RUA LIBERO BADARO, 101	Telefone: (11) 4797-1225	Email: rodrigolima_logistica@hotmail.com		
40.273.957/0001-26	JEOZADAQUE LIRA SILVA 02863451103					R\$ 3.500,00
Estado: MA	Cidade: Buriticupu	Endereço: R MERCADO, 06	Nome de Contato: JEOZADAQUE LIRA SILV	Telefone: (98) 8436-5777	Email: contato@jlsilvaltda.com	
15.655.026/0001-45	RNL TRADE AND FACILITIES LTDA					R\$ 3.590,30
Endereço: RUA DAS PITANGUEIRAS, 5		Telefone: (61) 9570-4155/ (61) 2780-0328	Email: contato@federaltrading.org			
08.804.362/0001-47	FACHINELI COMUNICACAO LTDA					R\$ 4.000,00
Estado: MG	Cidade: Uberaba	Endereço: RUA ALAOR PRATA, 23	Telefone: (34) 99194-3211	Email: atualcomunicacao@terra.com.br		
Preço (Outros Entes Públicos) 1: Mediana das Propostas Finais					R\$ 3.833,50	
Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)						



Órgão: Município de Guaporema

Objeto: Contratação De empresa para realizar serviço De Fornecimento De Links De Internet para os departamentos da prefeitura de Guaporema/PR

Data: 02/10/2025 00:00

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: NÃO

Identificação: MG-302025- Pregão Eletrônico

Lote/Item: 1/1

Ata: [Link Ata](#)

Fonte: <http://186.250.239.170:7474/transparencia/licitacoes>

Quantidade: 12

UF: PR



Descrição: INTERNET FIBRA ÓPTICA DEDICADA IP FIXO 200 MB POR PONTO - INTERNET FIBRA ÓPTICA DEDICADA IP FIXO 200 MB POR PONTO.

Fornecimento De Ip Fixo (Válido) Link Simétrico De Download E Upload Com Velocidade Não Inferior A 200 Mb, Além Do Fornecimento De Equipamentos Em Comodato De 1 (Um) Aparelho Onu E 1 (Um) Roteador Sem Limite De Tráfego por ponto, Instalação Sem Custo, Com Sinal Wi-Fi, Necessários Ao Funcionamento Dos Serviços da Prefeitura Municipal de Guaporema/PR. Link Dedicado 200 Mb A Ser Instalado, Serviço De Conectividade E Comunicação De Dados, Instalação, Manutenção E Acesso À Internet De Via Fibra Óptica Com Volume De Banda Dedicada De 200Mb/s. O Serviço Deve Incluir Instalação, Manutenção E Monitoramento Contínuo Da Conexão. A cobrança só iniciará após o efetivo serviço em funcionamento. A instalação, manutenção e monitoramento contínuo não gerará custos para a administração. Link Dedicado de Internet. Prestação de serviço de acesso à Internet dedicado em fibra óptica, simétrico, com garantia de banda e IP fixo, incluindo instalação, fornecimento de equipamentos em comodato, cabeamento e suporte técnico 24/7. Tecnologia e Meio Físico: Fibra óptica dedicada, ponto a ponto, sem compartilhamento de circuito com outros clientes; Imunidade a ruídos e interferências; Infraestrutura entregue pronta para operação, incluindo cabeamento interno e externo necessário. Velocidade e Banda: 200 Mbps de download e upload (simétrico), com garantia mínima de 99,5% de disponibilidade; Tráfego ilimitado, sem limitação de portas ou volume; Capacidade de upgrade de banda futura, conforme demanda do município. Endereço IP: Mínimo de 1 IP fixo público POR PONTO, válido e fornecido sem custo adicional; Possibilidade de expansão de IPs conforme necessidade. Equipamentos e Infraestrutura: Fornecimento de roteador, modem, switches e demais equipamentos necessários em regime de comodato; Instalação, configuração e ajuste de todos os dispositivos, garantindo pleno funcionamento do link; Cabeamento estruturado, racks e suportes para acomodação de equipamentos. Suporte e SLA: Atendimento técnico 24h/dia, 7 dias por semana; Diagnóstico remoto e solução de problemas prioritária, incluindo manutenção preventiva e corretiva; Registro e acompanhamento de incidentes e geração de relatórios periódicos de tráfego e desempenho. Condições de Execução: Prazo máximo de 05 dias após assinatura do contrato para instalação completa; Testes de aceitação obrigatórios antes da cobrança inicial; Não contabilização de até 5 interrupções anuais agendadas para manutenção, desde que comunicadas previamente. O Link De Acesso A Internet Deve Ter Garantia De Banda; Deve Ser Fornecido Com Pelo Menos 1 Endereço De Ip Fixo E Válido; Deve Ser Fornecido Todos Os Equipamentos E Acessórios Necessário Para O Correto Funcionamento Do Serviço De Internet Em Regime De Comodato; A Contratada Deve Executar Toda A Instalação E Configuração Dos Equipamentos Necessários Para O Funcionamento Correto Do Link; A Contratada Deve Oferecer Suporte 24 Horas/dia Quanto À Manutenção Dos Serviços E Equipamentos, Atendendo Qualquer Solicitação Feita Pelos Canais De Atendimento Nos Prazos Acordados. Velocidade: 200 Mbps Full, Dedicado Para Upload E Download, Garantia De No Mínimo 99,5%. Sem Limite De Download/Upload, além de todos os materiais e cabeamentos necessários até a conexão. 01(um) IP fixo, velocidade de download e upload de 200 mbps (duzentos megabits por segundo). Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim. O circuito de acesso não poderá ser compartilhado com nenhum outro cliente da licitante. O circuito de acesso deverá possibilitar pelo menos 99,5% do tráfego, garantindo o não descarte de pacotes nas portas do backbone para a velocidade contratada. O meio físico do circuito de acesso deverá ser entregue em fibra ótica, devido à imunidade de ruídos e maior capacidade final de banda. Não serão aceitas soluções diferentes da tecnologia informada acima, sendo necessário que ambos os links atendam as especificações determinadas. Na proposta apresentada deverão estar contemplados todos os custos envolvidos na prestação dos serviços, incluindo: aluguel dos meios de transmissão e dos equipamentos utilizados, despesas com manutenção, etc. A Contratada deverá oferecer endereço de IP válido como padrões e isentos de qualquer custo adicional, para o link. Deverá ser permitido o 'upgrade' de banda entre os pontos interconectados (escalabilidade). Dentre os serviços agregados à disponibilização dos links devem estar: A supervisão e gerenciamento de toda rede em 'real time' (24h por dia, 7 dias por semana). O diagnóstico e solução dos problemas remotamente (preferencialmente). Registro e acompanhamento dos incidentes e SLAs (Service Level Agreements Acordo de Níveis de Serviço) em pelo menos 99,5%. Geração de relatórios de tráfegos de cada cliente para fornecimento de informações quando solicitado; Execução de atividades de manutenção preventiva e corretiva visando a melhoria dos índices de transmissão e conectividade solicitados; A conexão gerada deverá estar disponível 24h (vinte e quatro horas) por dia, 07 (sete) dias por semana. Não serão



computadas no cálculo de disponibilidade mensal até 05 (cinco) interrupções anuais do serviço a serem utilizadas como janelas para manutenção corretiva e preventiva, desde que agendadas em comum acordo e com antecedência mínima de 02 (dois) dias, em período eventualmente concedido pelo município. A licitante vencedora terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados da data de assinatura do contrato, para completar integralmente toda a instalação, ativação, configuração, ajustes, etc. dos serviços contratados, deixando a rede com o total da funcionalidade ora contratada. Os serviços serão iniciados após o prazo estabelecido não podendo ser realizada nenhuma cobrança até que seja testado o funcionamento do link principal e somente após o primeiro mês de utilização a contar da primeira conexão de cada um dos serviços. Valor da instalação já incluso no serviço.



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
08.705.966/0001-36	GUAPOREMA - SERVICOS DE COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA	R\$ 3.833,50
VENCEDOR		
Endereço: AVENIDA PADRE EVALDO FELDHAUS, 121	Telefone: (44) 9139-2640/ (44) 9148-1473	Email: reche42@hotmail.com

Item 2: Equipamentos em regime de comodato: Ponto de Acesso de Wi-Fi 6 com as seguintes características mínimas: Cobertura de até 175 mts, 32 SSID, 256 clientes

Preço Estimado: R\$ 150,88 (un) Percentual: - Preço Estimado Calculado: R\$ 150,88 Média dos Preços Obtidos: R\$ 150,88

Quantidade	Descrição	Observação
33 Unidades	Equipamentos em regime de comodato: Ponto de Acesso de Wi-Fi 6 com as seguintes características mínimas: Cobertura de até 175 mts, 32 SSID, 256 clientes	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Finais R\$ 134,98
 Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: Ministério do Planejamento e Orçamento Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Unidade Estadual do IBGE no Rio Grande do Sul	Data: 12/09/2025 08:00
Objeto: Contratação de serviços de internet por Banda larga compartilhada com acesso preferencialmente em fibra óptica para as agências do IBGE/RS	Modalidade: Dispensa SRP: NÃO
Descrição: Acesso a Internet Via Cabo Acesso a Internet Via Cabo - Unidade de fornecimento assinatura mensal - Acesso a Internet Via Cabo Acesso a Internet Via Cabo - Unidade de fornecimento assinatura mensal	Identificação: Dispensa de Licitação Nº 63/2025 / UASG: 114625
CatSer: 26484 - Acesso a Internet Via Cabo	Lote/Item: /2 Ata: Link Ata
	Homologação: 01/10/2025 14:10 Fonte: www.gov.br/compras/pt-br
	Quantidade: 12 Unidade: MEGA BITS/SEGUNDO UF: RS

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
04.202.019/0001-71	BSB TIC SOLUCOES LTDA	R\$ 131,00
VENCEDOR		
Estado: DF	Cidade: Brasília	Endereço: SETOR COMERCIAL SUL QUADRA 01 BLOCO C, 30
	Nome de Contato: Fabricio Chaves Cavalcante	Telefone: (61) 3224-7221
		Email: mbmcontab@bol.com.br
34.924.717/0001-41	NOAH TELECOMUNICACOES LTDA	R\$ 133,00
Endereço: ALVARES PENTEADO, 177	Telefone: (11) 4979-8735	Email: diretoria@noahtelecom.org
27.147.548/0001-15	ME TELECOM SERVICOS DE INTERNET LTDA Beneficio Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: BA	R\$ 134,98
Endereço: AMERICO TANURY, 3	Telefone: (87) 8836-3209	Email: hernandes@jhmais.com.br



CNPJ	Razão Social do Fornecedor					Valor da Proposta Final
40.273.957/0001-26	JEOZADAQUE LIRA SILVA 02863451103					R\$ 138,00
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
MA	Buritupu	R MERCADO, 06	JEOZADAQUE LIRA SILV	(98) 8436-5777	contato@jlsilvalda.com	

18.843.645/0001-51	TELECOMUNICACOES BRASILIA LTDA					R\$ 140,00
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
DF	Brasília	RUA 47, 111	RAIMUNDO FEITOSA ALENCAR	(61) 99964-6628	raimundo.alencar@telebrasil.com	

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Finais
 Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

R\$ 121,00

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

Data: 01/08/2025 08:00

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecer serviços de instalação, locação, configuração e manutenção de links de internet e wifi em tecnologia de fibra óptica, estabelecendo interconexão por meio de rede Lan To Lan (local área network), para atender as demandas da prefeitura municipal de Renascença.

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: NÃO

Identificação: NºPregão:900562025 / UASG:987809

Lote/Item: /5

Ata: [Link Ata](#)

Descrição: Acesso a Internet Via Cabo - Acesso a Internet Via Cabo

Homologação: 19/08/2025 09:28

CatSer: 26484 - Acesso a Internet Via Cabo

Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

Quantidade: 12

Unidade: MEGA BITS/SEGUNDO

UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor					Valor da Proposta Final
04.596.419/0001-09	AMPERNET - TELECOMUNICACOES LTDA					R\$ 121,00
VENCEDOR						
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
PR	Ampére	RUA BRASILIA, 956	SANDRO	(46) 99916-0850	sandro@ampernet.com.br	

Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das Propostas Finais
 Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

R\$ 172,50

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RS

Data: 30/07/2025 08:00

Objeto: Registro de Preços para a prestação de serviços de comunicação de dados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: SIM

Descrição: Acesso a Internet Via Cabo - INTERNET WI-FI EM ÁREAS PÚBLICAS (Locação de 1 ponto equivale a 12 serviço/mês - Total de pontos: 100) CONFORME TERMO DE REFERENCIA

Identificação: NºPregão:900552025 / UASG:988841

Lote/Item: /8

Ata: [Link Ata](#)

CatSer: 26484 - Acesso a Internet Via Cabo

Homologação: 22/08/2025 09:50

Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

Quantidade: 1.200

Unidade: MEGA BITS/SEGUNDO

UF: RS

CNPJ	Razão Social do Fornecedor					Valor da Proposta Final
61.010.839/0001-03	SPACEVOX TELECOMUNICAOE LTDA UF endereço: SP					R\$ 99,99
Endereço:						
,						



CNPJ	Razão Social do Fornecedor						Valor da Proposta Final
07.756.651/0001-55	BRASIL TECPAR SERVICOS DE TELECOMUNICACOES S.A						R\$ 156,61
VENCEDOR							
Estado:	Cidade:	Endereço:		Telefone:	Email:		
RS	Santa Maria	AVENIDA FERNANDO FERRARI, 1280		(55) 3224-6300	societario@brasiletepar.com.br		
18.843.645/0001-51	TELECOMUNICACOES BRASILIA LTDA						R\$ 168,00
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:		
DF	Brasília	RUA 47, 111	RAIMUNDO FEITOSA ALENCAR	(61) 99964-6628	raimundo.alencar@telebrasilia.com		
04.202.019/0001-71	BSB TIC SOLUCOES LTDA						R\$ 170,00
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:		
DF	Brasília	SETOR COMERCIAL SUL QUADRA 01 BLOCO C, 30	Fabricio Chaves Cavalcante	(61) 3224-7221	mbmcontab@bol.com.br		
26.804.280/0001-84	NOVA RENASCER LTDA						R\$ 170,00
Estado:	Cidade:	Endereço:		Telefone:	Email:		
AM	Manaus	RUA MAJOR GABRIEL, 1974		(92) 4141-1644	cavalcante.econtabil@gmail.com		
49.450.652/0001-17	A.S.L. REPRESENTACOES LTDA						R\$ 172,50
Endereço:							
71.208.516/0001-74	ALGAR TELECOM S/A						R\$ 172,50
Estado:	Cidade:	Endereço:		Telefone:	Email:		
MG	Uberlândia	RUA JOSE ALVES GARCIA, 415		(34) 2183-0000	algar@algar.com.br		
34.924.717/0001-41	NOAH TELECOMUNICACOES LTDA						R\$ 172,50
Endereço:							
ALVARES PENTEADO, 177							
Telefone:							
(11) 4979-8735							
Email:							
diretoria@noahtelecom.org							
25.078.657/0001-00	PONTO A PONTO TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA						R\$ 172,50
Endereço:							
AVENIDA DOM HELDER CAMARA, 04245							
Telefone:							
(21) 7285-6070							
Email:							
administrativo@ptptelecom.com.br							
05.872.814/0001-30	VOGEL SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES E INFORMATICA S.A.						R\$ 172,50
Estado:	Cidade:	Endereço:		Telefone:	Email:		
SP	São Paulo	AVENIDA PROF VICENTE RAO, 1262		(11) 3868-9850	renato.rosa@avvio.com.br		
26.580.101/0001-72	APPONTE WEB GESTAO E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.						R\$ 177,73
Endereço:							
FILIPE DE GUSMAO, 123							
Telefone:							
(11) 3255-4399							
Email:							
dalessandro@apponte.com.br							
18.182.577/0001-27	SITEBRA SISTEMA DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA						R\$ 189,75
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:		
DF	Brasília	Q SOFN QUADRA 1 CONJUNTO C, S/N	RAFFAELE COELHO IMPROTA	(61) 3028-6010	financeiro@sitebra.com.br		
08.219.232/0001-47	MENDEX NETWORKS TELECOMUNICACOES LTDA						R\$ 200,00
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:		
SP	Parquera-Açu	RUA ANTONIO CAMPOSTRINI, 197	Rodrigo Claudionor Mendes	(13) 3856-4311	contato@mendex.com.br		
Preço (Compras Governamentais) 4: Mediana das Propostas Finais						R\$ 165,90	
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)							





CNPJ: 02.069.808/0001-50

Órgão: ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL ANTONER BARREIRA TO

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de acesso à internet com velocidade 200MB Mensal

Descrição: Acesso a Internet Via Cabo - CAMARA DE MICROFOTOGRAFIA, NOME: CAMARA DE MICROFOTOGRAFIA

CatSer: 26484 - Acesso a Internet Via Cabo

Data: 24/06/2025 09:51

Modalidade: Dispensa

SRP: NÃO

Identificação: Dispensa de Licitação Nº 90005/2025 / UASG: 930850

Lote/Item: /1

Ata: [Link Ata](#)

Homologação: 10/07/2025 13:15

Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

Quantidade: 12

Unidade: MEGA BITS/SEGUNDO

UF: TO

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
34.924.717/0001-41	NOAH TELECOMUNICACOES LTDA	R\$ 165,90
VENCEDOR		
Endereço:	Telefone:	Email:
ALVARES PENTEADO, 177	(11) 4979-8735	diretoria@noahtelecom.org
61.010.839/0001-03	SPACEVOX TELECOMUNICAOE LTDA UF endereço: SP	R\$ 165,90
Endereço:		
04.202.019/0001-71	BSB TIC SOLUCOES LTDA	R\$ 165,93
Estado:	Cidade:	Endereço:
DF	Brasília	SETOR COMERCIAL SUL QUADRA 01 BLOCO C, 30
Nome de Contato:	Telefone:	Email:
Fabrizio Chaves Cavalcante	(61) 3224-7221	mbmcontab@bol.com.br

Preço (Compras Governamentais) 5: Mediana das Propostas Finais

R\$ 160,00

Inc. I Art. 5º da LN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 76.920.800/0001-92

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU BRAZ

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de acesso de internet, sendo na área urbana e rural, instalação de link dedicado 100% via fibra óptica.

Descrição: Acesso a Internet Via Cabo - Disponibilização de acesso à internet: via fibra ótica, velocidade: 300Mbps FULL. USO CRAS CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CatSer: 26484 - Acesso a Internet Via Cabo

Data: 17/06/2025 08:00

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: NÃO

Identificação: NºPregão:900082025 / UASG:985421

Lote/Item: /5

Ata: [Link Ata](#)

Homologação: 07/07/2025 20:28

Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

Quantidade: 60

Unidade: MEGA BITS/SEGUNDO

UF: MG

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
32.042.877/0001-31	FLASH TELECOM LTDA	R\$ 159,00
VENCEDOR		
Endereço:		
52.046.008/0001-92	ARMANDO SEMEGHINI NETO	R\$ 160,00
Endereço:	Telefone:	Email:
DUQUE DE CAXIAS, 1324	(16) 9743-7525	dinastia.financeira@hotmail.com



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
47.892.037/0001-35	NVX FIBRA LTDA UF endereço: SP	R\$ 164,69
Endereço:		





Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Compras.gov.br
www.gov.br/compras/pt-br

Data: 08/12/2025 10:27:03
[Acessar a fonte aqui](#)

2 - Portal Nacional de Contratações Públicas
<https://www.gov.br/pncp/pt-br>

Data: 08/12/2025 10:30:23
[Acessar a fonte aqui](#)

3 - Prefeitura Municipal de Guaporema/PR
<http://186.250.239.170:7474/transparencia/licitacoes>

Data: 08/12/2025 10:28:04
[Acessar a fonte aqui](#)





Câmara Municipal de Imperatriz-MA

CNPJ: 69.555.019/0001-09

Responsável: Deivon de Aguiar de Santos

Matrícula: PORT. 001/2025

Telefone: (99) 99132-9844

Departamento: Departamento Administrativo / Responsável Técnico pelo ETP



Mapa Comparativo de Preços


Os cálculos deste relatório foram elaborados com base nas metodologias descritas na 4ª edição do Manual de Orientação de Pesquisa de Preços do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A utilização desse manual assegura a precisão e a confiabilidade dos cálculos apresentados, conforme os padrões estabelecidos pelo STJ. Para mais detalhes, acesse [aqui](#).

Critérios Estatísticos Gerais	
30%	Preços excessivamente elevados: valores superiores a 30% da média do rol de preços obtidos
70%	Inexequível: valores inferiores a 70% da média do rol de preços obtidos

Critérios Estatísticos por item									
Item	Média	Mediana	Desvio Padrão Amostral	Coeficiente de Variação	Método Estatístico	Preço Mínimo	Válidos		
							Média	Mediana	
Serviço de Link Dedicado Internet Banda Larga – 1.000 Mbps - Circuitos dedicados com /29, sem compartilhamento, full duplex, disponibilidade mínima de 99,9% com tecnologia de fibra óptica	R\$ 2.712,85	R\$ 2.762,25	845,92	31,18	Mediana	R\$ 1.153,99	R\$ 2.616,64	R\$ 2.740,00	
Equipamentos em regime de comodato: Ponto de Acesso de Wi-Fi 6 com as seguintes características mínimas: Cobertura de até 175 ms, 32 SSID, 256 clientes	R\$ 150,88	R\$ 160,00	21,92	14,53	Média	R\$ 121,00	R\$ 150,88	R\$ 160,00	

Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
1	Serviço de Link Dedicado Internet Banda Larga – 1.000 Mbps - Circuitos dedicados com /29, sem compartilhamento, full duplex, disponibilidade mínima de 99,9% com tecnologia de fibra óptica	un	2,00	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Secretaria Geral do Exército Diretoria de Assuntos Culturais Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana	Compras.gov.br	DLB COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA EIRELI	Microempresa	R\$ 1.153,99	R\$ 2.712,85	INEXEQUÍVEL	44,1% de média dos outros preços obtidos, excluindo os excessivamente elevados
				GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO ESP-SECRETARIA DE CIENCIA TECNOL E INOVAÇÃO ESP-INSTITUTO OCEANOGRÁFICO - USP	Compras.gov.br	FORTALEZA COMERCIO E SERVICOS LTDA	---	R\$ 2.784,50		VÁLIDO	
				CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA/PR	Compras.gov.br	A J SALVI & CIA LTDA	Empresa de Pequeno Porte	R\$ 2.740,00		VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	Compras.gov.br	UNE TELECOM LTDA	---	R\$ 2.289,99		VÁLIDO	
				MUNICIPIO DE JACAREI / 1 - GERAL	Portal Nacional de Contratações Públicas	VIVAS TELECOMUNICACOES LTDA	---	R\$ 3.000,00		VÁLIDO	



Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Parte	Valor Unic	Média	Avaliação	Obs Avaliação
				CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PIAUI	Compras.gov.br	DB3 SERVICOS DE TELECOMUNICACOES S.A	Grupo II - Empresa de Grande Porte	R\$ 1.820,00		VÁLIDO	
				PODER JUDICIÁRIO Justiça Federal Seção Judiciária do Distrito Federal	Compras.gov.br	BSB TIC SOLUCOES LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 3.824,50		EXCESSIVAMENTE ELEVADO	47,7% superior que a média dos demais preços obtidos
				Fundação Camélia Maria de Souza de Cultura e Comunicação Pública/ES	Compras.gov.br	ATUAL SERVICOS E COMUNICACAO LTDA	Microempresa	R\$ 2.382,00		VÁLIDO	
				CAMARA MUNICIPAL DE CUBATAO	Compras.gov.br	DESKTOP S.A.	Grupo I - Empresa de Grande Porte	R\$ 3.300,00		VÁLIDO	
				Município de Guaporema	Prefeitura Municipal de Guaporema/PR	GUAFOREMA - SERVICOS DE COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA	Micro Empresa	R\$ 3.833,50		EXCESSIVAMENTE ELEVADO	48,11% superior que a média dos demais preços obtidos
2	Equipamentos em regime de comodato: Ponto de Acesso de Wi-Fi 6 com as seguintes características mínimas: Cobertura de até 175 mts, 32 SSID, 256 clientes	un	39,00	Ministério do Planejamento e Orçamento Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Unidade Estadual do IBGE no Rio Grande do Sul	Compras.gov.br	BSB TIC SOLUCOES LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 134,98	R\$ 150,88	VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA	Compras.gov.br	AMPERNET - TELECOMUNICACOES LTDA	Grupo III - Empresa de Médio Porte	R\$ 121,00		VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RS	Compras.gov.br	BRASIL TECPAR SERVICOS DE TELECOMUNICACOES S.A	Grupo II - Empresa de Grande Porte	R\$ 172,50		VÁLIDO	
				ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL ANTENOR BARREIRA TO	Compras.gov.br	NOAH TELECOMUNICACOES LTDA	---	R\$ 165,80		VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU BRAZ	Compras.gov.br	FLASH TELECOM LTDA	---	R\$ 160,00		VÁLIDO	





Câmara Municipal de Imperatriz-MA

CNPJ: 69.555.019/0001-09

Responsável: Deivon de Aguiar de Santos

Matrícula: PORT. 001/2025

Telefone: (99) 99132-9844

Departamento: Departamento Administrativo / Responsável Técnico pelo ETP



Relatório Memorial de Cálculo

Relatório gerado no dia 08/12/2025 10:42:26 (IP: 168.197.12.173)

Item 1 - Serviço de Link Dedicado Internet Banda Larga – 1.000 Mbps - Circuitos dedicados com /29, sem compartilhamento, full duplex, disponibilidade mínima de 99,9% com tecnologia de fibra óptica:

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Mediana das Propostas Finais

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 08.705.966/0001-36	R\$ 3.833,50	R\$ 3.833,50
1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 3833.50		
2. Valor Calculado: R\$ 3.833,50		

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Finais



Relatório gerado no dia 08/12/2025 10:42:26 (IP: 168.197.12.173)

Código Validação: 9sjGcqeyrY5m%2fBD3O0eDgkJbFD4H5hzRGan54vUc2Ckb%2bL2vcV1SGVLCLsYJ6qZiRsB6vAhDvE8KbRA%2bolokKg%3d%3d
<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=9sjGcqeyrY5m%252fBD3O0eDgkJbFD4H5hzRGan54vUc2Ckb%252bL2vcV1SGVLCLsYJ6qZiRsB6vAhDvE8KbRA%252bolokKg%253d%253d>

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 40.708.647/0001-97	R\$ 1.150,00	R\$ 519,22
2 49.490.183/0001-60	R\$ 1.150,00	R\$ 567,00
3 61.196.113/0001-07	R\$ 889,79	R\$ 659,00
4 34.934.113/0001-86	R\$ 660,00	R\$ 660,00
5 62.038.517/0001-27	R\$ 1.500,00	R\$ 700,00
6 51.128.297/0001-06	R\$ 1.158,26	R\$ 721,59
7 21.157.270/0001-80	R\$ 1.158,26	R\$ 736,48
8 52.446.210/0001-01	R\$ 751,60	R\$ 751,60
9 42.961.053/0001-19	R\$ 1.158,27	R\$ 887,35
10 33.884.155/0001-97	R\$ 1.158,00	R\$ 887,38
11 08.528.076/0001-04	R\$ 2.000,00	R\$ 888,00
12 33.279.320/0001-81	R\$ 890,00	R\$ 890,00
13 50.232.454/0001-66	R\$ 1.159,00	R\$ 1.073,75
14 59.298.287/0001-20	R\$ 1.159,00	R\$ 1.073,76
15 48.040.995/0001-40	R\$ 1.158,00	R\$ 1.073,84
16 51.382.835/0001-94	R\$ 1.180,00	R\$ 1.073,98
17 48.437.027/0001-72	R\$ 1.074,00	R\$ 1.074,00
18 35.092.174/0001-06	R\$ 1.760,00	R\$ 1.149,86
19 33.275.120/0001-50	R\$ 2.316,53	R\$ 1.149,98
20 49.006.412/0001-28	R\$ 50.000,00	R\$ 1.150,00
21 52.283.664/0001-09	R\$ 1.150,00	R\$ 1.150,00
22 59.714.698/0001-50	R\$ 1.150,00	R\$ 1.150,00
23 60.674.234/0001-46	R\$ 1.150,00	R\$ 1.150,00
24 59.126.048/0001-93	R\$ 1.153,99	R\$ 1.153,99
25 32.005.178/0001-11	R\$ 1.157,27	R\$ 1.157,27
26 32.970.666/0001-69	R\$ 1.158,00	R\$ 1.158,00
27 49.221.606/0001-46	R\$ 1.158,00	R\$ 1.158,00
28 55.971.522/0001-22	R\$ 1.158,00	R\$ 1.158,00
29 62.145.310/0001-51	R\$ 1.158,00	R\$ 1.158,00
30 50.996.832/0001-88	R\$ 1.158,00	R\$ 1.158,00
31 30.870.355/0001-00	R\$ 1.158,00	R\$ 1.158,00
32 36.513.363/0001-78	R\$ 1.158,00	R\$ 1.158,00
33 37.685.672/0001-98	R\$ 1.158,00	R\$ 1.158,00
34 36.663.390/0001-27	R\$ 1.158,00	R\$ 1.158,00
35 19.385.437/0001-19	R\$ 1.158,25	R\$ 1.158,25
36 56.607.352/0001-64	R\$ 1.158,26	R\$ 1.158,26
37 47.174.031/0001-22	R\$ 1.158,27	R\$ 1.158,27
38 42.542.508/0001-61	R\$ 1.158,27	R\$ 1.158,27
39 49.935.709/0001-78	R\$ 1.158,27	R\$ 1.158,27
40 58.434.877/0001-70	R\$ 1.158,27	R\$ 1.158,27
41 19.079.325/0001-30	R\$ 1.158,78	R\$ 1.158,78
42 56.122.133/0001-95	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
43 57.225.415/0001-80	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
44 17.839.055/0001-92	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
45 37.563.497/0001-66	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
46 53.111.650/0001-70	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
47 23.929.719/0001-07	R\$ 59.900,00	R\$ 59.900,00



1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 1153.99

2. Valor Calculado: R\$ 1.153,99

Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das Propostas Finais



CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 55.261.686/0001-66	R\$ 3.270,06	R\$ 1.214,03
2 44.828.258/0001-56	R\$ 3.270,00	R\$ 1.510,03
3 54.155.399/0001-09	R\$ 3.270,00	R\$ 2.000,00
4 28.964.155/0001-67	R\$ 3.200,00	R\$ 2.020,00
5 41.909.778/0001-03	R\$ 2.914,00	R\$ 2.039,00
6 58.733.880/0001-95	R\$ 3.270,06	R\$ 2.068,23
7 49.978.985/0001-13	R\$ 3.200,00	R\$ 2.070,00
8 58.434.877/0001-70	R\$ 3.271,00	R\$ 2.127,99
9 39.951.699/0001-00	R\$ 3.200,00	R\$ 2.128,00
10 53.249.470/0001-50	R\$ 2.990,00	R\$ 2.179,05
11 41.358.941/0001-89	R\$ 3.200,00	R\$ 2.190,00
12 47.821.089/0001-10	R\$ 3.500,00	R\$ 2.317,35
13 46.314.136/0001-77	R\$ 3.270,10	R\$ 2.329,00
14 59.495.996/0001-04	R\$ 3.270,00	R\$ 2.350,00
15 48.355.003/0001-74	R\$ 3.270,06	R\$ 2.454,28
16 47.675.120/0001-52	R\$ 3.270,03	R\$ 2.496,13
17 48.855.116/0001-39	R\$ 5.000,00	R\$ 2.496,14
18 08.257.348/0001-70	R\$ 3.270,00	R\$ 2.496,15
19 47.220.593/0001-65	R\$ 3.270,00	R\$ 2.500,00
20 48.130.404/0001-26	R\$ 3.270,00	R\$ 2.535,42
21 52.446.210/0001-01	R\$ 2.535,43	R\$ 2.535,43
22 34.354.190/0001-67	R\$ 3.270,00	R\$ 2.574,06
23 05.207.424/0001-45	R\$ 2.587,00	R\$ 2.587,00
24 36.981.651/0001-57	R\$ 3.270,00	R\$ 2.640,00
25 40.552.241/0001-68	R\$ 3.260,00	R\$ 2.646,00
26 27.414.128/0001-58	R\$ 2.647,00	R\$ 2.647,00
27 15.050.089/0001-78	R\$ 3.270,00	R\$ 2.769,00
28 52.656.563/0001-36	R\$ 3.269,00	R\$ 2.799,99
29 49.610.200/0001-55	R\$ 3.500,88	R\$ 2.800,00
30 59.298.287/0001-20	R\$ 3.271,00	R\$ 2.860,00
31 48.944.202/0001-18	R\$ 3.270,06	R\$ 2.878,80
32 55.991.204/0001-23	R\$ 3.269,00	R\$ 2.891,00
33 57.913.538/0001-04	R\$ 2.892,84	R\$ 2.892,84
34 54.419.299/0001-42	R\$ 3.270,00	R\$ 3.083,00
35 57.480.347/0001-04	R\$ 3.100,00	R\$ 3.100,00
36 50.984.118/0001-70	R\$ 3.269,77	R\$ 3.177,69
37 58.216.225/0001-60	R\$ 3.270,00	R\$ 3.199,00
38 17.263.504/0001-05	R\$ 3.270,00	R\$ 3.200,00
39 61.918.162/0001-06	R\$ 4.000,00	R\$ 3.200,00
40 30.870.355/0001-00	R\$ 3.200,00	R\$ 3.200,00
41 50.346.552/0001-24	R\$ 3.255,00	R\$ 3.255,00
42 36.663.390/0001-27	R\$ 3.270,00	R\$ 3.270,00
43 50.595.094/0001-67	R\$ 3.270,05	R\$ 3.270,05
44 52.550.737/0001-81	R\$ 3.270,06	R\$ 3.270,06
45 42.166.294/0001-76	R\$ 3.270,06	R\$ 3.270,06
46 56.607.352/0001-64	R\$ 3.270,06	R\$ 3.270,06
47 43.230.932/0001-33	R\$ 3.270,06	R\$ 3.270,06
48 21.157.270/0001-80	R\$ 3.270,06	R\$ 3.270,06
49 58.321.286/0001-97	R\$ 3.270,11	R\$ 3.270,11
50 34.705.204/0001-40	R\$ 3.300,00	R\$ 3.300,00
51 17.751.076/0001-51	R\$ 4.270,06	R\$ 3.340,92
52 25.235.133/0001-78	R\$ 6.000,00	R\$ 4.000,00
53 54.534.926/0001-96	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00



CNPJ
54 46.678.039/0001-63

Valor da Proposta Inicial
R\$ 10.000.000,00

Valor da Proposta Final
R\$ 10.000.000,00

1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 2769.00, 2799.99
2. Soma das propostas selecionadas: 2769.00 + 2799.99 = 5568.99
3. Divisão pela quantidade selecionada: 5568.99 / 2 = 2784.50
4. Valor Calculado: R\$ 2.784,50

Preço (Compras Governamentais) 4: Mediana das Propostas Finais

CNPJ

1	07.849.387/0001-02
2	19.632.641/0001-97
3	30.609.826/0001-13
4	15.230.480/0001-54
5	57.223.177/0001-74
6	24.116.015/0001-88
7	17.778.021/0001-35
8	07.691.357/0001-02
9	33.306.448/0001-97
10	16.651.256/0001-07



Valor da Proposta Inicial

R\$ 2.775,00
R\$ 2.700,00
R\$ 2.698,00
R\$ 2.780,00
R\$ 2.700,00
R\$ 2.780,00
R\$ 2.780,00
R\$ 2.780,00
R\$ 2.780,00
R\$ 2.780,00
R\$ 2.780,00

Valor da Proposta Final

R\$ 2.450,00
R\$ 2.499,00
R\$ 2.633,00
R\$ 2.650,00
R\$ 2.700,00
R\$ 2.780,00
R\$ 2.780,00
R\$ 2.780,00
R\$ 2.780,00
R\$ 2.780,00
R\$ 2.780,00

1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 2700.00, 2780.00
2. Soma das propostas selecionadas: 2700.00 + 2780.00 = 5480.00
3. Divisão pela quantidade selecionada: 5480.00 / 2 = 2740.00
4. Valor Calculado: R\$ 2.740,00

Preço (Compras Governamentais) 5: Mediana das Propostas Finais

CNPJ

1	54.263.569/0001-79
2	97.528.702/0001-84
3	28.097.989/0001-12
4	22.415.618/0001-55
5	34.924.717/0001-41
6	08.149.812/0001-05
7	34.705.204/0001-40
8	38.299.789/0001-04
9	49.633.956/0001-10
10	61.010.839/0001-03
11	40.273.957/0001-26
12	18.843.645/0001-51
13	08.219.232/0001-47

Valor da Proposta Inicial

R\$ 2.513,49
R\$ 2.550,00
R\$ 2.499,99
R\$ 2.513,49
R\$ 2.500,00
R\$ 5.000,00
R\$ 2.700,00
R\$ 2.613,49
R\$ 2.500,00
R\$ 2.509,99
R\$ 2.513,00
R\$ 2.520,00
R\$ 3.000,00

Valor da Proposta Final

R\$ 1.200,00
R\$ 1.999,70
R\$ 1.999,99
R\$ 2.000,00
R\$ 2.000,00
R\$ 2.288,99
R\$ 2.289,99
R\$ 2.290,00
R\$ 2.443,00
R\$ 2.479,90
R\$ 2.513,00
R\$ 2.520,00
R\$ 3.000,00

1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 2289.99
2. Valor Calculado: R\$ 2.289,99

Preço (Compras Governamentais) 6: Mediana das Propostas Finais

CNPJ
1 31.976.241/0001-02

Valor da Proposta Inicial
R\$ 3.000,00

Valor da Proposta Final
R\$ 3.000,00

1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 3000.00
2. Valor Calculado: R\$ 3.000,00

Preço (Compras Governamentais) 7: Mediana das Propostas Finais



CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 41.644.220/0001-35	R\$ 2.137,87	R\$ 300,00
2 07.128.744/0001-35	R\$ 1.500,00	R\$ 400,00
3 11.408.142/0001-09	R\$ 2.137,87	R\$ 450,00
4 22.815.345/0001-36	R\$ 2.137,50	R\$ 500,00
5 04.601.397/0001-28	R\$ 2.137,87	R\$ 845,00
6 37.594.830/0001-02	R\$ 2.137,87	R\$ 900,00
7 00.608.881/0001-28	R\$ 2.137,87	R\$ 1.100,00
8 04.202.019/0001-71	R\$ 2.137,00	R\$ 1.400,00
9 08.219.232/0001-47	R\$ 2.134,00	R\$ 1.620,00
10 97.528.702/0001-84	R\$ 2.500,00	R\$ 1.720,00
11 18.843.645/0001-51	R\$ 2.137,00	R\$ 1.820,00
12 25.078.657/0001-00	R\$ 2.100,00	R\$ 1.979,00
13 37.007.414/0001-52	R\$ 3.000,00	R\$ 2.000,00
14 08.149.812/0001-05	R\$ 6.000,00	R\$ 2.010,00
15 27.118.039/0001-64	R\$ 2.130,00	R\$ 2.030,00
16 61.010.839/0001-03	R\$ 2.127,99	R\$ 2.127,99
17 40.273.957/0001-26	R\$ 2.137,00	R\$ 2.137,00
18 34.924.717/0001-41	R\$ 2.137,00	R\$ 2.137,00
19 49.450.652/0001-17	R\$ 2.137,87	R\$ 2.137,87
20 36.770.097/0001-69	R\$ 2.183,62	R\$ 2.183,62
21 37.168.895/0001-88	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00



1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 1820.00
2. Valor Calculado: R\$ 1.820,00

Preço (Compras Governamentais) 8: Mediana das Propostas Finais

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 04.202.019/0001-71	R\$ 4.711,00	R\$ 2.800,00
2 34.924.717/0001-41	R\$ 4.711,72	R\$ 2.850,00
3 32.662.960/0001-03	R\$ 4.711,72	R\$ 2.900,00
4 51.404.328/0001-04	R\$ 4.200,00	R\$ 3.000,00
5 53.425.960/0001-60	R\$ 4.500,00	R\$ 3.499,00
6 47.892.037/0001-35	R\$ 4.711,72	R\$ 4.150,00
7 09.281.193/0001-70	R\$ 4.711,72	R\$ 4.711,72
8 47.567.673/0001-91	R\$ 10.000,00	R\$ 4.800,00
9 15.655.026/0001-45	R\$ 4.840,82	R\$ 4.840,82
10 18.843.645/0001-51	R\$ 350.000,00	R\$ 350.000,00

1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 3499.00, 4150.00
2. Soma das propostas selecionadas: 3499.00 + 4150.00 = 7649.00
3. Divisão pela quantidade selecionada: 7649.00 / 2 = 3824.50
4. Valor Calculado: R\$ 3.824,50

Preço (Compras Governamentais) 9: Mediana das Propostas Finais



	CNPJ
1	97.528.702/0001-84
2	38.014.409/0001-30
3	22.416.591/0001-15
4	61.010.839/0001-03
5	47.892.037/0001-35
6	08.219.232/0001-47
7	29.605.329/0001-68
8	19.803.264/0001-01
9	26.804.280/0001-84
10	15.655.026/0001-45
11	51.475.492/0001-02



Valor da Proposta Inicial
R\$ 2.400,00
R\$ 2.383,00
R\$ 2.383,33
R\$ 2.299,99
R\$ 28.600,00
R\$ 2.832,00
R\$ 2.383,33
R\$ 2.383,33
R\$ 2.383,33
R\$ 2.383,33
R\$ 2.400,00
R\$ 4.000,00

Valor da Proposta Final
R\$ 1.450,00
R\$ 1.600,00
R\$ 1.630,00
R\$ 1.839,99
R\$ 1.850,00
R\$ 2.382,00
R\$ 2.383,33
R\$ 2.383,33
R\$ 2.383,33
R\$ 2.383,33
R\$ 2.400,00
R\$ 4.000,00

1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 2382.00
2. Valor Calculado: R\$ 2.382,00

Preço (Compras Governamentais) 10: Médiana das Propostas Finais

	CNPJ
1	08.170.849/0001-15
2	50.866.699/0001-45
3	32.799.248/0001-50
4	08.149.812/0001-05
5	08.219.232/0001-47
6	04.202.019/0001-71
7	47.914.199/0001-27
8	54.592.021/0001-72
9	58.291.882/0001-71
10	29.605.329/0001-68
11	40.273.957/0001-26
12	15.655.026/0001-45
13	08.804.362/0001-47

Valor da Proposta Inicial
R\$ 3.500,00
R\$ 1.150,00
R\$ 3.500,00
R\$ 7.000,00
R\$ 3.485,00
R\$ 3.500,00
R\$ 3.300,00
R\$ 3.400,00
R\$ 3.500,00
R\$ 3.500,00
R\$ 3.500,00
R\$ 3.590,30
R\$ 4.000,00

Valor da Proposta Final
R\$ 645,00
R\$ 679,00
R\$ 950,00
R\$ 3.284,00
R\$ 3.285,00
R\$ 3.290,00
R\$ 3.300,00
R\$ 3.400,00
R\$ 3.500,00
R\$ 3.500,00
R\$ 3.500,00
R\$ 3.590,30
R\$ 4.000,00

1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 3300.00
2. Valor Calculado: R\$ 3.300,00

Item 2 - Equipamentos em regime de comodato: Ponto de Acesso de Wi-Fi 6 com as seguintes características mínimas: Cobertura de até 175 mts, 32 SSID, 256 clientes :

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Finais

	CNPJ
1	04.202.019/0001-71
2	34.924.717/0001-41
3	27.147.548/0001-15
4	40.273.957/0001-26
5	18.843.645/0001-51

Valor da Proposta Inicial
R\$ 139,55
R\$ 139,00
R\$ 139,50
R\$ 139,54
R\$ 140,00

Valor da Proposta Final
R\$ 131,00
R\$ 133,00
R\$ 134,98
R\$ 138,00
R\$ 140,00

1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 134.98
2. Valor Calculado: R\$ 134,98

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Finais

	CNPJ
1	04.596.419/0001-09

Valor da Proposta Inicial
R\$ 121,00

Valor da Proposta Final
R\$ 121,00

1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 121.00
2. Valor Calculado: R\$ 121,00

Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das Propostas Finais



CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 61.010.839/0001-03	R\$ 171,99	R\$ 99,99
2 07.756.651/0001-55	R\$ 172,50	R\$ 156,61
3 18.843.645/0001-51	R\$ 168,00	R\$ 168,00
4 04.202.019/0001-71	R\$ 172,00	R\$ 170,00
5 26.804.280/0001-84	R\$ 172,50	R\$ 170,00
6 49.450.652/0001-17	R\$ 172,50	R\$ 172,50
7 71.208.516/0001-74	R\$ 172,50	R\$ 172,50
8 34.924.717/0001-41	R\$ 172,50	R\$ 172,50
9 25.078.657/0001-00	R\$ 172,50	R\$ 172,50
10 05.872.814/0001-30	R\$ 172,50	R\$ 172,50
11 26.580.101/0001-72	R\$ 177,73	R\$ 177,73
12 18.182.577/0001-27	R\$ 189,75	R\$ 189,75
13 08.219.232/0001-47	R\$ 1.000,00	R\$ 200,00



1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 172.50
2. Valor Calculado: R\$ 172,50

Preço (Compras Governamentais) 4: Mediana das Propostas Finais

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 34.924.717/0001-41	R\$ 165,90	R\$ 165,90
2 61.010.839/0001-03	R\$ 165,90	R\$ 165,90
3 04.202.019/0001-71	R\$ 165,93	R\$ 165,93

1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 165.90
2. Valor Calculado: R\$ 165,90

Preço (Compras Governamentais) 5: Mediana das Propostas Finais

CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1 32.042.877/0001-31	R\$ 164,00	R\$ 159,00
2 52.046.008/0001-92	R\$ 160,00	R\$ 160,00
3 47.892.037/0001-35	R\$ 164,69	R\$ 164,69

1. Seleção dos valores do meio do conjunto: 160.00
2. Valor Calculado: R\$ 160,00





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



DESPACHO

À Sra.
Rayanne Ribeiro de Holanda
Controladora Geral da Câmara Municipal de Imperatriz

Assunto: Solicitação de análise e manifestação técnica em atendimento ao artigo 30, inciso V, alínea f, da Lei Ordinária nº 2.015/2024.

Senhora Controladora,

Encaminham-se os presentes autos à Vossa Senhoria para que seja realizada a análise e manifestação técnica, sobre a matéria a seguir detalhada, em atendimento ao disposto no artigo 30, inciso V, alínea f, da Lei Ordinária nº 2.015/2024.

Tratam-se os autos de solicitação do registro de preços destinado a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato.

A presente solicitação se justifica pela necessidade de obter parecer técnico da Controladoria Geral da Câmara Municipal de Imperatriz, órgão competente para a análise e interpretação de questões relacionadas à aplicação da Lei nº 14.133/2021 e da Lei Ordinária nº 2.015/2024, de forma a garantir a correta aplicação da legislação e a segurança jurídica dos atos administrativos a serem praticados.

Após a análise os autos deverão ser remetidos ao Departamento Administrativo para prosseguimento do feito.

Atenciosamente

Imperatriz/MA, em 08 de dezembro de 2025

Danyelle Walkiria Flor da Conceição

Danyelle Walkiria Flor da Conceição
Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares
Portaria nº 001/2025



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO



**LISTA DE VERIFICAÇÃO – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE LINK DE ACESSO À INTERNET
VIA FIBRA ÓPTICA**

Processo nº: ETP nº 039/2025 – DAAC/CMI

Data de recebimento: 15/12/2025

Data de devolução: 15/12/2025

Itens mínimos obrigatórios para a elaboração do ETP, conforme art. 18, § 1º da Lei nº 14.133/2021				
É preciso que o ETP evidencie o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos				
Nº	Descrição	Páginas	Atende a exigência?	Observação
1	Consta a descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público?	2 - 4	Atende	O ETP apresenta a necessidade da contratação como essencial ao funcionamento dos sistemas administrativos, financeiros, legislativos e de transparência institucional.
2	Há demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual?	4	Atende	Item 28 do PCA 2025. Ponto de atenção: O documento não indica objetivamente o item do PCA correspondente.
3	No caso de compra ou de locação de bens, foi considerado no ETP os custos e os benefícios de cada opção, com indicação da alternativa mais vantajosa? ¹		Não se aplica	

¹ Art. 44 da Lei nº 14.1333/2021: Quando houver a possibilidade de compra ou de locação de bens, o estudo técnico preliminar deverá considerar os custos e os benefícios de cada opção, com indicação da alternativa mais vantajosa.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO



4	Os requisitos que a solução contratada deverá atender, incluindo os requisitos mínimos de qualidade, foram delineados?	4 - 7	Atende	O ETP define critérios técnicos mínimos, inclusive exigindo responsável técnico com CAT/TRT e vínculo com a licitante, conforme art. 67 da Lei 14.133/21.
5	Consta a estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte?	7 - 8	Atende	Quantidades estimadas com base em exercícios anteriores e demandas internas.
6	Consta levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar?	9 - 11	Atende	O ETP indica que foram analisados cenários de solução, justificando a escolha da fibra óptica com comodato de equipamentos como a mais vantajosa.
7	Consta a estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte?	16 Anexo II	Atende	Consta que a estimativa do valor foi feita mediante pesquisa no Banco de Preços contida no Anexo II
8	Consta descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso?	12 - 13	Atende	A solução escolhida foi o fornecimento de <i>link</i> de <i>internet</i> via fibra óptica com equipamentos em comodato, com pagamento baseado no serviço efetivamente executado.
9	Consta a justificativa para o parcelamento ou não da contratação?	13	Atende	Não recomendado, ante a indivisibilidade do objeto.
10	Consta demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis?	15 - 16	Atende	O ETP explicita os resultados esperados: conectividade contínua, segurança da informação, suporte técnico e cumprimento de obrigações legais.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO



11	Consta providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual? Caso contrário, há justificativa?	16	Atende	Não há providências prévias.
12	Consta contratações correlatas e/ou interdependentes? Caso contrário, há justificativa?	16	Atende	Não há contratações correlatas.
13	Consta descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras? Caso contrário, há justificativa?	17 - 18	Atende	Não há impactos ambientais relevantes, dada a natureza do serviço, sem geração de resíduos, obras ou uso de insumos poluentes.
14	Consta o posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina?	18	Atende	
15	Consta a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual?	20 - 24	Atende	Anexo I

Conclusão

Após verificação dos elementos mínimos exigidos para a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), nos termos do art. 18, §1º da Lei nº 14.133/2021, conclui-se que o presente estudo atende aos requisitos legais e técnicos.

O documento demonstra a necessidade da contratação, a melhor solução disponível, os aspectos de viabilidade econômica, os riscos envolvidos e os mecanismos de controle e mitigação adotados.

A abordagem adotada está em consonância com os princípios da boa governança, gestão de riscos e controle interno, conforme previsto na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO



Dessa forma, o ETP revela-se adequado para subsidiar as etapas subsequentes do processo de contratação, com foco na eficiência, legalidade e interesse público.

Emylainy Vilarino Madeira
Assessor Técnico do Departamento de
Controle Interno

RAYANNE
RIBEIRO DE
HOLANDA:01
830603183

Assinado de forma
digital por RAYANNE
RIBEIRO DE
HOLANDA:01830603183
Dados: 2025.12.17
07:58:29 -03'00'

Rayanne Ribeiro de Holanda
Controladora-Geral da Câmara Municipal de
Imperatriz



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

OFÍCIO	Nº 222/2025
---------------	--------------------

DO:	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES
PARA:	GABINETE DA PRESIDÊNCIA
ASSUNTO:	Aprovação de Estudo Técnico Preliminar

Imperatriz/MA, 17 de dezembro de 2025

À Sua Excelência, o Senhor
Adhemar Alves de Freitas Júnior
Presidente da Câmara Municipal

Senhor Presidente,

O Departamento Administrativo e Atividades Complementares vem por meio deste requerer que seja **APROVADO** o Estudo Técnico Preliminar em anexo, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato, para atender as demandas da Câmara Municipal de Imperatriz/MA.

Outrossim, esclarecemos que as despesas se encontram em consonância com a LDO, LOA e PPA. (art. 16, II, da LC nº 101/00)

Sem mais para o momento, aproveitamos e ensejo para elevar nossas reais considerações e apreço.

Atenciosamente,

Danyelle Walkiria Flor da Conceição
Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares
PORTARIA/NOM/PR nº 001/2025

Ciente em: ____/____/2025.

OBS:



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



DESPACHO

Considerando que o Estudo Técnico Preliminar se constitui como documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

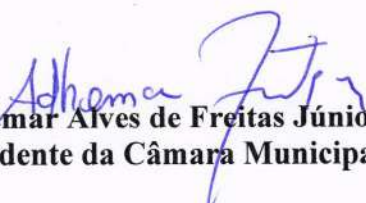
Considerando que o Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em conformidade com as diretrizes do art. 18, §1º e seguintes da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021

Considerando que consta posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, e que a contratação foi declarada como viável pela Equipe de Planejamento (fls.024);

APROVO o Estudo Técnico Preliminar (fls.007-029).

Encaminhe-se ao Departamento Administrativo e Atividades Complementares para as providências cabíveis para prosseguimento do feito.

Imperatriz – MA, 18 de dezembro de 2025


Adhemar Alves de Freitas Júnior
Presidente da Câmara Municipal



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Ao Sr.
HEYDER JOHNN DE MENDONÇA AYRES
Contador desta Casa Legislativa

Senhor Contador,

Solicito de V. Senhoria, informações sobre a existência de disponibilidade orçamentária para custeio da despesa referente a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato, em atendimento ao art. 72, IV da Lei nº 14.133/2021.

Valor estimado: R\$ 124.856,88 (cento e vinte e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos)

Imperatriz (MA), 18 de dezembro de 2025

Danyelle Walkiria Flor da Conceição

Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares
Portaria nº 001/2025



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

CNPJ: 69.555.019/0001-09



Conforme solicitado, segue a dotação orçamentária para:

Custeio de despesa referente a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato, para atender as demandas da Câmara Municipal de Imperatriz - MA

Órgão: CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ	
Unidade: 01 - CÂMARA DE IMPERATRIZ	
Ação Função: 01 Sbfunção: 122 Programa: 0001 Projeto/Atividade/Oper.Especial: 2-002 01.122.0001.2-002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E PROJETOS DA CÂMARA	
Natureza da Despesa	Valor
3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.625.000,00
Fonte de Recursos	Valor
500 Recursos não Vinculados de Impostos	2.625.000,00

Câmara Municipal de Imperatriz em 18 de dezembro de 2025.


HEYDER JOHNN DE MENDONÇA AYRES
Contador/CRC-10809 - MA



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

OFÍCIO	Nº 225/2025
---------------	--------------------

DO:	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES
PARA:	GABINETE DA PRESIDÊNCIA
ASSUNTO:	Aprovação de Termo de Referência

Imperatriz/MA, 18 de dezembro de 2025

À Sua Excelência, o Senhor
ADHEMAR ALVES DE FREITAS JÚNIOR
Presidente da Câmara Municipal

Senhor Presidente,

O Departamento Administrativo e Atividades Complementares vem por meio deste requerer que seja **APROVADO** o Termo de Referência em anexo, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato.

Outrossim, esclarecemos que as despesas se encontram em consonância com a LDO, LOA e PPA. (art. 16, II, da LC nº 101/00).

Sem mais para o momento, aproveitamos e ensejo para elevar nossas reais considerações e apreço.

Atenciosamente,

Danyelle Walkiria Flor da Conceição

Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares

Portaria nº 001/2025

Ciente em: ____ / ____ /2025.	OBS:
-------------------------------	------



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Especificações e quantitativos do objeto:

1.2.1. Os itens do presente Termo de Referência possuem as seguintes especificações, apresentação e quantitativos:

CATSER: 26484						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	QTD MESES	V. UNT.	V. TOTAL
1	Serviço de Link Dedicado Internet Banda Larga – 1.000 Mbps - Circuitos dedicados com /29, sem compartilhamento, full duplex, disponibilidade mínima de 99,9% com tecnologia de fibra óptica	LINK	2	12	2.712,85	65.108,40
2	Equipamentos em regime de comodato: Ponto de Acesso de Wi-Fi 6 com as seguintes características mínimas: Cobertura de até 175 mts, 32 SSID, 256 clientes simultâneos por equipamento, PoE, Controladora em nuvem, qualidade do serviço: 802.11 e/WMM, VLAN, ToS, Suporte de Teto, Tecnologia MU-MIMO 2x2:2 2.4 GHz 3x3:2 5 GHz de Banda Dupla com xtra range, 5 antenas individuais, Padrões de Wi-Fi: IEEE 802.11 a/b/g/n/c/ax, Velocidade Agregada de 3 Gbps, porta cabeada de 1 Gigabite, rede Mesh, Portais Cativos.	UND	33	12	150,88	59.748,48
TOTAL						124.856,88

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de doze meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133, de 2021, considerando a essencialidade dos serviços, posto que voltados ao adequado funcionamento das atividades administrativas e legislativas do Poder Legislativo Municipal, com especial ênfase ao resguardo dos princípios da publicidade e transparência das informações públicas, princípios basilares da Administração Pública previstos no artigo 37, caput, da Constituição Federal (transmissão de sessões plenárias, acesso remoto a sistemas de votação e gestão legislativa, manutenção da comunicação institucional com a sociedade e demais órgãos públicos e de fiscalização, inserção de informações de gestão no portal da transparência e sistemas do Tribunal de Contas do Estado, dentre outros)

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação do objeto do presente processo tem por finalidade assegurar a continuidade e eficiência das atividades desta Casa de Leis, bem como o cumprimento das exigências legais relativas à transparência, ao controle social e à boa governança pública.

10



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



2.2. Previsão no Plano de Contratações Anual:

2.2.1. Face o exposto e em observância ao que aduz o inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e Art. 7º, inciso IX da IN 40/2020 da SEGES a contratação dos serviços fora prevista no Plano Anual de Contratações.

2.2.2. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DA MODALIDADE FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação do objeto se dará por meio de licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, no tipo **menor preço**, pelo critério de julgamento **global**.

3.2. A licitação e a contratação reger-se-ão pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pela Lei Ordinária nº 2.015/24, Resolução nº 001/2024 e, no que couber, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, aplicando subsidiariamente demais normas regulamentares pertinentes à espécie.

4. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ/MA

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

5.1. A solução tem por objetivo preservar a conectividade via fibra óptica, garantindo o regular funcionamento das atividades administrativas e legislativas do Poder Legislativo Municipal, as quais dependem do acesso ininterrupto à internet para comunicações institucionais, tramitação eletrônica de documentos, transmissões de sessões plenárias e operação dos sistemas informatizados internos.

5.2. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Para a contratação será observado os seguintes requisitos:

6.1.1. A empresa a ser contratada deverá se responsabilizar por todas as despesas diretas ou indiretas a fim de que o objeto seja executado de acordo com o solicitado, atendendo todas as especificações e preço;

6.1.2. Os serviços deverão ser executados no prazo máximo definido na proposta de preços apresentada, contado da data de recebimento da nota de empenho, ordem de serviço ou documento equivalente;

6.1.3. A Contratada deverá providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas, referentes às condições firmadas;

6.1.4. A contratada será responsável pela execução do objeto, devendo oferecer a garantia mínima prevista em lei.

6.2. Sustentabilidade:

6.2.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

6.3. Subcontratação

6.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



6.4. Garantia da contratação

6.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

6.4.1.1. A garantia contratual somente será exigida quando a complexidade do valor da contratação importar em consideráveis riscos de prejuízos à Administração em razão do inadimplemento do contratado, o que não é o caso dos autos.

7. TRATAMENTO DIFERENCIADO DA CONTRATAÇÃO

7.1. Em atendimento ao artigo 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 regulamentou o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEI, nas licitações públicas no âmbito da Administração Pública, fica estabelecido:

7.1.1. Fica reservada cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEI.

7.1.2. Para os itens cujos valores estimados sejam de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será realizada licitação exclusiva às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos termos do disposto no art. 48, I da Lei Complementar acima mencionada.

7.2. Considerando que a natureza do objeto licitado é a prestação de serviços, registra-se que a reserva de cotas não é aplicável para os fins do disposto na LC nº 123/06 ante a sua indivisibilidade.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. O modelo de execução do objeto do Termo de Referência se dará da seguinte forma:

8.1.1. O objeto será executado de forma parcelada, conforme as necessidades da administração, a contar da data da emissão da Ordem de Serviço, conforme quantitativos nela descritos;

8.1.2. O prazo de execução do objeto não poderá ser prorrogado, salvo fato superveniente devidamente comprovado e formalmente justificado antes de esgotado o prazo acima estabelecido e/ou a critério da Administração, com as devidas justificativas;

8.1.3. A simples execução do objeto da Ordem de Serviço não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade pelo servidor especialmente designado;

8.1.4. O aceite/aprovação dos serviços objeto da licitação pela Contratante não exclui a responsabilidade civil do Contratado por vícios de quantidade ou qualidade do serviço, disparidade com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se a Contratante as faculdades previstas no art. 18, da Lei Federal nº 8.078/1990 (Código do Consumidor)

8.1.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos no prazo estabelecido no item 9.1.2.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 e cada parte responderá pelas consequências de



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



sua inexecução total ou parcial.

9.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, e/ou pelos respectivos substitutos.

9.5. Da fiscalização e acompanhamento do contrato:

9.5.1. O fiscal do contrato acompanhará a execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração e realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo;

9.5.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

9.5.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

9.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

9.5.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

9.5.6. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

9.5.7. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

9.5.8. Cabe ainda ao fiscal do contrato:

9.5.8.1. Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências que surgirem na execução do objeto contratado;

9.5.8.2. Expedir por meio de notificações e/ou relatório de vistoria as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução contratual;

9.5.8.3. Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições referentes à execução contratual;

9.5.8.4. Adotar medidas preventivas de controle do contrato, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, e da realização de serviços acessórios, se for o caso;

9.5.8.5. Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, e se for o caso, dos serviços acessórios;

9.5.8.6. Proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada;

9.5.8.7. Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



- 9.5.8.8. Determinar a substituição, mediante justificativa, de empregado subordinado a contratada, inclusive de empregados de eventuais subcontratados, ou a própria subcontratada, que, a seus critérios comprometam o bom andamento dos serviços;
- 9.5.8.9. Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou se for o caso, dos serviços acessórios;
- 9.5.8.10. Dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
- 9.5.8.11. Conferir notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, documentos exigidos para o pagamento bem como verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada e, após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação.
- 9.5.9. A fiscalização do contrato será realizada pelo(a) servidor(a) Dejamir Sousa Silva, PORTARIA/DIV/PR nº 015b/2025 que acompanhará a execução do objeto pelo contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 9.5.10. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;
- 9.5.11. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e Capítulo I do Título IV, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.6. Da gestão do contrato:**
- 9.6.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- 9.6.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- 9.6.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 9.6.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- 9.6.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;
- 9.6.6. Caberá ao gestor do contrato sugerir à autoridade competente a renovação, a prorrogação ou alteração dos contratos, ou sugerir a realização de novo procedimento licitatório ou de contratação direta, de acordo com as necessidades da Administração;
- 9.6.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;
- 9.6.8. O gestor do contrato analisará os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, analisará eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato, decidirá provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços, e decidirá os requerimentos e reclamações relacionadas à execução contratual;
- 9.6.9. O gestor do contrato analisará os documentos referentes ao recebimento do objeto do contrato;
- 9.6.10. Ao gestor do contrato caberá ainda, quando necessário, convocar e coordenar reuniões, registradas em Ata, com a participação da contratada e dos fiscais, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual, da forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização do pagamento e conclusão da execução contratual;
- 9.6.11. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 9.7. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:
- 9.7.1. Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- 9.7.2. Os recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- 9.7.3. A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados, conforme proposta vencedora, observando-se as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso;
- 9.7.4. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- 9.7.5. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- 9.7.6. A satisfação do público usuário.
- 9.8. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos servidores designados para a gestão e fiscalização do contrato deverão ser comunicadas à autoridade superior imediata, em tempo hábil, com as respectivas anotações dos fatos, para a adoção das medidas cabíveis.
- 9.9. Caberá ao gestor e fiscal do contrato e aos seus substitutos a estreita observância da Lei Ordinária nº 2.015, de 05 de abril de 2024.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

10.1. Do recebimento do objeto:

- 10.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;
- 10.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 10.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;
- 10.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 (três) dias úteis;
- 10.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;
- 10.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a contratada será comunicada para emissão de Nota Fiscal no que tange à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;
- 10.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;
- 10.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, e nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, e não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10.2. Da liquidação

- 10.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma deste item, prorrogáveis por igual período;
- 10.2.2. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021;
- 10.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 10.2.3.1. O prazo de validade;
 - 10.2.3.2. A data da emissão;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



- 10.2.3.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 10.2.3.4. O período respectivo de execução do contrato;
 - 10.2.3.5. O valor a pagar; e
 - 10.2.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 10.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 10.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *online* ao Sistema de Cadastro de Fornecedores adotado para a realização da contratação tal como SICAF ou, na impossibilidade de acesso aos referidos Sistemas, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;
- 10.2.6. A Administração deverá realizar consulta aos sistemas supramencionados para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;
- 10.2.7. Constatando-se, junto a tais sistemas, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;
- 10.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 10.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;
- 10.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos sistemas (SICAF).
- 10.3. **Prazo de pagamento**
- 10.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.
- 10.4. **Forma de pagamento**
- 10.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 10.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



- 10.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 10.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

11.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 11.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

11.2. Regime de execução

- 11.2.1. O regime de execução do contrato será na modalidade **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

11.3. Exigências de habilitação:

- 11.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

11.3.1.1. Habilitação jurídica:

- 11.3.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 11.3.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 11.3.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 11.3.1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.3.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 11.3.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.3.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



- Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 11.3.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- 11.3.1.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 11.3.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:**
- 11.3.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 11.3.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 11.3.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 11.3.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 11.3.1.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 11.3.1.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 11.3.1.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 11.3.1.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;
- 11.3.1.2.9. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 11.3.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:**
- 11.3.1.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 11.3.1.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



- 11.3.1.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 11.3.1.3.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 11.3.1.3.3.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 11.3.1.3.3.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 11.3.1.3.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação;
- 11.3.1.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);
- 11.3.1.3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 11.3.1.4. Qualificação Técnica:**
- 11.3.1.4.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 11.3.1.4.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de complexidade tecnológica e operacional por meio da apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica Operacional, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) ou Termo(s) de Responsabilidade Técnica - TRT, que comprove ter a interessada em contratar com a administração capacidade para execução de serviços com características semelhantes e de complexidade operacionais equivalentes ou superiores ao objeto da contratação, observado o percentual mínimo de 30% (trinta por cento) do montante estimado para a contratação. **(art. 67, II, da Lei nº 14.133/21).**
- 11.3.1.4.3. Comprovação de a interessada em contratar com a administração possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, ao menos um Engenheiro (Eletricista, de Telecomunicações ou Eletrônico) ou Técnico Habilitado (Eletricista, de Telecomunicações ou Eletrônico), que será(ão) responsável(eis) pela execução dos serviços (Lei nº 5.194/66), detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA ou Conselho Federal dos Técnicos-CFT, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT ou Termo(s) de Responsabilidade Técnica - TRT, que comprovem ter o profissional capacidade para execução de serviços com características semelhantes e de complexidade operacionais equivalentes ou superiores ao objeto deste procedimento. **(art. 67, I, da Lei nº 14.133/21).**



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



- 11.3.1.4.3.1. Para a comprovação do vínculo profissional do responsável técnico com a licitante deve-se admitir a apresentação de cópia de Carteira de Trabalho (CTPS), contrato social da empresa, contrato de prestação de serviço ou, ainda, declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de anuência deste. **(ACÓRDÃO n.º 1447/2015/TCU – Plenário)**
- 11.3.1.4.4. Para fins da comprovação de que trata os subitens 11.3.1.4.2 e 11.3.1.4.3, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 11.3.1.4.3.1. **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE LINK DE ACESSO A INTERNET VIA FIBRA ÓPTICA, COM EQUIPAMENTOS EM COMODATO**
- 11.3.1.4.3.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 11.3.1.4.3.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 11.4. **Registro da empresa no CREA/CFT**, em vigência.
- 11.5. **Autorização junto à ANATEL** (Agência Nacional de Telecomunicações) para prestar os serviços especializados de SCM – Serviço de Comunicação Multimídia (Licença SCM expedida pela ANATEL), expedida em nome da empresa e em vigência.
- 11.6. Os critérios de aceitabilidade de preços serão aqueles descritos no edital respectivo.
- 11.7. As regras de desempate entre propostas são aquelas discriminadas no edital.

12. DAS PENALIDADES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- der causa à inexecução parcial do contrato;
 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - der causa à inexecução total do contrato;
 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV. Multa:

1. Moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

2. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

I. atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 5% do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 20% do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. DA ANTICORRUPÇÃO

13.1. Em demonstração de comprometimento e responsabilidade, as partes declaram conhecer e concordar integralmente com o estabelecido na Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, e se comprometem a observar e a fazer observar, inclusive por seus subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

13.2. Sendo assim, na execução do presente contrato, é vedado à requisitante e ao contratado e/ou ao empregado, preposto e/ou gestor seu:

- A) Ao longo da vigência deste ajuste e após, prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada, ou a quem quer que seja;
- B) Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2013;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



14. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 124.856,88 (cento e vinte e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela constante no item 1.2.1.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: Câmara Municipal de Imperatriz

Unidade: Câmara de Imperatriz

Ação Função: 01

Subfunção: 122

Programa: 0001

Projeto/Atividade/Oper. Especial: 2-002

01.122.0001.2-002 – Manutenção das Atividades e Projetos da Câmara

Natureza da despesa 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 500 – Recursos não vinculados de Impostos

Imperatriz/MA, 18 de dezembro de 2025

Danyelle Walkiria Flor da Conceição

Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares

Portaria nº 001/2025

APROVO o Termo de Referência nos moldes delineados, à vista do detalhamento descrito no referido documento.

ADHEMAR ALVES DE FREITAS JÚNIOR

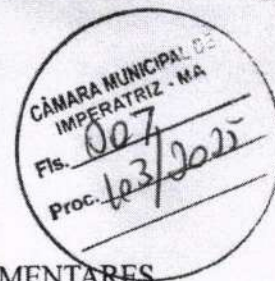
Presidente da Câmara Municipal



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



Apêndice ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ETP nº 039/2025 – DAAC/CMI

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que melhor atenderá à necessidade descrita abaixo. O objetivo principal é identificar a necessidade e verificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Este documento visa auxiliar o Departamento Administrativo e Atividades Complementares no planejamento da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato.

Ademais, como documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, este instrumento tem por finalidade caracterizar o interesse público envolvido, identificar a melhor solução dentre as possíveis e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização de Demanda – DFD nº 068/2025 – DAAC/CMI, Processo Administrativo nº 103/2025, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo Termo de Referência ou Projeto Básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

- 1.1. Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso à internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato.
- 1.2. Modalidade de licitação a ser adotada:** Pregão, na forma eletrônica.
- 1.3. Critério de julgamento:** Menor preço.
- 1.4. Critério de adjudicação:** Global.
- 1.5. Registro de preços:** Não



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

2. JUSTIFICATIVAS

2.1. Para a contratação:

2.1.1. A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso à internet, via fibra óptica, com disponibilização de equipamentos em regime de comodato, mostra-se medida indispensável para o adequado funcionamento das atividades administrativas e legislativas do Poder Legislativo Municipal.

2.1.2. A conectividade estável e de alta capacidade constitui requisito essencial para a execução das rotinas administrativas, financeiras e operacionais da instituição, uma vez que diversos sistemas e plataformas governamentais exigem acesso contínuo à rede mundial de computadores. Entre essas atividades, destacam-se o encaminhamento de informações aos órgãos de controle externo (como Tribunais de Contas e Ministério Público), a alimentação regular do Portal da Transparência, a emissão de empenhos, liquidações e pagamentos de despesas públicas, bem como o trâmite interno de documentos e processos eletrônicos.

2.1.3. A inexistência de um link de internet com qualidade, estabilidade e segurança tecnológica compromete diretamente a efetividade das ações administrativas, podendo gerar prejuízos à publicidade e à transparência das informações públicas, princípios basilares da Administração Pública previstos no artigo 37, caput, da Constituição Federal. Além disso, a adequada prestação do serviço público legislativo demanda disponibilidade ininterrupta de rede para garantir a transmissão de sessões plenárias, o acesso remoto a sistemas de votação e gestão legislativa, e a manutenção da comunicação institucional com a sociedade e demais órgãos públicos.

2.1.4. Assim, a contratação proposta visa assegurar a continuidade e eficiência das atividades desta Casa de Leis, bem como o cumprimento das exigências legais relativas à transparência, ao controle social e à boa governança pública.

2.1.5. Ante o exposto, justifica-se a contratação dos serviços supra, objeto deste instrumento.

2.1.6. A contratação de uma empresa especializada é fundamental para garantir a qualidade dos serviços e a segurança dos usuários. A empresa deverá possuir:

2.1.6.1. Profissionais qualificados: A prestação de serviços de fornecimento de link de acesso à internet via fibra óptica, com disponibilização de equipamentos em regime de comodato demanda acompanhamento técnico especializado haja vista a complexidade envolvida na



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

instalação, manutenção, configuração e monitoramento da infraestrutura de rede. **A continuidade dos serviços de conectividade é essencial para o regular funcionamento das atividades administrativas e legislativas do Poder Legislativo Municipal, que dependem de acesso ininterrupto à internet para comunicações institucionais, tramitação eletrônica de documentos, transmissões de sessões plenárias e operação dos sistemas informatizados internos.**

Nesse contexto, é imprescindível que a empresa contratada disponha de profissional técnico capacitado e habilitado para supervisionar e executar as ações necessárias à implementação e ao suporte dos serviços contratados, atendendo prontamente a eventuais falhas, interrupções ou ajustes de configuração nos equipamentos fornecidos. A presença de suporte técnico especializado visa garantir a observância aos princípios da continuidade do serviço público, da eficiência e da economicidade, conforme previsto no artigo 11 da Lei nº 14.133/2021.

Além disso, o acompanhamento técnico permanente assegura a aderência do serviço contratado aos parâmetros de desempenho e qualidade exigidos nos anexos do termo de referência ou projeto básico, em consonância com o artigo 18, da Lei nº 14.133/2021. Tal exigência contribui para mitigar riscos contratuais, prevenir prejuízos decorrentes de falhas no serviço e viabilizar o cumprimento das metas de desempenho estabelecidas pela Administração Pública.

Dessa forma, justifica-se a necessidade de que a empresa contratada mantenha à disposição da Câmara Municipal profissional técnico especializado para o acompanhamento e execução dos serviços de fornecimento de link de internet, durante toda a vigência contratual, garantindo o adequado suporte técnico-operacional e o pleno atendimento às demandas do órgão contratante.

Qualificação Técnica-Profissional: comprovação de a interessada em contratar com a administração possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, ao menos um Engenheiro (Eletricista, de Telecomunicações ou Eletrônico) ou Técnico Habilitado (Eletricista, de Telecomunicações ou Eletrônico), que será(ão) responsável(eis) pela execução dos serviços (Lei nº 5.194/66), detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA ou Conselho Federal dos Técnicos-CFT, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT ou Termo(s) de Responsabilidade Técnica - TRT, que comprovem ter



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

o profissional capacidade para execução de serviços com características semelhantes e de complexidade operacionais equivalentes ou superiores ao objeto deste procedimento. (**art. 67, I, da Lei nº 14.133/21**). Para a comprovação do vínculo profissional do responsável técnico com a licitante deve-se admitir a apresentação de cópia de Carteira de Trabalho (CTPS), contrato social da empresa, contrato de prestação de serviço ou, ainda, declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de anuência deste. (**ACÓRDÃO n.º 1447/2015/TCU – Plenário**).

2.1.6.2. Equipamentos adequados: Ferramentas e equipamentos modernos para realizar os serviços com eficiência e segurança.

2.1.6.3. Agilidade no atendimento: A empresa deve ser capaz de atender às demandas da Câmara Municipal com rapidez.

2.2. Previsão no Plano Anual de Contratações:

Face o exposto e em observância ao que aduz o inciso IX da IN/SEGES nº 40/2020 a contratação pretendida está em conformidade com os ditames legais, uma vez que encontra previsão no Plano Anual de Contratações para o exercício de 2025.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Sugere-se como requisitos da contratação:

3.1.6. O objeto do presente estudo abrange a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato.

3.1.7. Os serviços deverão ser executados por profissionais especializados e devidamente equipados com os EPI's adequados;

3.1.8. A contratada deverá fornecer os equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários para a perfeita prestação dos serviços especificados neste Documento, arcando inclusive com os custos de mobilização e transporte;

3.1.9. Os serviços serão executados pela empresa vencedora, não se admitindo recusa da parte daquele sob o fundamento de sobrecarga na sua capacidade.

3.1.10. Para fins de formulação da proposta comercial, as empresas licitantes deverão observar as particularidades e dificuldades inerentes à execução do objeto.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 3.1.11. Para que o objeto seja prontamente executado, o licitante deverá comprovar que mantém sede, filial ou escritório na cidade de Imperatriz/MA, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda do Poder Legislativo Municipal, conforme prazos indicados nas “Ordens de Serviço”. Caso não possua, apresentar declaração que instalará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, filial ou escritório no Município de Imperatriz/MA, a partir da vigência do contrato.
- 3.1.12. A prestação de serviços deverá ser iniciada em até 15 (quinze) dias após a emissão da Nota de Empenho ou Ordem de Serviço.
- 3.2. **Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:**
- 3.2.1. A habilitação dos interessados deverá compreender a documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e trabalhista, à regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas federal e municipal, além do cumprimento do disposto no artigo 7º, XXXIII da Constituição Federal. Esses requisitos estão previstos nos artigos 62 e 63 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.2.2. Considerando que a contratação de uma empresa sem experiência pode comprometer a qualidade dos serviços executados, recomenda-se que seja adotada, para fins de comprovação da capacidade técnica da contratada, a apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica Operacional, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) ou Termo(s) de Responsabilidade Técnica - TRT, que comprove ter a interessada em contratar com a administração capacidade para execução de serviços com características semelhantes e de complexidade operacionais equivalentes ou superiores ao objeto da contratação. (art. 67, II, da Lei nº 14.133/21);
- 3.2.2.1. Considerando que o grau de complexidade do objeto a ser contratado não é elevado, recomenda-se um tempo de experiência mínimo de apenas 01 (um) ano na prestação dos serviços a serem contratados, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos. Quanto ao critério quantitativo, recomenda-se 30% (trinta por cento) do montante estimado para a contratação;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

3.2.2.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido pelo menos um ano do início da sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

3.2.2.3. Registro da empresa no CREA/CFT, em vigência.

3.2.2.4. Autorização junto à ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) para prestar os serviços especializados de SCM – Serviço de Comunicação Multimídia (Licença SCM expedida pela ANATEL, em nome da empresa adjudicatária), em vigência.

3.3. Do regime de execução

3.3.1. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário, nos termos do artigo 6º, inciso XXVIII da Lei nº 14.133/2021.

3.3.2. Na empreitada por preço unitário (art. 6º, XXVIII, Lei nº 14.133, de 2021), o valor é fixado por preço certo de unidades determinadas e os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, de modo que os riscos dos contratantes em relação a diferenças de quantitativos são menores. Tal regime é mais apropriado para os casos em que não se conhecem de antemão, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais da obra ou serviço: a execução das “unidades” se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos (TCU. Acórdão 1978, de 2013-Plenário, TC 007.109, de 2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013).

3.3.3. Na empreitada por preço global, cada parte assume, em tese, o risco de eventuais distorções nos quantitativos a serem executados, que podem ser superiores ou inferiores àqueles originalmente previstos na planilha orçamentária da contratação. Esse regime pressupõe um adequado nível de precisão das especificações e quantitativos do serviço, fornecendo aos licitantes todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna (art. 6º, XXIX, Lei nº 14.133, de 2021), para evitar distorções relevantes no decorrer da execução contratual (TCU. Acórdão 1978, de 2013-Plenário, TC 007.109, de 2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013).



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

3.3.4. No caso concreto analisado neste Estudo, a escolha do regime de execução "Empreitada por Preço Unitário" se deve aos seguintes fatores:

- a) O estudo aponta para a escolha de uma modalidade flexível que remunera apenas o serviço efetivamente executado, ou seja, os custos serão mensurados por serviço prestado e demandado pela fiscalização do contrato. Este modelo permite a redução dos custos inerentes à execução dos serviços e tem demonstrado eficácia para o processo de pagamento e controle.
- b) Embora tenha sido realizada uma estimativa da quantidade de serviços a serem executados periodicamente, não se conhece previamente, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais dos serviços a serem realizados, de modo que a mensuração quantitativa será obtida após a realização de medições periódicas, a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos. Nesse sentido, o valor a ser pago será calculado a partir da quantidade de serviços realizados e do respectivo custo unitário, previamente definido para cada tipo de serviço.

4. DO PROCEDIMENTO PARA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As quantidades a serem contratadas, inicialmente foram estimadas em consonância com os serviços prestados nos exercícios financeiros anteriores, bem como as demandas e levantamentos realizados pelos setores administrativos do Poder Legislativo Municipal, com especial ênfase ao Departamento de Tecnologia da Informação e Manutenção.

Tabela 01: Levantamento consolidado dos serviços

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	QTD MESES
1	Serviço de Link Dedicado Internet Banda Larga – 1.000 Mbps - Circuitos dedicados com /29, sem compartilhamento, full duplex, disponibilidade mínima de 99,9% com tecnologia de fibra óptica.	LINK	2	12
2	Equipamentos em regime de comodato: Ponto de Acesso de Wi-Fi 6 com as seguintes características mínimas: Cobertura de até 175 mts, 32 SSID, 256 clientes	UND	33	12



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

simultâneos por equipamento , PoE, Controladora em nuvem, qualidade do serviço: 802.11 e/WMM, VLAN, ToS, Suporte de Teto, Tecnologia MU-MIMO 2x2:2 2.4 GHz 3x3:2 5 GHz de Banda Dupla com xtra range, 5 antenas individuais, Padrões de Wi-Fi: IEEE 802.11 a/b/g/n/c/ax, Velocidade Agregada de 3 Gbps, porta cabeada de 1 Gigabite, rede Mesh, Portais Cativos.			
---	--	--	--

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

1. A empresa contratada será responsável pela prestação de serviços de acesso à internet banda larga, com as seguintes especificações e condições:
 - a) **Fornecimento de Link Dedicado:** O acesso à internet deve ser dedicado, com garantia de banda contratada, sem compartilhamento e disponibilizado em modo full duplex.
 - b) **Tecnologia de Conexão:** Todos os pontos de acesso devem ser atendidos via fibra óptica, garantindo alta velocidade e estabilidade na conexão.
 - c) **Nível de Serviço (SLA):** Garantia de disponibilidade mínima de 99,9%, com suporte técnico 24 horas por dia, 7 dias por semana.
 - d) **Monitoramento e Manutenção:** O serviço deve ser monitorado continuamente. Falhas devem ser identificadas proativamente pela contratada, com informação ao adjudicante em até 30 minutos e previsão de resolução imediata.
 - e) **Equipamentos Inclusos:** Fornecimento, instalação e manutenção de todos os equipamentos necessários (ONT/ONU e os descritos no item 02 da tabela 01) serão de responsabilidade da adjudicatária, em regime de comodato.
 - f) **Ajustes de Banda:** Alterações na velocidade contratada, em até 25%, deverão ser realizadas remotamente pela prestadora em até 24 horas a partir da solicitação do Poder Legislativo.
 - g) **Relatórios Periódicos:** A prestadora deverá fornecer relatórios mensais detalhando o desempenho do serviço, incluindo dados de disponibilidade, interrupções e manutenções realizadas.





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

As soluções de mercado disponíveis apresentadas neste item e que atendam aos requisitos da contratação foram pesquisadas considerando o parâmetro IV do artigo 5º da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021 e suas alterações.

5.2. Análise das soluções:

5.2.1. Consultando-se os modelos utilizados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, bem como as práticas atuais do mercado privado para execução dos serviços em questão, identificou-se as seguintes soluções para atendimento da necessidade a que se refere o presente estudo.

5.2.2. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso à internet, via fibra óptica, com disponibilização de equipamentos em regime de comodato.

5.2.2.1. É o modelo mais adotado por instituições públicas e privadas na contratação de serviços de fornecimento de link de acesso à internet, posto tratar-se de serviço comum cuja execução não implica em elevado grau de complexidade.

Vantagens	Desvantagens	Riscos
• Transferência de riscos de atividade a terceiros;	• Maior vulnerabilidade ao comportamento do mercado.	• Não se aplica.

5.3. Identificação das soluções:

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (OU CENÁRIO)	
1	Abertura de processo licitatório para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato.





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

5.4. Análise comparativa das soluções:

REQUISITO	SOLUÇÃO	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	X		
A Solução está disponível no Portal do <i>Software</i> Público Brasileiro? (quando se tratar de <i>software</i>).	Solução 1			X
A Solução é composta por <i>software</i> livre ou <i>software</i> público? (quando se tratar de <i>software</i>).	Solução 1			X
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG? (quando se tratar de <i>software</i>).	Solução 1			X
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital).	Solução 1			X
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos).	Solução 1			X



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Haverá a necessidade de capacitação de servidores para a execução da contratação?	Solução 1		X	
Haverá a necessidade de adequação do espaço físico da instituição para execução da solução?	Solução 1		X	
Haverá necessidade de aquisição de bens pela instituição para execução da solução?	Solução 1		X	

5.5. Pesquisa de mercado:

5.5.1. Para realizar a pesquisa de mercado e a definição dos preços foram verificados preços públicos decorrentes de licitações realizadas, a busca de contratos vigentes de objeto similar e atas de registro de preços. Os documentos relativos à pesquisa de preços estão contidos no Anexo II.

5.5.2. No quadro a seguir, apresenta-se as propostas recebidas para a Solução e a média dos valores por item:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	QTD MESES	P. UNT.
1	Serviço de Link Dedicado Internet Banda Larga – 1.000 Mbps - Circuitos dedicados com /29, sem compartilhamento, full duplex, disponibilidade mínima de 99,9% com tecnologia de fibra óptica	LINK	2	12	2.712,85
2	Equipamentos em regime de comodato: Ponto de Acesso de Wi-Fi 6 com as seguintes características mínimas: Cobertura de até 175 mts, 32 SSID, 256 clientes simultâneos por equipamento, PoE, Controladora em nuvem, qualidade do serviço: 802.11 e/WMM, VLAN, ToS, Suporte de Teto, Tecnologia MU-MIMO 2x2:2 2.4 GHz 3x3:2 5 GHz de Banda Dupla com xtra range, 5 antenas individuais, Padrões de Wi-Fi: IEEE 802.11 a/b/g/n/c/ax, Velocidade Agregada de 3 Gbps, porta cabeada de 1 Gigabite, rede Mesh, Portais Cativos.	UND	33	12	150,88





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

5.6. Soluções identificadas como inviáveis:

Não houve soluções consideradas inviáveis.

5.7. Análise comparativa de custos:

Solução – A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato, apresentou a seguinte pesquisa de mercado, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	QTD MESES	V. UNT.	V. TOTAL
1	Serviço de Link Dedicado Internet Banda Larga – 1.000 Mbps - Circuitos dedicados com /29, sem compartilhamento, full duplex, disponibilidade mínima de 99,9% com tecnologia de fibra óptica	LINK	2	12	2.712,85	65.108,40
2	Equipamentos em regime de comodato: Ponto de Acesso de Wi-Fi 6 com as seguintes características mínimas: Cobertura de até 175 mts, 32 SSID, 256 clientes simultâneos por equipamento, PoE, Controladora em nuvem, qualidade do serviço: 802.11 e/WMM, VLAN, ToS, Suporte de Teto, Tecnologia MU-MIMO 2x2:2 2.4 GHz 3x3:2 5 GHz de Banda Dupla com xtra range, 5 antenas individuais, Padrões de Wi-Fi: IEEE 802.11 a/b/g/n/c/ax, Velocidade Agregada de 3 Gbps, porta cabeada de 1 Gigabite, rede Mesh, Portais Cativos.	UND	33	12	150,88	59.748,48
TOTAL						124.856,88

Pesquisa: O valor obtido na pesquisa é proveniente da consulta realizada junto ao Banco de Preços, o qual trouxe à baila mais de três contratos firmados, conforme a coluna P. UNT da tabela supra.

Conclusão: O valor total estimado para a contratação totaliza **RS 124.856,88 (cento e vinte e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos).**

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.2. Considerando o estudo realizado e levantamento das soluções possíveis para o suprimento da necessidade em questão, considerou-se a mais adequada e economicamente viável, a(s) seguinte(s) solução(ões):





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 6.2.1. O objeto da contratação abrange a prestação de serviços de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato.
- 6.2.2. Para esse tipo de serviço optou-se por uma solução que remunere apenas o serviço efetivamente executado, cuja demanda deverá ser previamente ordenada pela fiscalização do contrato. Essa modalidade tem demonstrado eficácia para o processo de pagamento e controle da execução contratual.
- 6.2.3. Considerando tratar-se de serviços essenciais, o prazo de vigência da contratação será de doze meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107, da Lei nº 14.133, de 2021.

7. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO/AGRUPAMENTO DE ITENS

7.1. O parcelamento da solução não é recomendável ante a indivisibilidade do objeto por itens. A contratação de serviço de fornecimento de link de acesso à internet via fibra óptica, com cessão de equipamentos em comodato, exige uma análise técnica que justifique a impossibilidade de fracionamento do objeto entre diferentes fornecedores, sob pena de comprometer a qualidade, a segurança e a gestão do serviço prestado ao Poder Legislativo Municipal.

1. Natureza integrada do serviço e dos equipamentos

O serviço de fornecimento de link de internet via fibra óptica é, por sua própria natureza técnica, um serviço de telecomunicações integrado, em que o link (conectividade) e os equipamentos de acesso (como ONU, roteadores, switches e demais dispositivos de terminação) funcionam como um conjunto único e interdependente. A Lei nº 9.472/1997 (Lei Geral das Telecomunicações) define o serviço de telecomunicações como o conjunto de atividades que envolve a transmissão, emissão ou recepção de sinais, por meio de sistemas de telecomunicações, o que pressupõe a integração entre infraestrutura física, equipamentos e configurações técnicas. No caso de link via fibra óptica, os equipamentos fornecidos em comodato são específicos para o tipo de tecnologia, protocolo e rede da prestadora vencedora do certame. Equipamentos de diferentes fornecedores, mesmo que compatíveis em tese, exigem configurações distintas, firmware específico, políticas de segurança e padrões de monitoramento, o que inviabiliza a operação conjunta em uma mesma rede.





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

2. Inviabilidade técnica da divisão entre link e equipamentos

A divisão do objeto em dois contratos distintos — um para o fornecimento do link e outro para a cessão de equipamentos em comodato — apresenta sérias dificuldades técnicas e operacionais:

- **Incompatibilidade técnica:** Equipamentos de diferentes fornecedores podem não ser compatíveis com a tecnologia de fibra óptica adotada pela empresa que vencer o fornecimento do link, o que pode gerar falhas de conexão, instabilidade, perda de pacotes e indisponibilidade do serviço.
- **Responsabilidade fragmentada:** Em caso de falha no serviço (queda de link, lentidão, intermitência), a atribuição de responsabilidade torna-se complexa. A empresa do link pode alegar defeito no equipamento, e a empresa do comodato pode alegar problema na rede, o que prejudica a gestão e a prestação de contas.
- **Dificuldade de gestão e manutenção:** A administração teria de lidar com dois contratos, dois prazos, duas garantias e dois canais de atendimento. Isso aumenta a complexidade da gestão, sobrecarrega a equipe técnica e reduz a eficiência na resolução de incidentes.

3. Necessidade de gestão unificada e qualidade do serviço

Para garantir a excelência do serviço de internet, é essencial que a prestação seja feita por uma única empresa, responsável por:

- Fornecer o link de fibra óptica com as características técnicas exigidas (banda larga, baixa latência, alta disponibilidade);
- Fornecer os equipamentos de acesso em comodato, compatíveis com sua rede e tecnologia;
- Configurar, monitorar e manter todo o conjunto (link + equipamentos);
- Garantir a continuidade do serviço, com suporte técnico integrado e responsabilidade única por eventuais falhas.

A gestão unificada facilita a fiscalização e a aplicação de penalidades, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações).

5. Conclusão da justificativa

Diante do exposto, conclui-se que:



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- O serviço de fornecimento de link de internet via fibra óptica com cessão de equipamentos em comodato é, por natureza, um serviço técnico integrado e interdependente;
- A divisão do objeto entre empresas distintas para o fornecimento do link e para a cessão dos equipamentos é tecnicamente inviável, pois gera incompatibilidade, fragmentação de responsabilidades e dificuldade de gestão;
- A contratação unificada, por meio de um único contrato, é a forma que garante a qualidade, a segurança, a continuidade do serviço e a eficiência administrativa do Poder Legislativo Municipal.

7.2. Por isso, justifica-se a contratação de empresa especializada para a prestação do serviço de forma integrada, sem possibilidade de fracionamento do objeto entre fornecedores distintos.

8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS OBTIDOS

8.2. Dentre os benefícios a serem alcançados com a contratação, podemos destacar o seguinte:

- a) A contratação integrada do link de acesso à internet via fibra óptica, com cessão de equipamentos em comodato, proporcionará resultados concretos em termos de qualidade do serviço, economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, em consonância com o art. 18, §1º, IX, da Lei 14.133/2021. Acarretará no aumento da disponibilidade do serviço, redução de ocorrências de interrupção e maior agilidade no suporte técnico, em razão da existência de um único responsável por toda a solução (link e equipamentos), o que simplificará o atendimento e a resolução de incidentes.
- b) Do ponto de vista econômico e de gestão, a unificação do objeto em um só contrato reduzirá custos indiretos de administração contratual (menor tempo despendido com gestão, fiscalização e solução de conflitos entre fornecedores) e mitigará riscos de incompatibilidade entre equipamentos e infraestrutura de rede, evitando retrabalho, deslocamentos técnicos repetidos e desperdício de recursos públicos. Ademais, o modelo adotado favorecerá a padronização dos equipamentos, facilitando inventário, controle patrimonial e planejamento de futuras manutenções, o que contribui para maior



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

eficiência e continuidade dos serviços essenciais prestados pelo Poder Legislativo Municipal à população.

9. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

9.1. Para melhor execução do serviço contratado é necessário que a instituição faça um cronograma de execução dos serviços com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data designada para o início da execução contratual.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor total estimado para a contratação da solução é de **RS 124.856,88 (cento e vinte e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos)**, conforme quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	QTD MESES	V. UNT.	V. TOTAL
1	Serviço de Link Dedicado Internet Banda Larga – 1.000 Mbps - Circuitos dedicados com /29, sem compartilhamento, full duplex, disponibilidade mínima de 99,9% com tecnologia de fibra óptica	LINK	2	12	2.712,85	65.108,40
2	Equipamentos em regime de comodato: Ponto de Acesso de Wi-Fi 6 com as seguintes características mínimas: Cobertura de até 175 mts, 32 SSID, 256 clientes simultâneos por equipamento, PoE, Controladora em nuvem, qualidade do serviço: 802.11 e/WMM, VLAN, ToS, Suporte de Teto, Tecnologia MU-MIMO 2x2:2 2.4 GHz 3x3:2 5 GHz de Banda Dupla com xtra range, 5 antenas individuais, Padrões de Wi-Fi: IEEE 802.11 a/b/g/n/c/ax, Velocidade Agregada de 3 Gbps, porta cabeada de 1 Gigabite, rede Mesh, Portais Cativos.	UND	33	12	150,88	59.748,48
TOTAL						124.856,88

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

11.1. Não há contratações que guardam relação/afinidade com o objeto da contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. O princípio do desenvolvimento nacional sustentável está previsto na nova Lei de Licitações (14.133/2021), em seus artigos 5º e 11:

"Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - ...

IV - Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável."

12.2. A Administração Pública deve seguir diretrizes previstas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª edição, link <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>), de setembro de 2023, da Advocacia Geral da União.

12.3. Nesse sentido, após a devida consulta do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis destacamos a inexistência de quaisquer recomendações específicas acerca da contratação do objeto, sem prejuízo de que a contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com os artigos 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

12.4. Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis.

12.5. Visar economia na utilização de máquinas, equipamentos e ferramentas contribuindo para a redução do consumo de energia, bem como na utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, em conformidade com a Lei de Eficiência Energética nº



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

10.295/01 e o decreto nº 10.779/2021, que estabelece medidas para a redução do consumo de energia elétrica no âmbito da administração pública federal, aplicável subsidiariamente *in casu*.

12.6. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários à execução dos serviços e realizar programas internos de treinamento de seus empregados, nos primeiros meses de execução contratual, para as práticas de sustentabilidade, observadas as normas ambientais vigentes.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A viabilidade da contratação se justifica, pois ao longo do estudo verificou-se que a solução proposta se mostra mais adequada, econômica e eficiente para o atendimento da necessidade apresentada.

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Esta equipe de planejamento declara **inviável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

13.1. Aprovação e assinatura:

Em vista das informações apresentadas neste documento e considerando que foram cumpridos todos os requisitos para sua elaboração, estão de acordo com as soluções os agentes públicos signatários.

Imperatriz - MA, 08 de dezembro de 2025


Deivon de Aguiar Santos
Assessor do Departamento Administrativo
Responsável pelo Estudo Técnico Preliminar
PORTARIA/GRAT/PR nº 001/2025



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



DESPACHO

Tratam-se os autos de solicitação de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato, para atender as demandas da Câmara Municipal de Imperatriz/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.


APROVO o Termo de Referência (fls. 060-074), na forma da lei, cujo valor total estimado é de R\$ 124.856,88 (cento e vinte e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos).

Ante o exposto, demonstrada a oportunidade e a conveniência da contratação, AUTORIZO a formalização do procedimento licitatório no valor total de R\$ 124.856,88 (cento e vinte e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos), estando o presente processo em condições da Diretoria Administrativa dar início aos procedimentos cabíveis, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei.

À vista das informações trazidas aos autos, DECLARO o cumprimento dos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que a despesa está adequada à Lei Orçamentária Anual e compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e ainda com o Plano Plurianual.

Encaminhem-se os autos do processo ao Departamento Administrativo Atividades Complementares para providências necessárias ao prosseguimento do feito.

Imperatriz – MA, 18 de dezembro de 2025


Adhemar Alves de Freitas Júnior
Presidente da Câmara Municipal

b



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/2025
(Processo Administrativo nº 103/2025)

DADOS DO CERTAME	
Órgão Solicitante: Departamento Administrativo e Atividades Complementares	
Órgão Licitante: Câmara Municipal de Imperatriz/MA	
UASG: 931458	
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.	
Esclarecimentos: Até __/__/__ às 23:59hrs para o endereço eletrônico: dl.itz.agentedeconstratacao2025@gmail.com	
Impugnações: Até __/__/__ às 23:59hrs para o endereço eletrônico dl.itz.agentedeconstratacao2025@gmail.com	
Início da Sessão Eletrônica: __/__/__ às ___ hrs	
Sistema Eletrônico Utilizado: Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br	
Endereço Eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br	
Endereço para retirada do Edital: www.comprasgovernamentais.gov.br ; https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1 e https://www.camaraimperatriz.ma.gov.br/editais-licitacoes	
VALOR ESTIMADO, MÍNIMO, DE REFERÊNCIA OU SIGILOSO	Valor: R\$ 124.856,88 (cento e vinte e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos). <input type="checkbox"/> Estimado <input type="checkbox"/> Mínimo <input type="checkbox"/> Referência <input type="checkbox"/> Orçamento Sigiloso
NATUREZA DO OBJETO	<input type="checkbox"/> Aquisição <input checked="" type="checkbox"/> Serviço <input type="checkbox"/> Obras e Serviços de Engenharia
PARTICIPAÇÃO MEI / ME / EPP	<input type="checkbox"/> Licitação Exclusiva para MEI / ME / EPP - Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006. <input type="checkbox"/> Licitação com itens/grupos cotas de até 25% reservadas para MEI / ME / EPP - Art. 48, III da Lei Complementar nº 123/2006. <input checked="" type="checkbox"/> Licitação de Ampla Participação. <input type="checkbox"/> Licitação de Ampla Participação, com itens de participação exclusiva reservadas para MEI / ME / EPP - Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/06.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

MODO DE DISPUTA	<input checked="" type="checkbox"/> Aberto <input type="checkbox"/> Aberto e Fechado
CRITÉRIO DE JULTAMENTO E INTERVALO DE LANCES	<input checked="" type="checkbox"/> Menor Preço - Intervalo mínimo: R\$ 0,01 (um centavo) <input type="checkbox"/> Maior Desconto
CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Global <input type="checkbox"/> Item <input type="checkbox"/> Por Grupo, para o(s) grupo(s): LOTE e ITEM, observada as condições definidas neste Edital e anexos.
Prazo para envio da proposta/documentação: conforme os itens 6.22.5 e 8.12.1 deste Edital	
INFORMAÇÕES	
Pregoeiro: Victor Gabriel Aquino da Silva Matrícula nº 01769	e-mail: dl.itz.agentedeconstratacao2025@gmail.com
Endereço: Rua Simplicio Moreira, nº 1185, Centro, Imperatriz – MA	
Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.	
OBS: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.	
APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS:	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, na forma do Termo de Referência
VISITA TÉCNICA:	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, na forma do Termo de Referência



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2025
(Processo Administrativo nº 103/2025)

MINUTA DO EDITAL

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Câmara Municipal de Imperatriz - MA, por meio do Departamento Administrativo e Atividades Complementares, Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 076, de 18 de novembro de 2024, sediada na Rua Simplicio Moreira nº 1185, Centro, Imperatriz - MA, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **menor preço global**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Ordinária nº 2.015, de 5 de abril de 2024, Resolução nº 001 de 17 de abril de 2024 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão:

Horário:

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: Câmara Municipal de Imperatriz

Unidade: Câmara de Imperatriz

Ação Função: 01

Subfunção: 122

Programa: 0001

Projeto/Atividade/Oper. Especial: 2-002

01.122.0001.2-002 – Manutenção das Atividades e Projetos da Câmara

Natureza da despesa 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 500 – Recursos não vinculados de Impostos

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.1. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 4.6.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.2 e 4.6.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 4.6.4 e 4.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 4.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *Valor unitário e total do item;*

5.1.2. *Quantidade cotada.*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. *O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.*

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação

5.8.2. Caso o critério de julgamento seja o menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União/Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).**

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecúvel.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.21.2.2. empresas brasileiras;
- 6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.
- 6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.23.1. ***Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.***
- 6.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 6.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.23.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.23.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.1.1. SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.5.1 e 5.6 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.6.1. conter vícios insanáveis;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*
- 7.8.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio previsto em lei específica.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021)

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.
- 8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 9. DOS RECURSOS**
- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.
- 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.camaraimperatriz.ma.gov.br

10. DO TERMO DE CONTRATO

- 10.1. Após a homologação e adjudicação, caso de conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

- 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 11.2.1. advertência;
- 11.2.2. multa;
- 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco)



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. **A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à administração pública municipal.**

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo envio ao e-mail dl.itz.agentedcontratacao2025@gmail.com

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.camaraimperatriz.ma.gov.br

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

13.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

13.11.3. ANEXO III - Modelo de Carta Proposta;

Imperatriz (MA), 19 de dezembro de 2025

Danyelle Walkiria Flor da Conceição
Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/2025
(Processo Administrativo nº 103/2025)

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Especificações e quantitativos do objeto:

1.2.1. Os itens do presente Termo de Referência possuem as seguintes especificações, apresentação e quantitativos:

CATSER: 26484						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	QTD MESES	V. UNT.	V. TOTAL
1	Serviço de Link Dedicado Internet Banda Larga – 1.000 Mbps - Circuitos dedicados com /29, sem compartilhamento, full duplex, disponibilidade mínima de 99,9% com tecnologia de fibra óptica	LINK	2	12	2.712,85	65.108,40
2	Equipamentos em regime de comodato: Ponto de Acesso de Wi-Fi 6 com as seguintes características mínimas: Cobertura de até 175 mts, 32 SSID, 256 clientes simultâneos por equipamento, PoE, Controladora em nuvem, qualidade do serviço: 802.11 e/WMM, VLAN, ToS, Suporte de Teto, Tecnologia MU-MIMO 2x2:2 2.4 GHz 3x3:2 5 GHz de Banda Dupla com xtra range, 5 antenas individuais, Padrões de Wi-Fi: IEEE 802.11 a/b/g/n/c/ax, Velocidade Agregada de 3 Gbps, porta cabeada de 1 Gigabite, rede Mesh, Portais Cativos.	UND	33	12	150,88	59.748,48
TOTAL						124.856,88

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de doze meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133, de 2021, considerando a essencialidade dos serviços, posto que voltados ao adequado funcionamento das atividades administrativas e legislativas do Poder Legislativo Municipal, com especial ênfase ao resguardo dos princípios da publicidade e transparência das informações públicas, princípios basilares da Administração Pública previstos no artigo 37, caput, da Constituição Federal (transmissão de sessões plenárias, acesso remoto a sistemas de votação e gestão legislativa, manutenção da comunicação institucional com a sociedade e demais órgãos públicos e de fiscalização, inserção de informações de gestão no portal da transparência e sistemas do Tribunal de Contas do Estado, dentre outros)

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação do objeto do presente processo tem por finalidade assegurar a continuidade e eficiência das atividades desta Casa de Leis, bem como o cumprimento das exigências legais relativas à transparência, ao controle social e à boa governança pública.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

2.2. Previsão no Plano de Contratações Anual:

2.2.1. Face o exposto e em observância ao que aduz o inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e Art. 7º, inciso IX da IN 40/2020 da SEGES a contratação dos serviços fora prevista no Plano Anual de Contratações.

2.2.2. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DA MODALIDADE FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação do objeto se dará por meio de licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, no tipo **menor preço**, pelo critério de julgamento **global**.

3.2. A licitação e a contratação reger-se-ão pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pela Lei Ordinária nº 2.015/24, Resolução nº 001/2024 e, no que couber, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, aplicando subsidiariamente demais normas regulamentares pertinentes à espécie.

4. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ/MA

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

5.1. A solução tem por objetivo preservar a conectividade via fibra óptica, garantindo o regular funcionamento das atividades administrativas e legislativas do Poder Legislativo Municipal, as quais dependem do acesso ininterrupto à internet para comunicações institucionais, tramitação eletrônica de documentos, transmissões de sessões plenárias e operação dos sistemas informatizados internos.

5.2. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Para a contratação será observado os seguintes requisitos:

6.1.1. A empresa a ser contratada deverá se responsabilizar por todas as despesas diretas ou indiretas a fim de que o objeto seja executado de acordo com o solicitado, atendendo todas as especificações e preço;

6.1.2. Os serviços deverão ser executados no prazo máximo definido na proposta de preços apresentada, contado da data de recebimento da nota de empenho, ordem de serviço ou documento equivalente;

6.1.3. A Contratada deverá providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas, referentes às condições firmadas;

6.1.4. A contratada será responsável pela execução do objeto, devendo oferecer a garantia mínima prevista em lei.

6.2. Sustentabilidade:

6.2.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

6.3. Subcontratação

6.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

6.4. Garantia da contratação

- 6.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:
- 6.4.1.1. A garantia contratual somente será exigida quando a complexidade do valor da contratação importar em consideráveis riscos de prejuízos à Administração em razão do inadimplemento do contratado, o que não é o caso dos autos.

7. TRATAMENTO DIFERENCIADO DA CONTRATAÇÃO

7.1. Em atendimento ao artigo 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 regulamentou o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEI, nas licitações públicas no âmbito da Administração Pública, fica estabelecido:

- 7.1.1. Fica reservada cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEI.
- 7.1.2. Para os itens cujos valores estimados sejam de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será realizada licitação exclusiva às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos termos do disposto no art. 48, I da Lei Complementar acima mencionada.

7.2. Considerando que a natureza do objeto licitado é a prestação de serviços, registra-se que a reserva de cotas não é aplicável para os fins do disposto na LC nº 123/06 ante a sua indivisibilidade.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 8.1. O modelo de execução do objeto do Termo de Referência se dará da seguinte forma:
- 8.1.1. O objeto será executado de forma parcelada, conforme as necessidades da administração, a contar da data da emissão da Ordem de Serviço, conforme quantitativos nela descritos;
- 8.1.2. O prazo de execução do objeto não poderá ser prorrogado, salvo fato superveniente devidamente comprovado e formalmente justificado antes de esgotado o prazo acima estabelecido e/ou a critério da Administração, com as devidas justificativas;
- 8.1.3. A simples execução do objeto da Ordem de Serviço não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade pelo servidor especialmente designado;
- 8.1.4. O aceite/aprovação dos serviços objeto da licitação pela Contratante não exclui a responsabilidade civil do Contratado por vícios de quantidade ou qualidade do serviço, disparidade com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se a Contratante as faculdades previstas no art. 18, da Lei Federal nº 8.078/1990 (Código do Consumidor)
- 8.1.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos no prazo estabelecido no item 9.1.2.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 e cada parte responderá pelas consequências de



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

sua inexecução total ou parcial.

9.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, e/ou pelos respectivos substitutos.

9.5. **Da fiscalização e acompanhamento do contrato:**

- 9.5.1. O fiscal do contrato acompanhará a execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração e realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo;
- 9.5.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 9.5.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 9.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;
- 9.5.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- 9.5.6. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- 9.5.7. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 9.5.8. Cabe ainda ao fiscal do contrato:
 - 9.5.8.1. Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências que surgirem na execução do objeto contratado;
 - 9.5.8.2. Expedir por meio de notificações e/ou relatório de vistoria as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução contratual;
 - 9.5.8.3. Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições referentes à execução contratual;
 - 9.5.8.4. Adotar medidas preventivas de controle do contrato, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, e da realização de serviços acessórios, se for o caso;
 - 9.5.8.5. Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, e se for o caso, dos serviços acessórios;
 - 9.5.8.6. Proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada;
 - 9.5.8.7. Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 9.5.8.8. Determinar a substituição, mediante justificativa, de empregado subordinado a contratada, inclusive de empregados de eventuais subcontratados, ou a própria subcontratada, que, a seus critérios comprometam o bom andamento dos serviços;
- 9.5.8.9. Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou se for o caso, dos serviços acessórios;
- 9.5.8.10. Dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
- 9.5.8.11. Conferir notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, documentos exigidos para o pagamento bem como verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada e, após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação.
- 9.5.9. A fiscalização do contrato será realizada pelo(a) servidor(a) Dejamir Sousa Silva, PORTARIA/DIV/PR nº 015b/2025 que acompanhará a execução do objeto pelo contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 9.5.10. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;
- 9.5.11. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e Capítulo I do Título IV, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.6. Da gestão do contrato:**
- 9.6.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- 9.6.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- 9.6.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 9.6.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores

100



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- 9.6.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;
- 9.6.6. Caberá ao gestor do contrato sugerir à autoridade competente a renovação, a prorrogação ou alteração dos contratos, ou sugerir a realização de novo procedimento licitatório ou de contratação direta, de acordo com as necessidades da Administração;
- 9.6.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;
- 9.6.8. O gestor do contrato analisará os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, analisará eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato, decidirá provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços, e decidirá os requerimentos e reclamações relacionadas à execução contratual;
- 9.6.9. O gestor do contrato analisará os documentos referentes ao recebimento do objeto do contrato;
- 9.6.10. Ao gestor do contrato caberá ainda, quando necessário, convocar e coordenar reuniões, registradas em Ata, com a participação da contratada e dos fiscais, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual, da forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização do pagamento e conclusão da execução contratual;
- 9.6.11. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 9.7. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:
- 9.7.1. Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- 9.7.2. Os recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- 9.7.3. A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados, conforme proposta vencedora, observando-se as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso;
- 9.7.4. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- 9.7.5. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- 9.7.6. A satisfação do público usuário.
- 9.8. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos servidores designados para a gestão e fiscalização do contrato deverão ser comunicadas à autoridade superior imediata, em tempo hábil, com as respectivas anotações dos fatos, para a adoção das medidas cabíveis.
- 9.9. Caberá ao gestor e fiscal do contrato e aos seus substitutos a estreita observância da Lei Ordinária nº 2.015, de 05 de abril de 2024.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

10.1. Do recebimento do objeto:

- 10.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;
- 10.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 10.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;
- 10.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 (três) dias úteis;
- 10.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;
- 10.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a contratada será comunicada para emissão de Nota Fiscal no que tange à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;
- 10.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;
- 10.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, e nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, e não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10.2. Da liquidação

- 10.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma deste item, prorrogáveis por igual período;
- 10.2.2. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021;
- 10.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 10.2.3.1. O prazo de validade;
 - 10.2.3.2. A data da emissão;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 10.2.3.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 10.2.3.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 10.2.3.5. O valor a pagar; e
- 10.2.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 10.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 10.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *online* ao Sistema de Cadastro de Fornecedores adotado para a realização da contratação tal como SICAF ou, na impossibilidade de acesso aos referidos Sistemas, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;
- 10.2.6. A Administração deverá realizar consulta aos sistemas supramencionados para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;
- 10.2.7. Constatando-se, junto a tais sistemas, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;
- 10.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 10.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;
- 10.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos sistemas (SICAF).
- 10.3. **Prazo de pagamento**
- 10.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.
- 10.4. **Forma de pagamento**
- 10.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 10.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 10.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 10.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

11.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 11.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

11.2. Regime de execução

- 11.2.1. O regime de execução do contrato será na modalidade **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

11.3. Exigências de habilitação:

- 11.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

11.3.1.1. Habilitação jurídica:

- 11.3.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 11.3.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 11.3.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 11.3.1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.3.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 11.3.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.3.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 11.3.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- 11.3.1.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 11.3.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:**
- 11.3.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 11.3.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 11.3.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 11.3.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 11.3.1.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 11.3.1.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 11.3.1.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 11.3.1.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;
- 11.3.1.2.9. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 11.3.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:**
- 11.3.1.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 11.3.1.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 11.3.1.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 11.3.1.3.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 11.3.1.3.3.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 11.3.1.3.3.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 11.3.1.3.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação;
- 11.3.1.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);
- 11.3.1.3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 11.3.1.4. Qualificação Técnica:**
- 11.3.1.4.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 11.3.1.4.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de complexidade tecnológica e operacional por meio da apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica Operacional, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) ou Termo(s) de Responsabilidade Técnica - TRT, que comprove ter a interessada em contratar com a administração capacidade para execução de serviços com características semelhantes e de complexidade operacionais equivalentes ou superiores ao objeto da contratação, observado o percentual mínimo de 30% (trinta por cento) do montante estimado para a contratação. **(art. 67, II, da Lei nº 14.133/21).**
- 11.3.1.4.3. Comprovação de a interessada em contratar com a administração possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, ao menos um Engenheiro (Eletricista, de Telecomunicações ou Eletrônico) ou Técnico Habilitado (Eletricista, de Telecomunicações ou Eletrônico), que será(ão) responsável(is) pela execução dos serviços (Lei nº 5.194/66), detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA ou Conselho Federal dos Técnicos-CFT, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT ou Termo(s) de Responsabilidade Técnica - TRT, que comprovem ter o profissional capacidade para execução de serviços com características semelhantes e de complexidade operacionais equivalentes ou superiores ao objeto deste procedimento. **(art. 67, I, da Lei nº 14.133/21).**



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 11.3.1.4.3.1. Para a comprovação do vínculo profissional do responsável técnico com a licitante deve-se admitir a apresentação de cópia de Carteira de Trabalho (CTPS), contrato social da empresa, contrato de prestação de serviço ou, ainda, declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de anuência deste. **(ACÓRDÃO n.º 1447/2015/TCU – Plenário)**
- 11.3.1.4.4. Para fins da comprovação de que trata os subitens 11.3.1.4.2 e 11.3.1.4.3, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 11.3.1.4.3.1. **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE LINK DE ACESSO A INTERNET VIA FIBRA ÓPTICA, COM EQUIPAMENTOS EM COMODATO**
- 11.3.1.4.3.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 11.3.1.4.3.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 11.4. **Registro da empresa no CREA/CFT**, em vigência.
- 11.5. **Autorização junto à ANATEL** (Agência Nacional de Telecomunicações) para prestar os serviços especializados de SCM – Serviço de Comunicação Multimídia (Licença SCM expedida pela ANATEL), expedida em nome da empresa e em vigência.
- 11.6. Os critérios de aceitabilidade de preços serão aqueles descritos no edital respectivo.
- 11.7. As regras de desempate entre propostas são aquelas discriminadas no edital.

12. DAS PENALIDADES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- der causa à inexecução parcial do contrato;
 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - der causa à inexecução total do contrato;
 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV. Multa:

1. Moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

2. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

I. atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 5% do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 20% do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. DA ANTICORRUPÇÃO

13.1. Em demonstração de comprometimento e responsabilidade, as partes declaram conhecer e concordar integralmente com o estabelecido na Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, e se comprometem a observar e a fazer observar, inclusive por seus subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

13.2. Sendo assim, na execução do presente contrato, é vedado à requisitante e ao contratado e/ou ao empregado, preposto e/ou gestor seu:

- A) Ao longo da vigência deste ajuste e após, prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada, ou a quem quer que seja;
- B) Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2013;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

14. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 124.856,88 (cento e vinte e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela constante no item 1.2.1.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: Câmara Municipal de Imperatriz

Unidade: Câmara de Imperatriz

Ação Função: 01

Subfunção: 122

Programa: 0001

Projeto/Atividade/Oper. Especial: 2-002

01.122.0001.2-002 – Manutenção das Atividades e Projetos da Câmara

Natureza da despesa 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 500 – Recursos não vinculados de Impostos

Imperatriz/MA, 18 de dezembro de 2025

Danyelle Walkiria Flor da Conceição

Danyelle Walkiria Flor da Conceição

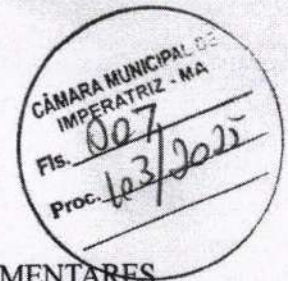
Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares

Portaria nº 001/2025

APROVO o Termo de Referência nos moldes delineados, à vista do detalhamento descrito no referido documento.

Adhemar Alves de Freitas Júnior

ADHEMAR ALVES DE FREITAS JÚNIOR
Presidente da Câmara Municipal



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ETP nº 039/2025 – DAAC/CMI

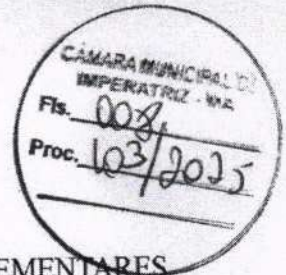
O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que melhor atenderá à necessidade descrita abaixo. O objetivo principal é identificar a necessidade e verificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Este documento visa auxiliar o Departamento Administrativo e Atividades Complementares no planejamento da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato.

Ademais, como documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, este instrumento tem por finalidade caracterizar o interesse público envolvido, identificar a melhor solução dentre as possíveis e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização de Demanda – DFD nº 068/2025 – DAAC/CMI, Processo Administrativo nº 103/2025, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo Termo de Referência ou Projeto Básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

- 1.1. Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso à internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato.
- 1.2. Modalidade de licitação a ser adotada:** Pregão, na forma eletrônica.
- 1.3. Critério de julgamento:** Menor preço.
- 1.4. Critério de adjudicação:** Global.
- 1.5. Registro de preços:** Não



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

2. JUSTIFICATIVAS

2.1. Para a contratação:

2.1.1. A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso à internet, via fibra óptica, com disponibilização de equipamentos em regime de comodato, mostra-se medida indispensável para o adequado funcionamento das atividades administrativas e legislativas do Poder Legislativo Municipal.

2.1.2. A conectividade estável e de alta capacidade constitui requisito essencial para a execução das rotinas administrativas, financeiras e operacionais da instituição, uma vez que diversos sistemas e plataformas governamentais exigem acesso contínuo à rede mundial de computadores. Entre essas atividades, destacam-se o encaminhamento de informações aos órgãos de controle externo (como Tribunais de Contas e Ministério Público), a alimentação regular do Portal da Transparência, a emissão de empenhos, liquidações e pagamentos de despesas públicas, bem como o trâmite interno de documentos e processos eletrônicos.

2.1.3. A inexistência de um link de internet com qualidade, estabilidade e segurança tecnológica compromete diretamente a efetividade das ações administrativas, podendo gerar prejuízos à publicidade e à transparência das informações públicas, princípios basilares da Administração Pública previstos no artigo 37, caput, da Constituição Federal. Além disso, a adequada prestação do serviço público legislativo demanda disponibilidade ininterrupta de rede para garantir a transmissão de sessões plenárias, o acesso remoto a sistemas de votação e gestão legislativa, e a manutenção da comunicação institucional com a sociedade e demais órgãos públicos.

2.1.4. Assim, a contratação proposta visa assegurar a continuidade e eficiência das atividades desta Casa de Leis, bem como o cumprimento das exigências legais relativas à transparência, ao controle social e à boa governança pública.

2.1.5. Ante o exposto, justifica-se a contratação dos serviços supra, objeto deste instrumento.

2.1.6. A contratação de uma empresa especializada é fundamental para garantir a qualidade dos serviços e a segurança dos usuários. A empresa deverá possuir:

2.1.6.1. Profissionais qualificados: A prestação de serviços de fornecimento de link de acesso à internet via fibra óptica, com disponibilização de equipamentos em regime de comodato demanda acompanhamento técnico especializado haja vista a complexidade envolvida na





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

instalação, manutenção, configuração e monitoramento da infraestrutura de rede. A continuidade dos serviços de conectividade é essencial para o regular funcionamento das atividades administrativas e legislativas do Poder Legislativo Municipal, que dependem de acesso ininterrupto à internet para comunicações institucionais, tramitação eletrônica de documentos, transmissões de sessões plenárias e operação dos sistemas informatizados internos.

Nesse contexto, é imprescindível que a empresa contratada disponha de profissional técnico capacitado e habilitado para supervisionar e executar as ações necessárias à implementação e ao suporte dos serviços contratados, atendendo prontamente a eventuais falhas, interrupções ou ajustes de configuração nos equipamentos fornecidos. A presença de suporte técnico especializado visa garantir a observância aos princípios da continuidade do serviço público, da eficiência e da economicidade, conforme previsto no artigo 11 da Lei nº 14.133/2021.

Além disso, o acompanhamento técnico permanente assegura a aderência do serviço contratado aos parâmetros de desempenho e qualidade exigidos nos anexos do termo de referência ou projeto básico, em consonância com o artigo 18, da Lei nº 14.133/2021. Tal exigência contribui para mitigar riscos contratuais, prevenir prejuízos decorrentes de falhas no serviço e viabilizar o cumprimento das metas de desempenho estabelecidas pela Administração Pública.

Dessa forma, justifica-se a necessidade de que a empresa contratada mantenha à disposição da Câmara Municipal profissional técnico especializado para o acompanhamento e execução dos serviços de fornecimento de link de internet, durante toda a vigência contratual, garantindo o adequado suporte técnico-operacional e o pleno atendimento às demandas do órgão contratante.

Qualificação Técnica-Profissional: comprovação de a interessada em contratar com a administração possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, ao menos um Engenheiro (Eletricista, de Telecomunicações ou Eletrônico) ou Técnico Habilitado (Eletricista, de Telecomunicações ou Eletrônico), que será(ão) responsável(eis) pela execução dos serviços (Lei nº 5.194/66), detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA ou Conselho Federal dos Técnicos-CFT, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT ou Termo(s) de Responsabilidade Técnica - TRT, que comprovem ter



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

o profissional capacidade para execução de serviços com características semelhantes e de complexidade operacionais equivalentes ou superiores ao objeto deste procedimento. (**art. 67, I, da Lei nº 14.133/21**). Para a comprovação do vínculo profissional do responsável técnico com a licitante deve-se admitir a apresentação de cópia de Carteira de Trabalho (CTPS), contrato social da empresa, contrato de prestação de serviço ou, ainda, declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de anuência deste. (**ACÓRDÃO n.º 1447/2015/TCU – Plenário**).

2.1.6.2. Equipamentos adequados: Ferramentas e equipamentos modernos para realizar os serviços com eficiência e segurança.

2.1.6.3. Agilidade no atendimento: A empresa deve ser capaz de atender às demandas da Câmara Municipal com rapidez.

2.2. Previsão no Plano Anual de Contratações:

Face o exposto e em observância ao que aduz o inciso IX da IN/SEGES nº 40/2020 a contratação pretendida está em conformidade com os ditames legais, uma vez que encontra previsão no Plano Anual de Contratações para o exercício de 2025.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Sugere-se como requisitos da contratação:

3.1.6. O objeto do presente estudo abrange a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato.

3.1.7. Os serviços deverão ser executados por profissionais especializados e devidamente equipados com os EPI's adequados;

3.1.8. A contratada deverá fornecer os equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários para a perfeita prestação dos serviços especificados neste Documento, arcando inclusive com os custos de mobilização e transporte;

3.1.9. Os serviços serão executados pela empresa vencedora, não se admitindo recusa da parte daquele sob o fundamento de sobrecarga na sua capacidade.

3.1.10. Para fins de formulação da proposta comercial, as empresas licitantes deverão observar as particularidades e dificuldades inerentes à execução do objeto.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 3.1.11. Para que o objeto seja prontamente executado, o licitante deverá comprovar que mantém sede, filial ou escritório na cidade de Imperatriz/MA, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda do Poder Legislativo Municipal, conforme prazos indicados nas “Ordens de Serviço”. Caso não possua, apresentar declaração que instalará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, filial ou escritório no Município de Imperatriz/MA, a partir da vigência do contrato.
- 3.1.12. A prestação de serviços deverá ser iniciada em até 15 (quinze) dias após a emissão da Nota de Empenho ou Ordem de Serviço.
- 3.2. **Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:**
- 3.2.1. A habilitação dos interessados deverá compreender a documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e trabalhista, à regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas federal e municipal, além do cumprimento do disposto no artigo 7º, XXXIII da Constituição Federal. Esses requisitos estão previstos nos artigos 62 e 63 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.2.2. Considerando que a contratação de uma empresa sem experiência pode comprometer a qualidade dos serviços executados, recomenda-se que seja adotada, para fins de comprovação da capacidade técnica da contratada, a apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica Operacional, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) ou Termo(s) de Responsabilidade Técnica - TRT, que comprove ter a interessada em contratar com a administração capacidade para execução de serviços com características semelhantes e de complexidade operacionais equivalentes ou superiores ao objeto da contratação. (art. 67, II, da Lei nº 14.133/21);
- 3.2.2.1. Considerando que o grau de complexidade do objeto a ser contratado não é elevado, recomenda-se um tempo de experiência mínimo de apenas 01 (um) ano na prestação dos serviços a serem contratados, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos. Quanto ao critério quantitativo, recomenda-se 30% (trinta por cento) do montante estimado para a contratação;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

3.2.2.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido pelo menos um ano do início da sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

3.2.2.3. Registro da empresa no CREA/CFT, em vigência.

3.2.2.4. Autorização junto à ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) para prestar os serviços especializados de SCM – Serviço de Comunicação Multimídia (Licença SCM expedida pela ANATEL, em nome da empresa adjudicatária), em vigência.

3.3. Do regime de execução

3.3.1. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário, nos termos do artigo 6º, inciso XXVIII da Lei nº 14.133/2021.

3.3.2. Na empreitada por preço unitário (art. 6º, XXVIII, Lei nº 14.133, de 2021), o valor é fixado por preço certo de unidades determinadas e os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, de modo que os riscos dos contratantes em relação a diferenças de quantitativos são menores. Tal regime é mais apropriado para os casos em que não se conhecem de antemão, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais da obra ou serviço: a execução das “unidades” se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos (TCU. Acórdão 1978, de 2013-Plenário, TC 007.109, de 2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013).

3.3.3. Na empreitada por preço global, cada parte assume, em tese, o risco de eventuais distorções nos quantitativos a serem executados, que podem ser superiores ou inferiores àqueles originalmente previstos na planilha orçamentária da contratação. Esse regime pressupõe um adequado nível de precisão das especificações e quantitativos do serviço, fornecendo aos licitantes todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna (art. 6º, XXIX, Lei nº 14.133, de 2021), para evitar distorções relevantes no decorrer da execução contratual (TCU. Acórdão 1978, de 2013-Plenário, TC 007.109, de 2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013).



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

3.3.4. No caso concreto analisado neste Estudo, a escolha do regime de execução "Empreitada por Preço Unitário" se deve aos seguintes fatores:

- a) O estudo aponta para a escolha de uma modalidade flexível que remunera apenas o serviço efetivamente executado, ou seja, os custos serão mensurados por serviço prestado e demandado pela fiscalização do contrato. Este modelo permite a redução dos custos inerentes à execução dos serviços e tem demonstrado eficácia para o processo de pagamento e controle.
- b) Embora tenha sido realizada uma estimativa da quantidade de serviços a serem executados periodicamente, não se conhece previamente, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais dos serviços a serem realizados, de modo que a mensuração quantitativa será obtida após a realização de medições periódicas, a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos. Nesse sentido, o valor a ser pago será calculado a partir da quantidade de serviços realizados e do respectivo custo unitário, previamente definido para cada tipo de serviço.

4. DO PROCEDIMENTO PARA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As quantidades a serem contratadas, inicialmente foram estimadas em consonância com os serviços prestados nos exercícios financeiros anteriores, bem como as demandas e levantamentos realizados pelos setores administrativos do Poder Legislativo Municipal, com especial ênfase ao Departamento de Tecnologia da Informação e Manutenção.

Tabela 01: Levantamento consolidado dos serviços

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	QTD MESES
1	Serviço de Link Dedicado Internet Banda Larga – 1.000 Mbps - Circuitos dedicados com /29, sem compartilhamento, full duplex, disponibilidade mínima de 99,9% com tecnologia de fibra óptica.	LINK	2	12
2	Equipamentos em regime de comodato: Ponto de Acesso de Wi-Fi 6 com as seguintes características mínimas: Cobertura de até 175 mts, 32 SSID, 256 clientes	UND	33	12





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

simultâneos por equipamento , PoE, Controladora em nuvem, qualidade do serviço: 802.11 e/WMM, VLAN, ToS, Suporte de Teto, Tecnologia MU-MIMO 2x2:2 2.4 GHz 3x3:2 5 GHz de Banda Dupla com xtra range, 5 antenas individuais, Padrões de Wi-Fi: IEEE 802.11 a/b/g/n/c/ax, Velocidade Agregada de 3 Gbps, porta cabeada de 1 Gigabite, rede Mesh, Portais Cativos.			
---	--	--	--

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

1. A empresa contratada será responsável pela prestação de serviços de acesso à internet banda larga, com as seguintes especificações e condições:
 - a) **Fornecimento de Link Dedicado:** O acesso à internet deve ser dedicado, com garantia de banda contratada, sem compartilhamento e disponibilizado em modo full duplex.
 - b) **Tecnologia de Conexão:** Todos os pontos de acesso devem ser atendidos via fibra óptica, garantindo alta velocidade e estabilidade na conexão.
 - c) **Nível de Serviço (SLA):** Garantia de disponibilidade mínima de 99,9%, com suporte técnico 24 horas por dia, 7 dias por semana.
 - d) **Monitoramento e Manutenção:** O serviço deve ser monitorado continuamente. Falhas devem ser identificadas proativamente pela contratada, com informação ao adjudicante em até 30 minutos e previsão de resolução imediata.
 - e) **Equipamentos Inclusos:** Fornecimento, instalação e manutenção de todos os equipamentos necessários (ONT/ONU e os descritos no item 02 da tabela 01) serão de responsabilidade da adjudicatária, em regime de comodato.
 - f) **Ajustes de Banda:** Alterações na velocidade contratada, em até 25%, deverão ser realizadas remotamente pela prestadora em até 24 horas a partir da solicitação do Poder Legislativo.
 - g) **Relatórios Periódicos:** A prestadora deverá fornecer relatórios mensais detalhando o desempenho do serviço, incluindo dados de disponibilidade, interrupções e manutenções realizadas.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

As soluções de mercado disponíveis apresentadas neste item e que atendam aos requisitos da contratação foram pesquisadas considerando o parâmetro IV do artigo 5º da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021 e suas alterações.

5.2. Análise das soluções:

5.2.1. Consultando-se os modelos utilizados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, bem como as práticas atuais do mercado privado para execução dos serviços em questão, identificou-se as seguintes soluções para atendimento da necessidade a que se refere o presente estudo.

5.2.2. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso à internet, via fibra óptica, com disponibilização de equipamentos em regime de comodato.

5.2.2.1. É o modelo mais adotado por instituições públicas e privadas na contratação de serviços de fornecimento de link de acesso à internet, posto tratar-se de serviço comum cuja execução não implica em elevado grau de complexidade.

Vantagens	Desvantagens	Riscos
<ul style="list-style-type: none">Transferência de riscos de atividade a terceiros;	<ul style="list-style-type: none">Maior vulnerabilidade ao comportamento do mercado.	<ul style="list-style-type: none">Não se aplica.

5.3. Identificação das soluções:

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (OU CENÁRIO)	
1	Abertura de processo licitatório para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato.





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

5.4. Análise comparativa das soluções:

REQUISITO	SOLUÇÃO	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	X		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de <i>software</i>).	Solução 1			X
A Solução é composta por <i>software</i> livre ou <i>software</i> público? (quando se tratar de <i>software</i>).	Solução 1			X
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG? (quando se tratar de <i>software</i>).	Solução 1			X
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital).	Solução 1			X
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos).	Solução 1			X



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Haverá a necessidade de capacitação de servidores para a execução da contratação?	Solução 1		X	
Haverá a necessidade de adequação do espaço físico da instituição para execução da solução?	Solução 1		X	
Haverá necessidade de aquisição de bens pela instituição para execução da solução?	Solução 1		X	

5.5. Pesquisa de mercado:

- 5.5.1.** Para realizar a pesquisa de mercado e a definição dos preços foram verificados preços públicos decorrentes de licitações realizadas, a busca de contratos vigentes de objeto similar e atas de registro de preços. Os documentos relativos à pesquisa de preços estão contidos no Anexo II.
- 5.5.2.** No quadro a seguir, apresenta-se as propostas recebidas para a Solução e a média dos valores por item:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	QTD MESES	P. UNT.
1	Serviço de Link Dedicado Internet Banda Larga – 1.000 Mbps - Circuitos dedicados com /29, sem compartilhamento, full duplex, disponibilidade mínima de 99,9% com tecnologia de fibra óptica	LINK	2	12	2.712,85
2	Equipamentos em regime de comodato: Ponto de Acesso de Wi-Fi 6 com as seguintes características mínimas: Cobertura de até 175 mts, 32 SSID, 256 clientes simultâneos por equipamento, PoE, Controladora em nuvem, qualidade do serviço: 802.11 e/WMM, VLAN, ToS, Suporte de Teto, Tecnologia MU-MIMO 2x2:2 2.4 GHz 3x3:2 5 GHz de Banda Dupla com xtra range, 5 antenas individuais, Padrões de Wi-Fi: IEEE 802.11 a/b/g/n/c/ax, Velocidade Agregada de 3 Gbps, porta cabeada de 1 Gigabite, rede Mesh, Portais Cativos.	UND	33	12	150,88





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

5.6. Soluções identificadas como inviáveis:

Não houve soluções consideradas inviáveis.

5.7. Análise comparativa de custos:

Solução – A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato, apresentou a seguinte pesquisa de mercado, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	QTD MESES	V. UNT.	V. TOTAL
1	Serviço de Link Dedicado Internet Banda Larga – 1.000 Mbps - Circuitos dedicados com /29, sem compartilhamento, full duplex, disponibilidade mínima de 99,9% com tecnologia de fibra óptica	LINK	2	12	2.712,85	65.108,40
2	Equipamentos em regime de comodato: Ponto de Acesso de Wi-Fi 6 com as seguintes características mínimas: Cobertura de até 175 mts, 32 SSID, 256 clientes simultâneos por equipamento, PoE, Controladora em nuvem, qualidade do serviço: 802.11 e/WMM, VLAN, ToS, Suporte de Teto, Tecnologia MU-MIMO 2x2:2 2.4 GHz 3x3:2 5 GHz de Banda Dupla com xtra range, 5 antenas individuais, Padrões de Wi-Fi: IEEE 802.11 a/b/g/n/c/ax, Velocidade Agregada de 3 Gbps, porta cabeada de 1 Gigabite, rede Mesh, Portais Cativos.	UND	33	12	150,88	59.748,48
TOTAL						124.856,88

Pesquisa: O valor obtido na pesquisa é proveniente da consulta realizada junto ao Banco de Preços, o qual trouxe à baila mais de três contratos firmados, conforme a coluna P. UNT da tabela supra.

Conclusão: O valor total estimado para a contratação totaliza **RS 124.856,88 (cento e vinte e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos).**

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.2. Considerando o estudo realizado e levantamento das soluções possíveis para o suprimento da necessidade em questão, considerou-se a mais adequada e economicamente viável, a(s) seguinte(s) solução(ões):





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 6.2.1. O objeto da contratação abrange a prestação de serviços de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato.
- 6.2.2. Para esse tipo de serviço optou-se por uma solução que remunere apenas o serviço efetivamente executado, cuja demanda deverá ser previamente ordenada pela fiscalização do contrato. Essa modalidade tem demonstrado eficácia para o processo de pagamento e controle da execução contratual.
- 6.2.3. Considerando tratar-se de serviços essenciais, o prazo de vigência da contratação será de doze meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107, da Lei nº 14.133, de 2021.

7. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO/AGRUPAMENTO DE ITENS

7.1. O parcelamento da solução não é recomendável ante a indivisibilidade do objeto por itens. A contratação de serviço de fornecimento de link de acesso à internet via fibra óptica, com cessão de equipamentos em comodato, exige uma análise técnica que justifique a impossibilidade de fracionamento do objeto entre diferentes fornecedores, sob pena de comprometer a qualidade, a segurança e a gestão do serviço prestado ao Poder Legislativo Municipal.

1. Natureza integrada do serviço e dos equipamentos

O serviço de fornecimento de link de internet via fibra óptica é, por sua própria natureza técnica, um serviço de telecomunicações integrado, em que o link (conectividade) e os equipamentos de acesso (como ONU, roteadores, switches e demais dispositivos de terminação) funcionam como um conjunto único e interdependente. A Lei nº 9.472/1997 (Lei Geral das Telecomunicações) define o serviço de telecomunicações como o conjunto de atividades que envolve a transmissão, emissão ou recepção de sinais, por meio de sistemas de telecomunicações, o que pressupõe a integração entre infraestrutura física, equipamentos e configurações técnicas. No caso de link via fibra óptica, os equipamentos fornecidos em comodato são específicos para o tipo de tecnologia, protocolo e rede da prestadora vencedora do certame. Equipamentos de diferentes fornecedores, mesmo que compatíveis em tese, exigem configurações distintas, firmware específico, políticas de segurança e padrões de monitoramento, o que inviabiliza a operação conjunta em uma mesma rede.





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

2. Inviabilidade técnica da divisão entre link e equipamentos

A divisão do objeto em dois contratos distintos — um para o fornecimento do link e outro para a cessão de equipamentos em comodato — apresenta sérias dificuldades técnicas e operacionais:

- **Incompatibilidade técnica:** Equipamentos de diferentes fornecedores podem não ser compatíveis com a tecnologia de fibra óptica adotada pela empresa que vencer o fornecimento do link, o que pode gerar falhas de conexão, instabilidade, perda de pacotes e indisponibilidade do serviço.
- **Responsabilidade fragmentada:** Em caso de falha no serviço (queda de link, lentidão, intermitência), a atribuição de responsabilidade torna-se complexa. A empresa do link pode alegar defeito no equipamento, e a empresa do comodato pode alegar problema na rede, o que prejudica a gestão e a prestação de contas.
- **Dificuldade de gestão e manutenção:** A administração teria de lidar com dois contratos, dois prazos, duas garantias e dois canais de atendimento. Isso aumenta a complexidade da gestão, sobrecarrega a equipe técnica e reduz a eficiência na resolução de incidentes.

3. Necessidade de gestão unificada e qualidade do serviço

Para garantir a excelência do serviço de internet, é essencial que a prestação seja feita por uma única empresa, responsável por:

- Fornecer o link de fibra óptica com as características técnicas exigidas (banda larga, baixa latência, alta disponibilidade);
- Fornecer os equipamentos de acesso em comodato, compatíveis com sua rede e tecnologia;
- Configurar, monitorar e manter todo o conjunto (link + equipamentos);
- Garantir a continuidade do serviço, com suporte técnico integrado e responsabilidade única por eventuais falhas.

A gestão unificada facilita a fiscalização e a aplicação de penalidades, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações).

5. Conclusão da justificativa

Diante do exposto, conclui-se que:





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- O serviço de fornecimento de link de internet via fibra óptica com cessão de equipamentos em comodato é, por natureza, um serviço técnico integrado e interdependente;
- A divisão do objeto entre empresas distintas para o fornecimento do link e para a cessão dos equipamentos é tecnicamente inviável, pois gera incompatibilidade, fragmentação de responsabilidades e dificuldade de gestão;
- A contratação unificada, por meio de um único contrato, é a forma que garante a qualidade, a segurança, a continuidade do serviço e a eficiência administrativa do Poder Legislativo Municipal.

7.2. Por isso, justifica-se a contratação de empresa especializada para a prestação do serviço de forma integrada, sem possibilidade de fracionamento do objeto entre fornecedores distintos.

8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS OBTIDOS

8.2. Dentre os benefícios a serem alcançados com a contratação, podemos destacar o seguinte:

- a) A contratação integrada do link de acesso à internet via fibra óptica, com cessão de equipamentos em comodato, proporcionará resultados concretos em termos de qualidade do serviço, economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, em consonância com o art. 18, §1º, IX, da Lei 14.133/2021. Acarretará no aumento da disponibilidade do serviço, redução de ocorrências de interrupção e maior agilidade no suporte técnico, em razão da existência de um único responsável por toda a solução (link e equipamentos), o que simplificará o atendimento e a resolução de incidentes.
- b) Do ponto de vista econômico e de gestão, a unificação do objeto em um só contrato reduzirá custos indiretos de administração contratual (menor tempo despendido com gestão, fiscalização e solução de conflitos entre fornecedores) e mitigará riscos de incompatibilidade entre equipamentos e infraestrutura de rede, evitando retrabalho, deslocamentos técnicos repetidos e desperdício de recursos públicos. Ademais, o modelo adotado favorecerá a padronização dos equipamentos, facilitando inventário, controle patrimonial e planejamento de futuras manutenções, o que contribui para maior



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

eficiência e continuidade dos serviços essenciais prestados pelo Poder Legislativo Municipal à população.

9. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

9.1. Para melhor execução do serviço contratado é necessário que a instituição faça um cronograma de execução dos serviços com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data designada para o início da execução contratual.

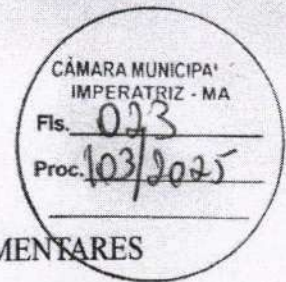
10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor total estimado para a contratação da solução é de **RS 124.856,88 (cento e vinte e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos)**, conforme quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	QTD MESES	V. UNT.	V. TOTAL
1	Serviço de Link Dedicado Internet Banda Larga – 1.000 Mbps - Circuitos dedicados com /29, sem compartilhamento, full duplex, disponibilidade mínima de 99,9% com tecnologia de fibra óptica	LINK	2	12	2.712,85	65.108,40
2	Equipamentos em regime de comodato: Ponto de Acesso de Wi-Fi 6 com as seguintes características mínimas: Cobertura de até 175 mts, 32 SSID, 256 clientes simultâneos por equipamento, PoE, Controladora em nuvem, qualidade do serviço: 802.11 e/WMM, VLAN, ToS, Suporte de Teto, Tecnologia MU-MIMO 2x2:2 2.4 GHz 3x3:2 5 GHz de Banda Dupla com xtra range, 5 antenas individuais, Padrões de Wi-Fi: IEEE 802.11 a/b/g/n/c/ax, Velocidade Agregada de 3 Gbps, porta cabeada de 1 Gigabite, rede Mesh, Portais Cativos.	UND	33	12	150,88	59.748,48
TOTAL						124.856,88

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

11.1. Não há contratações que guardam relação/afinidade com o objeto da contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. O princípio do desenvolvimento nacional sustentável está previsto na nova Lei de Licitações (14.133/2021), em seus artigos 5º e 11:

"Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - ...

IV - Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável."

12.2. A Administração Pública deve seguir diretrizes previstas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª edição, link <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>), de setembro de 2023, da Advocacia Geral da União.

12.3. Nesse sentido, após a devida consulta do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis destacamos a inexistência de quaisquer recomendações específicas acerca da contratação do objeto, sem prejuízo de que a contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com os artigos 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

12.4. Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis.

12.5. Visar economia na utilização de máquinas, equipamentos e ferramentas contribuindo para a redução do consumo de energia, bem como na utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, em conformidade com a Lei de Eficiência Energética nº



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

10.295/01 e o decreto nº 10.779/2021, que estabelece medidas para a redução do consumo de energia elétrica no âmbito da administração pública federal, aplicável subsidiariamente *in casu*.

12.6. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários à execução dos serviços e realizar programas internos de treinamento de seus empregados, nos primeiros meses de execução contratual, para as práticas de sustentabilidade, observadas as normas ambientais vigentes.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A viabilidade da contratação se justifica, pois ao longo do estudo verificou-se que a solução proposta se mostra mais adequada, econômica e eficiente para o atendimento da necessidade apresentada.

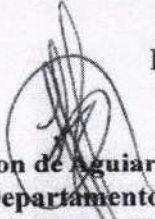
Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Esta equipe de planejamento declara **inviável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

13.1. Aprovação e assinatura:

Em vista das informações apresentadas neste documento e considerando que foram cumpridos todos os requisitos para sua elaboração, estão de acordo com as soluções os agentes públicos signatários.

Imperatriz - MA, 08 de dezembro de 2025


Deivon de Aguiar Santos
Assessor do Departamento Administrativo
Responsável pelo Estudo Técnico Preliminar
PORTARIA/GRAT/PR nº 001/2025



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2025
(Processo Administrativo nº 103/2025)
ANEXO II
MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE SERVIÇO Nº/.....,
QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ (MA) E A EMPRESA
.....

A **CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ - MA**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ nº 69.555.019/0001-09, com sede na Rua Simplício Moreira nº 1185, Centro, Imperatriz - MA, neste ato representada por seu Presidente Sr. Adhemar Alves de Freitas Júnior, brasileiro, casado, agente político, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a _____, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 103/2025** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº ____/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a prestação de serviços continuados de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do **Pregão Eletrônico nº ____/2025**, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATSER	UND	QTD	V. UNT.

- 1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.4.1. O Termo de Referência;
- 1.4.2. O Edital da Licitação;
- 1.4.3. A Proposta do contratado;
- 1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em doze meses, prorrogáveis por iguais períodos até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
 - e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ____ (____)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar a Procuradoria do Poder Legislativo Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de dois dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de cinco dias úteis.
- 8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iv. Multa:

1. Moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

2. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

i. atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 5% do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 20% do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Órgão: Câmara Municipal de Imperatriz

Unidade: Câmara de Imperatriz

Ação Função: 01

Subfunção: 122

Programa: 0001

Projeto/Atividade/Oper. Especial: 2-002

01.122.0001.2-002 – Manutenção das Atividades e Projetos da Câmara

Natureza da despesa 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 500 – Recursos não vinculados de Impostos

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da cidade de Imperatriz (MA) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Imperatriz (MA), ___ de _____ de _____

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 - _____
CPF: _____

2 - _____
CPF: _____



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2025
(Processo Administrativo nº 103/2025)
ANEXO III
(Proposta de Preços)

Prezados Senhores, _____ de ____ de ____

_____(empresa), com sede na cidade de _____ à Rua _____, n.º _____, inscrita no CNPJ/MF sob o número _____, neste ato representada por _____, portador do CPF n.º _____ e R.G. n.º _____, abaixo assinado propõe à Câmara Municipal de Imperatriz – MA os preços infra discriminados para o registro de preços destinado a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas, objeto do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2025 - CPL**:

CATSER: 26484						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	QTD MESES	V. UNT.	V. TOTAL
1	Serviço de Link Dedicado Internet Banda Larga – 1.000 Mbps - Circuitos dedicados com /29, sem compartilhamento, full duplex, disponibilidade mínima de 99,9% com tecnologia de fibra óptica	LINK	2	12		
2	Equipamentos em regime de comodato: Ponto de Acesso de Wi-Fi 6 com as seguintes características mínimas: Cobertura de até 175 mts, 32 SSID, 256 clientes simultâneos por equipamento, PoE, Controladora em nuvem, qualidade do serviço: 802.11 e/WMM, VLAN, ToS, Suporte de Teto, Tecnologia MU-MIMO 2x2:2 2.4 GHz 3x3:2 5 GHz de Banda Dupla com xtra range, 5 antenas individuais, Padrões de Wi-Fi: IEEE 802.11 a/b/g/n/c/ax, Velocidade Agregada de 3 Gbps, porta cabeada de 1 Gigabite, rede Mesh, Portais Cativos.	UND	33	12		
TOTAL						

OBS: A descrição mínima do objeto deverá observar a especificação constante no termo de referência e planilha acima, que prevalecerão sobre a identificação CATSER

- Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua abertura;
- O objeto deverá ser executado no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data da emissão da “Ordem de Serviço” expedida pelo setor competente;
- O valor total da proposta é de R\$ ____ (_____).

Nome, Assinatura do Responsável da Empresa



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



DESPACHO

Em atenção ao disposto no artigo 53, da Lei nº 14.133/2021, encaminhem-se os presentes autos de procedimento de licitação cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, à Procuradoria Geral da Câmara Municipal de Imperatriz para emissão de Parecer.

Imperatriz/MA, 19 de dezembro 2025.

Danyelle Walkiria Flor da Conceição

Danyelle Walkiria Flor da Conceição

Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares
Portaria nº 001/2025



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
PROCURADORIA DA CÂMARA**



PARECER JURÍDICO LICITATÓRIO Nº 54/2025

SOLICITANTE: DIRETORA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES – DANYELLE WALKIRIA FLOR DA CONCEICAO

OBJETO: Processo administrativo nº 103/2025. Análise do procedimento licitatório para contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência. Pregão, Menor Preço, Global.

I - RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo licitatório na modalidade Pregão, tipo menor preço, instruído pelo Departamento Administrativo e Atividades Complementares da Câmara Municipal de Imperatriz/MA, com objetivo de contratação de empresa especializada na no fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato da Câmara Municipal de Imperatriz/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, nos moldes da demanda oficializada por meio do Documento de Oficialização de Demanda – DFD/DOD nº 68/2025 – DAAC/CMI.

O Processo encaminhado foi numerado com 158 páginas, instruído com os seguintes documentos:



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
PROCURADORIA DA CÂMARA



- Documento de Oficialização de Demanda DOD/DFD nº 068/2025 – DAAC/CMI fls. 01/06;
- Ciência da Demanda e Autorização para Prosseguimento do feito pelo Então Presidente da Câmara Municipal de Imperatriz fl. 06;
- Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 039/2025 fls. 07/24;
- Aprovação do Estudo Técnico Preliminar pelo Então Presidente da Câmara Municipal de Imperatriz fl. 25;
- Mapa de Riscos I fl. 26/29;
- Anexo II Pesquisa de Preços fls. 30/49;
- Despacho pela Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares solicitando análise da Controladoria Geral da Câmara fl. 50;
- Análise e manifestação técnica pela controladoria da Câmara Municipal de Imperatriz fls. 51/54;
- Ofício nº222/2025 pela Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares informando que as despesas se encontram em consonância com a LDO, LOA, e PPA fl. 55;
- Despacho pelo presidente da câmara municipal de Imperatriz aprovando o ETP fl. 56;
- Ofício pela Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares solicitando a contadoria da Câmara Municipal de Imperatriz disponibilidade orçamentária no valor de R\$124.856,88 (cento e vinte e quatro mil oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos para o custeio fl. 57;
- Certidão emitida pelo contador da Câmara Municipal de Imperatriz informando dotação orçamentária fl. 058;
- Ofício nº225/2015 pela Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares solicitando aprovação do Termo de Referência ao Presidente da Câmara Municipal de Imperatriz informando que as despesas se encontram em consonância com a LDO, LOA, e PPA fl.59;
- Termo de Referência fls. 60/74;
- Aprovação do Termo de Referência pelo Presidente da Câmara Municipal de Imperatriz fl. 74;
- Apêndice Estudo Técnico Preliminar fls.75/93;
- Despacho do Presidente da Câmara Municipal de Imperatriz autorizando o procedimento licitatório no valor total de R\$124.856,88 (cento e vinte e quatro mil oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
PROCURADORIA DA CÂMARA**

centavos), declarando, ainda, cumprir os incisos I e II do art. 16 da LC nº 101/2000 fls. 94;

- Minuta do Pregão eletrônico – processo administrativo nº 103/2025, e seus anexos – cópia da minuta do edital, termo de referência, minuta do contrato, minuta da proposta de preços fls. 95/157;
- Despacho solicitando parecer da procuradoria fl. 158.

É o que há de mais relevante para relatar.

Consta nos autos:

- Servidor que elaborou o ETP: Deivon de Aguiar Santos – Assessor do Departamento Administrativo – PORTARIA/GRAT/PR Nº 01/2025;
- Responsável pela Formalização da Demanda e Conteúdo do Documento Danyelle Walkiria Flor da Conceição – Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares – Portaria nº 01/2025;
- Agente de contratação: Victor Gabriel Aquino da Silva, matrícula 01769;
- Fiscal do contrato: Dejamir Sousa Silva, Portaria/DIV/PR nº 015/2025.

II – DO CARATER OPINATIVO DO PRESENTE PARECER

Inicialmente, cumpre destacar que compete a essa Procuradoria, única e exclusivamente, prestar consultoria, sendo este parecer meramente OPINATIVO, sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos a conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipóteses teratológicas.

Antes de se adentrar ao mérito do presente parecer é de ser verificado que a condução da análise técnico jurídica é vinculada à atividade prevista legalmente da função da advocacia, em especial conforme disposto na Lei Federal n. 8.906/94, que estabelece o Estatuto da Advocacia e da OAB.

Desta forma, para confecção do presente instrumento, é de ser observada a isenção do profissional e o seu caráter opinativo (Art. 2º, § 3º da Lei referida), corroborado este entendimento pela liberdade administrativa do responsável, gestor, já que este poderá ou não seguir a opinião técnica segundo sua conveniência e finalidade. Reitera-se a liberdade de opinião do profissional, conforme o entendimento jurisprudencial que segue, assim como a desvinculação do profissional à



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
PROCURADORIA DA CÂMARA



opinião, cabendo ao gestor sua vinculação ou não, conforme sua conveniência.

O presente parecer, por essência, é um instrumento de opinião não passível de vinculação a decisão da administração pública, assim entende a jurisprudência:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. ADVOGADO PARECERISTA. SUPOSTO CRIME EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. ART. 89, CAPUT, DA LEI 8.666/93. PLEITO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. CABIMENTO. INEXISTÊNCIA D EINDICAÇÃO DO DOLO NA CONDUTA DO CAUSÍDICO. ORDEM QUE DEVE SER CONCEDIDA. 1. Não se pode deixar de considerar que sendo o ato do parecerista um ato opinativo, a manifestação jurídica não se constitui como ato administrativo em si, podendo apenas ser usada como elemento de fundamentação de um ato administrativo posteriormente praticado. 2. Precedente: STF - MS 24.631-6 - DISTRITO FEDERAL - Relator (a): Min. Joaquim Barbosa - Julgamento: 09/08/2007 - Órgão Julgador: Tribunal Pleno - Publicação: DJ 01-02-2008.

Assim, excluindo-se os elementos técnicos e econômicos que embasaram o procedimento, é realizada a presente análise sobre os elementos ou requisitos estritamente jurídicos dos autos. Neste sentido cabe a ressalva técnica que ao gestor público é livre a condução da Administração Pública, subordinando-se, contudo, às vertentes das normas de regência, em especial, os Princípios Constitucionais do Direito Administrativo.

Sem desclassificar a presente peça como opinião técnica quanto à regularidade legal do procedimento, desvinculadas das finalidades que os justificam e tendo por base o próprio procedimento, incluso as declarações, autorizações, determinações e demais atos nele presentes. Cabendo ao gestor proceder aos demais atos conforme sua conveniência.

III - FUNDAMENTAÇÃO

Documento de Formalização/Oficialização de Demanda (DFD/DOD nº 068/2025), devidamente assinado pelo assessor do



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
PROCURADORIA DA CÂMARA

Departamento Administrativo, que descreve o objeto, o regime de execução.

A modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, foi corretamente escolhida, uma vez que o objeto envolve serviços comuns, definidos na Lei nº 14.133/2021, como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital e no termo de referência.

A forma eletrônica atende ao princípio da ampla competitividade e economicidade.

A pesquisa de preços elaborada com base nas consultas realizadas nos portais Compras.Gov, Portal da Prefeitura Municipal de Guaporema/PR e Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP é válida e atende ao disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021. Os portais utilizados constituem fontes idôneas e reconhecidas pelos órgãos de controle para formação do valor estimado da contratação, desde que devidamente documentadas as consultas, observada a comparabilidade dos itens e excluídos eventuais valores destoantes.

A estimativa global de R\$124.856,88 (cento e vinte e quatro mil oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos) foi aprovada pela autoridade competente.

Nos termos do art. 54 da Lei nº 14.133/2021, todos os documentos do certame (edital, resultados e atas) devem ser divulgados no PNCP e no site da Câmara, devendo por tanto ser cumprida a determinação legal.

Há nos autos documento que comprovam dotação orçamentária.

IV – CONCLUSÃO

Isso posto, arrimado no acervo fático e normativo apresentado, **OPINA** a Procuradoria da Câmara Municipal de Imperatriz, por este Procurador Legislativo que a esta subscreve, pela regularidade e legalidade do processo administrativo nº 103/2025, para fins de contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de fornecimento de link acesso à internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, devendo ser realizada



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
PROCURADORIA DA CÂMARA**



as devidas disponibilização integral/publicações no PNCP e site da Câmara, conforme art. 54 da Lei 14.133/21.

O presente parecer é prestado sob o prisma estritamente jurídico, não competindo a essa assessoria jurídica adentrar no mérito da conveniência e oportunidade dos atos praticados pelos gestores públicos, ou mesmo, conferência da validade da documentação apresentada, que deverá ser realizada pelo setor/servidor competente do departamento de licitação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Imperatriz/MA, 22 de dezembro de 2025.

**LUCAS ALVES
MITOURA**

Assinado de forma digital por
LUCAS ALVES MITOURA
Dados: 2025.12.22 10:54:02
-03'00'

LUCAS ALVES MITOURA
Procurador Legislativo da Câmara
Municipal de Imperatriz
Matrícula 1535
OAB/MA 16.089
OAB/DF 85.385



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026
(Processo Administrativo nº 103/2025)

DADOS DO CERTAME	
Órgão Solicitante: Departamento Administrativo e Atividades Complementares	
Órgão Licitante: Câmara Municipal de Imperatriz/MA	
UASG: 931458	
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.	
Esclarecimentos: Até 27/01/2026 às 23:59hrs para o endereço eletrônico: dl.itz.agentedeconstratacao2025@gmail.com	
Impugnações: Até 27/01/2026 às 23:59hrs para o endereço eletrônico dl.itz.agentedeconstratacao2025@gmail.com	
Início da Sessão Eletrônica: 30/01/2026 às 09:00 hrs	
Sistema Eletrônico Utilizado: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br	
Endereço Eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br	
Endereço para retirada do Edital: www.comprasgovernamentais.gov.br ; https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1 e https://www.camaraimperatriz.ma.gov.br/editais-licitacoes	
VALOR ESTIMADO, MÍNIMO, REFERÊNCIA OU SIGILOSO	Valor: R\$ 124.856,88 (cento e vinte e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos). <input type="checkbox"/> Estimado <input type="checkbox"/> Mínimo <input type="checkbox"/> Referência <input type="checkbox"/> Orçamento Sigiloso
NATUREZA DO OBJETO	<input type="checkbox"/> Aquisição <input checked="" type="checkbox"/> Serviço <input type="checkbox"/> Obras e Serviços de Engenharia
PARTICIPAÇÃO MEI / ME / EPP	<input type="checkbox"/> Licitação Exclusiva para MEI / ME / EPP – Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006. <input type="checkbox"/> Licitação com itens/grupos cotas de até 25% reservadas para MEI / ME / EPP – Art. 48, III da Lei Complementar nº 123/2006. <input checked="" type="checkbox"/> Licitação de Ampla Participação. <input type="checkbox"/> Licitação de Ampla Participação, com itens de participação exclusiva reservadas para MEI / ME / EPP – Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/06.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

MODO DE DISPUTA	<input checked="" type="checkbox"/> Aberto <input type="checkbox"/> Aberto e Fechado
CRITÉRIO DE JULTAMENTO E INTERVALO DE LANCES	<input checked="" type="checkbox"/> Menor Preço - Intervalo mínimo: R\$ 0,01 (um centavo) <input type="checkbox"/> Maior Desconto
CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Global <input type="checkbox"/> Item <input type="checkbox"/> Por Grupo, para o(s) grupo(s): LOTE e ITEM, observada as condições definidas neste Edital e anexos.
Prazo para envio da proposta/documentação: conforme os itens 6.22.5 e 8.12.1 deste Edital	
INFORMAÇÕES	
Pregoeiro: Victor Gabriel Aquino da Silva Matrícula nº 01769	e-mail: dl.itz.agentedeconstratacao2025@gmail.com
Endereço: Rua Simplício Moreira, nº 1185, Centro, Imperatriz – MA	
Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.	
OBS: <u>Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.</u>	
APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS:	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, na forma do Termo de Referência
VISITA TÉCNICA:	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, na forma do Termo de Referência



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026
(Processo Administrativo nº 103/2025)

EDITAL

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Câmara Municipal de Imperatriz - MA, por meio do Departamento Administrativo e Atividades Complementares, Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 076, de 18 de novembro de 2024, sediada na Rua Simplício Moreira nº 1185, Centro, Imperatriz - MA, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **menor preço global**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Ordinária nº 2.015, de 5 de abril de 2024, Resolução nº 001 de 17 de abril de 2024 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 30/01/2026

Horário: 09:00h (nove horas)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: Câmara Municipal de Imperatriz

Unidade: Câmara de Imperatriz

Ação Função: 01

Subfunção: 122

Programa: 0001

Projeto/Atividade/Oper. Especial: 2-002

01.122.0001.2-002 – Manutenção das Atividades e Projetos da Câmara

Natureza da despesa 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 500 – Recursos não vinculados de Impostos

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.1. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados exapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 4.6.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.2 e 4.6.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 4.6.4 e 4.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 4.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *Valor unitário e total do item;*

5.1.2. *Quantidade cotada.*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. *O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.*

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação

5.8.2. Caso o critério de julgamento seja o menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União/Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).**
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecúvel.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.21.2.2. empresas brasileiras;
- 6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.
- 6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.23.1. ***Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.***
- 6.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 6.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.23.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.23.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.1.1. SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.5.1 e 5.6 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.6.1. conter vícios insanáveis;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*
- 7.8.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio previsto em lei específica.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021)

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.
- 8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 9. DOS RECURSOS**
- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.
- 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.camaraimperatriz.ma.gov.br

10. DO TERMO DE CONTRATO

- 10.1. Após a homologação e adjudicação, caso de conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 11.2.1. advertência;
- 11.2.2. multa;
- 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco)



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à administração pública municipal.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo envio ao e-mail dl.itz.agentedecontratacao2025@gmail.com

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.camaraimperatriz.ma.gov.br

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

13.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

13.11.3. ANEXO III - Modelo de Carta Proposta;

Imperatriz (MA), 14 de janeiro de 2025

Danyelle Walkiria Flor da Conceição
Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026
(Processo Administrativo nº 103/2025)

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA



CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA
Fls. 187
Proc. 1031/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA
Fls. 069
Proc. 103/2025

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Especificações e quantitativos do objeto:

1.2.1. Os itens do presente Termo de Referência possuem as seguintes especificações, apresentação e quantitativos:

CATSER: 26484						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	QTD MESES	V. UNT.	V. TOTAL
1	Serviço de Link Dedicado Internet Banda Larga – 1.000 Mbps - Circuitos dedicados com /29, sem compartilhamento, full duplex, disponibilidade mínima de 99,9% com tecnologia de fibra óptica	LINK	2	12	2.712,85	65.108,40
2	Equipamentos em regime de comodato: Ponto de Acesso de Wi-Fi 6 com as seguintes características mínimas: Cobertura de até 175 mts, 32 SSID, 256 clientes simultâneos por equipamento, PoE, Controladora em nuvem, qualidade do serviço: 802.11 e/WMM, VLAN, ToS, Suporte de Teto, Tecnologia MU-MIMO 2x2:2 2.4 GHz 3x3:2 5 GHz de Banda Dupla com xtra range, 5 antenas individuais, Padrões de Wi-Fi: IEEE 802.11 a/b/g/n/c/ax, Velocidade Agregada de 3 Gbps, porta cabeada de 1 Gigabite, rede Mesh, Portais Cativos.	UND	33	12	150,88	59.748,48
TOTAL						124.856,88

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de doze meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133, de 2021, considerando a essencialidade dos serviços, posto que voltados ao adequado funcionamento das atividades administrativas e legislativas do Poder Legislativo Municipal, com especial ênfase ao resguardo dos princípios da publicidade e transparência das informações públicas, princípios basilares da Administração Pública previstos no artigo 37, caput, da Constituição Federal (transmissão de sessões plenárias, acesso remoto a sistemas de votação e gestão legislativa, manutenção da comunicação institucional com a sociedade e demais órgãos públicos e de fiscalização, inserção de informações de gestão no portal da transparência e sistemas do Tribunal de Contas do Estado, dentre outros)

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação do objeto do presente processo tem por finalidade assegurar a continuidade e eficiência das atividades desta Casa de Leis, bem como o cumprimento das exigências legais relativas à transparência, ao controle social e à boa governança pública.



PODER LEGISLATIVO

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA

Fls. 188

Proc. 1031/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA

Fls. 061

Proc. 103/2025

2.2. Previsão no Plano de Contratações Anual:

2.2.1. Face o exposto e em observância ao que aduz o inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e Art. 7º, inciso IX da IN 40/2020 da SEGES a contratação dos serviços fora prevista no Plano Anual de Contratações.

2.2.2. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DA MODALIDADE FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação do objeto se dará por meio de licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, no tipo **menor preço**, pelo critério de julgamento **global**.

3.2. A licitação e a contratação reger-se-ão pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pela Lei Ordinária nº 2.015/24, Resolução nº 001/2024 e, no que couber, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, aplicando subsidiariamente demais normas regulamentares pertinentes à espécie.

4. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ/MA

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

5.1. A solução tem por objetivo preservar a conectividade via fibra óptica, garantindo o regular funcionamento das atividades administrativas e legislativas do Poder Legislativo Municipal, as quais dependem do acesso ininterrupto à internet para comunicações institucionais, tramitação eletrônica de documentos, transmissões de sessões plenárias e operação dos sistemas informatizados internos.

5.2. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Para a contratação será observado os seguintes requisitos:

6.1.1. A empresa a ser contratada deverá se responsabilizar por todas as despesas diretas ou indiretas a fim de que o objeto seja executado de acordo com o solicitado, atendendo todas as especificações e preço;

6.1.2. Os serviços deverão ser executados no prazo máximo definido na proposta de preços apresentada, contado da data de recebimento da nota de empenho, ordem de serviço ou documento equivalente;

6.1.3. A Contratada deverá providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas, referentes às condições firmadas;

6.1.4. A contratada será responsável pela execução do objeto, devendo oferecer a garantia mínima prevista em lei.

6.2. Sustentabilidade:

6.2.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

6.3. Subcontratação

6.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.



CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA

Fls. 189

Proc. 10310095

CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA

Fls. 062

Proc. 103/2025

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

6.4. Garantia da contratação

6.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

6.4.1.1. A garantia contratual somente será exigida quando a complexidade do valor da contratação importar em consideráveis riscos de prejuízos à Administração em razão do inadimplemento do contratado, o que não é o caso dos autos.

7. TRATAMENTO DIFERENCIADO DA CONTRATAÇÃO

7.1. Em atendimento ao artigo 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 regulamentou o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEI, nas licitações públicas no âmbito da Administração Pública, fica estabelecido:

7.1.1. Fica reservada cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEI.

7.1.2. Para os itens cujos valores estimados sejam de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será realizada licitação exclusiva às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos termos do disposto no art. 48, I da Lei Complementar acima mencionada.

7.2. Considerando que a natureza do objeto licitado é a prestação de serviços, registra-se que a reserva de cotas não é aplicável para os fins do disposto na LC nº 123/06 ante a sua indivisibilidade.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. O modelo de execução do objeto do Termo de Referência se dará da seguinte forma:

8.1.1. O objeto será executado de forma parcelada, conforme as necessidades da administração, a contar da data da emissão da Ordem de Serviço, conforme quantitativos nela descritos;

8.1.2. O prazo de execução do objeto não poderá ser prorrogado, salvo fato superveniente devidamente comprovado e formalmente justificado antes de esgotado o prazo acima estabelecido e/ou a critério da Administração, com as devidas justificativas;

8.1.3. A simples execução do objeto da Ordem de Serviço não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade pelo servidor especialmente designado;

8.1.4. O aceite/aprovação dos serviços objeto da licitação pela Contratante não exclui a responsabilidade civil do Contratado por vícios de quantidade ou qualidade do serviço, disparidade com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se a Contratante as faculdades previstas no art. 18, da Lei Federal nº 8.078/1990 (Código do Consumidor)

8.1.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos no prazo estabelecido no item 9.1.2.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 e cada parte responderá pelas consequências de



CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA
Fls. 190
Proc. 103120

CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA
Fls. 063
Proc. 103/2025

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

sua inexecução total ou parcial.

9.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, e/ou pelos respectivos substitutos.

9.5. **Da fiscalização e acompanhamento do contrato:**

- 9.5.1. O fiscal do contrato acompanhará a execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração e realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo;
- 9.5.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 9.5.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 9.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;
- 9.5.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- 9.5.6. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- 9.5.7. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 9.5.8. Cabe ainda ao fiscal do contrato:
 - 9.5.8.1. Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências que surgirem na execução do objeto contratado;
 - 9.5.8.2. Expedir por meio de notificações e/ou relatório de vistoria as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução contratual;
 - 9.5.8.3. Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições referentes à execução contratual;
 - 9.5.8.4. Adotar medidas preventivas de controle do contrato, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, e da realização de serviços acessórios, se for o caso;
 - 9.5.8.5. Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, e se for o caso, dos serviços acessórios;
 - 9.5.8.6. Proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada;
 - 9.5.8.7. Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



- 9.5.8.8. Determinar a substituição, mediante justificativa, de empregado subordinado a contratada, inclusive de empregados de eventuais subcontratados, ou a própria subcontratada, que, a seus critérios comprometam o bom andamento dos serviços;
- 9.5.8.9. Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou se for o caso, dos serviços acessórios;
- 9.5.8.10. Dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
- 9.5.8.11. Conferir notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, documentos exigidos para o pagamento bem como verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada e, após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação.
- 9.5.9. A fiscalização do contrato será realizada pelo(a) servidor(a) Dejamir Sousa Silva, PORTARIA/DIV/PR nº 015b/2025 que acompanhará a execução do objeto pelo contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 9.5.10. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;
- 9.5.11. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e Capítulo I do Título IV, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.6. **Da gestão do contrato:**
- 9.6.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- 9.6.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- 9.6.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 9.6.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores

100



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA
Fls. 198
Proc. 1031/2025



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- 9.6.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;
- 9.6.6. Caberá ao gestor do contrato sugerir à autoridade competente a renovação, a prorrogação ou alteração dos contratos, ou sugerir a realização de novo procedimento licitatório ou de contratação direta, de acordo com as necessidades da Administração;
- 9.6.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;
- 9.6.8. O gestor do contrato analisará os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, analisará eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato, decidirá provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços, e decidirá os requerimentos e reclamações relacionadas à execução contratual;
- 9.6.9. O gestor do contrato analisará os documentos referentes ao recebimento do objeto do contrato;
- 9.6.10. Ao gestor do contrato caberá ainda, quando necessário, convocar e coordenar reuniões, registradas em Ata, com a participação da contratada e dos fiscais, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual, da forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização do pagamento e conclusão da execução contratual;
- 9.6.11. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 9.7. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:
- 9.7.1. Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- 9.7.2. Os recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- 9.7.3. A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados, conforme proposta vencedora, observando-se as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso;
- 9.7.4. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- 9.7.5. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- 9.7.6. A satisfação do público usuário.
- 9.8. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos servidores designados para a gestão e fiscalização do contrato deverão ser comunicadas à autoridade superior imediata, em tempo hábil, com as respectivas anotações dos fatos, para a adoção das medidas cabíveis.
- 9.9. Caberá ao gestor e fiscal do contrato e aos seus substitutos a estreita observância da Lei Ordinária nº 2.015, de 05 de abril de 2024.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

10.1. Do recebimento do objeto:

- 10.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;
- 10.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 10.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;
- 10.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 (três) dias úteis;
- 10.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;
- 10.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a contratada será comunicada para emissão de Nota Fiscal no que tange à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;
- 10.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;
- 10.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, e nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, e não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10.2. Da liquidação

- 10.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma deste item, prorrogáveis por igual período;
- 10.2.2. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021;
- 10.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 10.2.3.1. O prazo de validade;
 - 10.2.3.2. A data da emissão;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA
Fls. 194
Proc. 00310005

CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA
Fls. 067
Proc. 103/2025

- 10.2.3.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 10.2.3.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 10.2.3.5. O valor a pagar; e
- 10.2.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 10.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 10.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *online* ao Sistema de Cadastro de Fornecedores adotado para a realização da contratação tal como SICAF ou, na impossibilidade de acesso aos referidos Sistemas, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;
- 10.2.6. A Administração deverá realizar consulta aos sistemas supramencionados para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;
- 10.2.7. Constatando-se, junto a tais sistemas, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;
- 10.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 10.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;
- 10.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos sistemas (SICAF).
- 10.3. **Prazo de pagamento**
 - 10.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.
- 10.4. **Forma de pagamento**
 - 10.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
 - 10.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
 - 10.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA
Fls. 195
Proc. 10319095

CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA
Fls. 068
Proc. 103/2025

- 10.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 10.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

11.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 11.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

11.2. Regime de execução

- 11.2.1. O regime de execução do contrato será na modalidade **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

11.3. Exigências de habilitação:

- 11.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

11.3.1.1. Habilitação jurídica:

- 11.3.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 11.3.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 11.3.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 11.3.1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.3.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 11.3.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.3.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA
Fls. 196
Proc. 103/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA
Fls. 069
Proc. 103/2025

Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

- 11.3.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- 11.3.1.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 11.3.1.2. **Habilitação fiscal, social e trabalhista:**
 - 11.3.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
 - 11.3.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
 - 11.3.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
 - 11.3.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
 - 11.3.1.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - 11.3.1.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
 - 11.3.1.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
 - 11.3.1.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;
 - 11.3.1.2.9. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 11.3.1.3. **Qualificação Econômico-Financeira:**
 - 11.3.1.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
 - 11.3.1.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);



CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA

Fls. 197

Proc. 109 1 0085

CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA

Fls. 070

Proc. 103/2025

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 11.3.1.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 11.3.1.3.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 11.3.1.3.3.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 11.3.1.3.3.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 11.3.1.3.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação;
- 11.3.1.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);
- 11.3.1.3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 11.3.1.4. Qualificação Técnica:**
- 11.3.1.4.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 11.3.1.4.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de complexidade tecnológica e operacional por meio da apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica Operacional, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) ou Termo(s) de Responsabilidade Técnica - TRT, que comprove ter a interessada em contratar com a administração capacidade para execução de serviços com características semelhantes e de complexidade operacionais equivalentes ou superiores ao objeto da contratação, observado o percentual mínimo de 30% (trinta por cento) do montante estimado para a contratação. **(art. 67, II, da Lei nº 14.133/21).**
- 11.3.1.4.3. Comprovação de a interessada em contratar com a administração possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, ao menos um Engenheiro (Eletricista, de Telecomunicações ou Eletrônico) ou Técnico Habilitado (Eletricista, de Telecomunicações ou Eletrônico), que será(ão) responsável(eis) pela execução dos serviços (Lei nº 5.194/66), detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA ou Conselho Federal dos Técnicos-CFT, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT ou Termo(s) de Responsabilidade Técnica - TRT, que comprovem ter o profissional capacidade para execução de serviços com características semelhantes e de complexidade operacionais equivalentes ou superiores ao objeto deste procedimento. **(art. 67, I, da Lei nº 14.133/21).**



CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA

Fls. 198

Proc. 109/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA

Fls. 071

Proc. 103/2025

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 11.3.1.4.3.1. Para a comprovação do vínculo profissional do responsável técnico com a licitante deve-se admitir a apresentação de cópia de Carteira de Trabalho (CTPS), contrato social da empresa, contrato de prestação de serviço ou, ainda, declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de anuência deste. **(ACÓRDÃO n.º 1447/2015/TCU – Plenário)**
- 11.3.1.4.4. Para fins da comprovação de que trata os subitens 11.3.1.4.2 e 11.3.1.4.3, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 11.3.1.4.3.1. **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE LINK DE ACESSO A INTERNET VIA FIBRA ÓPTICA, COM EQUIPAMENTOS EM COMODATO**
- 11.3.1.4.3.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 11.3.1.4.3.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 11.4. **Registro da empresa no CREA/CFT**, em vigência.
- 11.5. **Autorização junto à ANATEL** (Agência Nacional de Telecomunicações) para prestar os serviços especializados de SCM – Serviço de Comunicação Multimídia (Licença SCM expedida pela ANATEL), expedida em nome da empresa e em vigência.
- 11.6. Os critérios de aceitabilidade de preços serão aqueles descritos no edital respectivo.
- 11.7. As regras de desempate entre propostas são aquelas discriminadas no edital.

12. DAS PENALIDADES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- der causa à inexecução parcial do contrato;
 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - der causa à inexecução total do contrato;
 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);



PODER LEGISLATIVO

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV. Multa:

1. Moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

2. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

I. atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 5% do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 20% do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. DA ANTICORRUPÇÃO

13.1. Em demonstração de comprometimento e responsabilidade, as partes declaram conhecer e concordar integralmente com o estabelecido na Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, e se comprometem a observar e a fazer observar, inclusive por seus subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

13.2. Sendo assim, na execução do presente contrato, é vedado à requisitante e ao contratado e/ou ao empregado, preposto e/ou gestor seu:

- A) Ao longo da vigência deste ajuste e após, prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada, ou a quem quer que seja;
- B) Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2013;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



14. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 124.856,88 (cento e vinte e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela constante no item 1.2.1.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: Câmara Municipal de Imperatriz

Unidade: Câmara de Imperatriz

Ação Função: 01

Subfunção: 122

Programa: 0001

Projeto/Atividade/Oper. Especial: 2-002

01.122.0001.2-002 – Manutenção das Atividades e Projetos da Câmara

Natureza da despesa 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 500 – Recursos não vinculados de Impostos

Imperatriz/MA, 18 de dezembro de 2025

Danyelle Walkiria Flor da Conceição

Danyelle Walkiria Flor da Conceição

Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares

Portaria nº 001/2025

APROVO o Termo de Referência nos moldes delineados, à vista do detalhamento descrito no referido documento.

Adhemar Alves de Freitas Júnior
ADHEMAR ALVES DE FREITAS JÚNIOR
Presidente da Câmara Municipal



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ - MA
Fls. 008
Proc. 103/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ - MA
Fls. 075
Proc. 103/2025

Apêndice
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
ETP nº 039/2025 – DAAC/CMI

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que melhor atenderá à necessidade descrita abaixo. O objetivo principal é identificar a necessidade e verificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Este documento visa auxiliar o Departamento Administrativo e Atividades Complementares no planejamento da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato.

Ademais, como documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, este instrumento tem por finalidade caracterizar o interesse público envolvido, identificar a melhor solução dentre as possíveis e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização de Demanda – DFD nº 068/2025 – DAAC/CMI, Processo Administrativo nº 103/2025, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo Termo de Referência ou Projeto Básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

- 1.1. **Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso à internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato.
- 1.2. **Modalidade de licitação a ser adotada:** Pregão, na forma eletrônica.
- 1.3. **Critério de julgamento:** Menor preço.
- 1.4. **Critério de adjudicação:** Global.
- 1.5. **Registro de preços:** Não



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

2. JUSTIFICATIVAS

2.1. Para a contratação:

2.1.1. A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso à internet, via fibra óptica, com disponibilização de equipamentos em regime de comodato, mostra-se medida indispensável para o adequado funcionamento das atividades administrativas e legislativas do Poder Legislativo Municipal.

2.1.2. A conectividade estável e de alta capacidade constitui requisito essencial para a execução das rotinas administrativas, financeiras e operacionais da instituição, uma vez que diversos sistemas e plataformas governamentais exigem acesso contínuo à rede mundial de computadores. Entre essas atividades, destacam-se o encaminhamento de informações aos órgãos de controle externo (como Tribunais de Contas e Ministério Público), a alimentação regular do Portal da Transparência, a emissão de empenhos, liquidações e pagamentos de despesas públicas, bem como o trâmite interno de documentos e processos eletrônicos.

2.1.3. A inexistência de um link de internet com qualidade, estabilidade e segurança tecnológica compromete diretamente a efetividade das ações administrativas, podendo gerar prejuízos à publicidade e à transparência das informações públicas, princípios basilares da Administração Pública previstos no artigo 37, caput, da Constituição Federal. Além disso, a adequada prestação do serviço público legislativo demanda disponibilidade ininterrupta de rede para garantir a transmissão de sessões plenárias, o acesso remoto a sistemas de votação e gestão legislativa, e a manutenção da comunicação institucional com a sociedade e demais órgãos públicos.

2.1.4. Assim, a contratação proposta visa assegurar a continuidade e eficiência das atividades desta Casa de Leis, bem como o cumprimento das exigências legais relativas à transparência, ao controle social e à boa governança pública.

2.1.5. Ante o exposto, justifica-se a contratação dos serviços supra, objeto deste instrumento.

2.1.6. A contratação de uma empresa especializada é fundamental para garantir a qualidade dos serviços e a segurança dos usuários. A empresa deverá possuir:

2.1.6.1. Profissionais qualificados: A prestação de serviços de fornecimento de link de acesso à internet via fibra óptica, com disponibilização de equipamentos em regime de comodato demanda acompanhamento técnico especializado haja vista a complexidade envolvida na





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

instalação, manutenção, configuração e monitoramento da infraestrutura de rede. A continuidade dos serviços de conectividade é essencial para o regular funcionamento das atividades administrativas e legislativas do Poder Legislativo Municipal, que dependem de acesso ininterrupto à internet para comunicações institucionais, tramitação eletrônica de documentos, transmissões de sessões plenárias e operação dos sistemas informatizados internos.

Nesse contexto, é imprescindível que a empresa contratada disponha de profissional técnico capacitado e habilitado para supervisionar e executar as ações necessárias à implementação e ao suporte dos serviços contratados, atendendo prontamente a eventuais falhas, interrupções ou ajustes de configuração nos equipamentos fornecidos. A presença de suporte técnico especializado visa garantir a observância aos princípios da continuidade do serviço público, da eficiência e da economicidade, conforme previsto no artigo 11 da Lei nº 14.133/2021.

Além disso, o acompanhamento técnico permanente assegura a aderência do serviço contratado aos parâmetros de desempenho e qualidade exigidos nos anexos do termo de referência ou projeto básico, em consonância com o artigo 18, da Lei nº 14.133/2021. Tal exigência contribui para mitigar riscos contratuais, prevenir prejuízos decorrentes de falhas no serviço e viabilizar o cumprimento das metas de desempenho estabelecidas pela Administração Pública.

Dessa forma, justifica-se a necessidade de que a empresa contratada mantenha à disposição da Câmara Municipal profissional técnico especializado para o acompanhamento e execução dos serviços de fornecimento de link de internet, durante toda a vigência contratual, garantindo o adequado suporte técnico-operacional e o pleno atendimento às demandas do órgão contratante.

Qualificação Técnica-Profissional: comprovação de a interessada em contratar com a administração possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, ao menos um Engenheiro (Eletricista, de Telecomunicações ou Eletrônico) ou Técnico Habilitado (Eletricista, de Telecomunicações ou Eletrônico), que será(ão) responsável(eis) pela execução dos serviços (Lei nº 5.194/66), detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA ou Conselho Federal dos Técnicos-CFT, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT ou Termo(s) de Responsabilidade Técnica - TRT, que comprovem ter



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

o profissional capacidade para execução de serviços com características semelhantes e de complexidade operacionais equivalentes ou superiores ao objeto deste procedimento. (art. 67, I, da Lei nº 14.133/21). Para a comprovação do vínculo profissional do responsável técnico com a licitante deve-se admitir a apresentação de cópia de Carteira de Trabalho (CTPS), contrato social da empresa, contrato de prestação de serviço ou, ainda, declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de anuência deste. (ACÓRDÃO n.º 1447/2015/TCU – Plenário).

2.1.6.2. **Equipamentos adequados:** Ferramentas e equipamentos modernos para realizar os serviços com eficiência e segurança.

2.1.6.3. **Agilidade no atendimento:** A empresa deve ser capaz de atender às demandas da Câmara Municipal com rapidez.

2.2. **Previsão no Plano Anual de Contratações:**

Face o exposto e em observância ao que aduz o inciso IX da IN/SEGES nº 40/2020 a contratação pretendida está em conformidade com os ditames legais, uma vez que encontra previsão no Plano Anual de Contratações para o exercício de 2025.

3. **DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

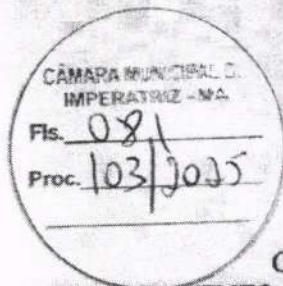
3.1. **Sugere-se como requisitos da contratação:**

- 3.1.6. O objeto do presente estudo abrange a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato.
- 3.1.7. Os serviços deverão ser executados por profissionais especializados e devidamente equipados com os EPI's adequados;
- 3.1.8. A contratada deverá fornecer os equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários para a perfeita prestação dos serviços especificados neste Documento, arcando inclusive com os custos de mobilização e transporte;
- 3.1.9. Os serviços serão executados pela empresa vencedora, não se admitindo recusa da parte daquele sob o fundamento de sobrecarga na sua capacidade.
- 3.1.10. Para fins de formulação da proposta comercial, as empresas licitantes deverão observar as particularidades e dificuldades inerentes à execução do objeto.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 3.1.11. Para que o objeto seja prontamente executado, o licitante deverá comprovar que mantém sede, filial ou escritório na cidade de Imperatriz/MA, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda do Poder Legislativo Municipal, conforme prazos indicados nas "Ordens de Serviço". Caso não possua, apresentar declaração que instalará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, filial ou escritório no Município de Imperatriz/MA, a partir da vigência do contrato.
- 3.1.12. A prestação de serviços deverá ser iniciada em até 15 (quinze) dias após a emissão da Nota de Empenho ou Ordem de Serviço.
- 3.2. **Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:**
- 3.2.1. A habilitação dos interessados deverá compreender a documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e trabalhista, à regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas federal e municipal, além do cumprimento do disposto no artigo 7º, XXXIII da Constituição Federal. Esses requisitos estão previstos nos artigos 62 e 63 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.2.2. Considerando que a contratação de uma empresa sem experiência pode comprometer a qualidade dos serviços executados, recomenda-se que seja adotada, para fins de comprovação da capacidade técnica da contratada, a apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica Operacional, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) ou Termo(s) de Responsabilidade Técnica - TRT, que comprove ter a interessada em contratar com a administração capacidade para execução de serviços com características semelhantes e de complexidade operacionais equivalentes ou superiores ao objeto da contratação. (art. 67, II, da Lei nº 14.133/21);
- 3.2.2.1. Considerando que o grau de complexidade do objeto a ser contratado não é elevado, recomenda-se um tempo de experiência mínimo de apenas 01 (um) ano na prestação dos serviços a serem contratados, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos. Quanto ao critério quantitativo, recomenda-se 30% (trinta por cento) do montante estimado para a contratação;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

3.2.2.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido pelo menos um ano do início da sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

3.2.2.3. Registro da empresa no CREA/CFT, em vigência.

3.2.2.4. Autorização junto à ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) para prestar os serviços especializados de SCM – Serviço de Comunicação Multimídia (Licença SCM expedida pela ANATEL, em nome da empresa adjudicatária), em vigência.

3.3. Do regime de execução

3.3.1. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário, nos termos do artigo 6º, inciso XXVIII da Lei nº 14.133/2021.

3.3.2. Na empreitada por preço unitário (art. 6º, XXVIII, Lei nº 14.133, de 2021), o valor é fixado por preço certo de unidades determinadas e os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, de modo que os riscos dos contratantes em relação a diferenças de quantitativos são menores. Tal regime é mais apropriado para os casos em que não se conhecem de antemão, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais da obra ou serviço: a execução das “unidades” se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos (TCU. Acórdão 1978, de 2013-Plenário, TC 007.109, de 2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013).

3.3.3. Na empreitada por preço global, cada parte assume, em tese, o risco de eventuais distorções nos quantitativos a serem executados, que podem ser superiores ou inferiores àqueles originalmente previstos na planilha orçamentária da contratação. Esse regime pressupõe um adequado nível de precisão das especificações e quantitativos do serviço, fornecendo aos licitantes todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna (art. 6º, XXIX, Lei nº 14.133, de 2021), para evitar distorções relevantes no decorrer da execução contratual (TCU. Acórdão 1978, de 2013-Plenário, TC 007.109, de 2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013).



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

3.3.4. No caso concreto analisado neste Estudo, a escolha do regime de execução "Empreitada por Preço Unitário" se deve aos seguintes fatores:

- a) O estudo aponta para a escolha de uma modalidade flexível que remunera apenas o serviço efetivamente executado, ou seja, os custos serão mensurados por serviço prestado e demandado pela fiscalização do contrato. Este modelo permite a redução dos custos inerentes à execução dos serviços e tem demonstrado eficácia para o processo de pagamento e controle.
- b) Embora tenha sido realizada uma estimativa da quantidade de serviços a serem executados periodicamente, não se conhece previamente, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais dos serviços a serem realizados, de modo que a mensuração quantitativa será obtida após a realização de medições periódicas, a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos. Nesse sentido, o valor a ser pago será calculado a partir da quantidade de serviços realizados e do respectivo custo unitário, previamente definido para cada tipo de serviço.

4. DO PROCEDIMENTO PARA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As quantidades a serem contratadas, inicialmente foram estimadas em consonância com os serviços prestados nos exercícios financeiros anteriores, bem como as demandas e levantamentos realizados pelos setores administrativos do Poder Legislativo Municipal, com especial ênfase ao Departamento de Tecnologia da Informação e Manutenção.

Tabela 01: Levantamento consolidado dos serviços

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	QTD MESES
1	Serviço de Link Dedicado Internet Banda Larga - 1.000 Mbps - Circuitos dedicados com /29, sem compartilhamento, full duplex, disponibilidade mínima de 99,9% com tecnologia de fibra óptica.	LINK	2	12
2	Equipamentos em regime de comodato: Ponto de Acesso de Wi-Fi 6 com as seguintes características mínimas: Cobertura de até 175 mts, 32 SSID, 256 clientes	UND	33	12



CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA
Fls. 240
Proc. 103/2025

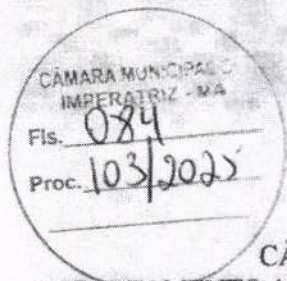


ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

simultâneos <u>por equipamento</u> , PoE, Controladora em nuvem, qualidade do serviço: 802.11 e/WMM, VLAN, ToS, Suporte de Teto, Tecnologia MU-MIMO 2x2:2 2.4 GHz 3x3:2 5 GHz de Banda Dupla com xtra range, 5 antenas individuais, Padrões de Wi-Fi: IEEE 802.11 a/b/g/n/c/ax, Velocidade Agregada de 3 Gbps, porta cabeada de 1 Gigabite, rede Mesh, Portais Cativos.			
---	--	--	--

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

1. A empresa contratada será responsável pela prestação de serviços de acesso à internet banda larga, com as seguintes especificações e condições:
 - a) **Fornecimento de Link Dedicado:** O acesso à internet deve ser dedicado, com garantia de banda contratada, sem compartilhamento e disponibilizado em modo full duplex.
 - b) **Tecnologia de Conexão:** Todos os pontos de acesso devem ser atendidos via fibra óptica, garantindo alta velocidade e estabilidade na conexão.
 - c) **Nível de Serviço (SLA):** Garantia de disponibilidade mínima de 99,9%, com suporte técnico 24 horas por dia, 7 dias por semana.
 - d) **Monitoramento e Manutenção:** O serviço deve ser monitorado continuamente. Falhas devem ser identificadas proativamente pela contratada, com informação ao adjudicante em até 30 minutos e previsão de resolução imediata.
 - e) **Equipamentos Inclusos:** Fornecimento, instalação e manutenção de todos os equipamentos necessários (ONT/ONU e os descritos no item 02 da tabela 01) serão de responsabilidade da adjudicatária, em regime de comodato.
 - f) **Ajustes de Banda:** Alterações na velocidade contratada, em até 25%, deverão ser realizadas remotamente pela prestadora em até 24 horas a partir da solicitação do Poder Legislativo.
 - g) **Relatórios Periódicos:** A prestadora deverá fornecer relatórios mensais detalhando o desempenho do serviço, incluindo dados de disponibilidade, interrupções e manutenções realizadas.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

As soluções de mercado disponíveis apresentadas neste item e que atendam aos requisitos da contratação foram pesquisadas considerando o parâmetro IV do artigo 5º da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021 e suas alterações.

5.2. Análise das soluções:

5.2.1. Consultando-se os modelos utilizados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, bem como as práticas atuais do mercado privado para execução dos serviços em questão, identificou-se as seguintes soluções para atendimento da necessidade a que se refere o presente estudo.

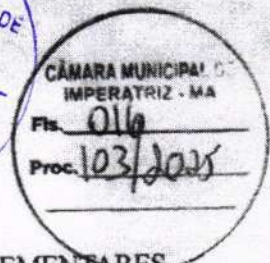
5.2.2. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso à internet, via fibra óptica, com disponibilização de equipamentos em regime de comodato.

5.2.2.1. É o modelo mais adotado por instituições públicas e privadas na contratação de serviços de fornecimento de link de acesso à internet, posto tratar-se de serviço comum cuja execução não implica em elevado grau de complexidade.

Vantagens	Desvantagens	Riscos
• Transferência de riscos de atividade a terceiros;	• Maior vulnerabilidade ao comportamento do mercado.	• Não se aplica.

5.3. Identificação das soluções:

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (OU CENÁRIO)	
1	Abertura de processo licitatório para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato.

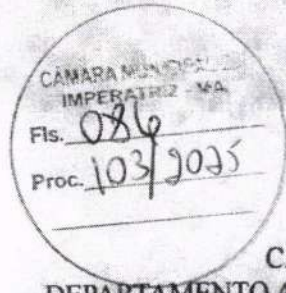


ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

5.4. Análise comparativa das soluções:

REQUISITO	SOLUÇÃO	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	X		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software).	Solução 1			X
A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software).	Solução 1			X
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG? (quando se tratar de software).	Solução 1			X
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital).	Solução 1			X
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos).	Solução 1			X





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Haverá a necessidade de capacitação de servidores para a execução da contratação?	Solução 1		X	
Haverá a necessidade de adequação do espaço físico da instituição para execução da solução?	Solução 1		X	
Haverá necessidade de aquisição de bens pela instituição para execução da solução?	Solução 1		X	

5.5. Pesquisa de mercado:

- 5.5.1. Para realizar a pesquisa de mercado e a definição dos preços foram verificados preços públicos decorrentes de licitações realizadas, a busca de contratos vigentes de objeto similar e atas de registro de preços. Os documentos relativos à pesquisa de preços estão contidos no Anexo II.
- 5.5.2. No quadro a seguir, apresenta-se as propostas recebidas para a Solução e a média dos valores por item:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	QTD MESES	P. UNT.
1	Serviço de Link Dedicado Internet Banda Larga - 1.000 Mbps - Circuitos dedicados com /29, sem compartilhamento, full duplex, disponibilidade mínima de 99,9% com tecnologia de fibra óptica	LINK	2	12	2.712,85
2	Equipamentos em regime de comodato: Ponto de Acesso de Wi-Fi 6 com as seguintes características mínimas: Cobertura de até 175 mts, 32 SSID, 256 clientes simultâneos por equipamento, PoE, Controladora em nuvem, qualidade do serviço: 802.11 e/WMM, VLAN, ToS, Suporte de Teto, Tecnologia MU-MIMO 2x2:2.4 GHz 3x3:2.5 GHz de Banda Dupla com xtra range, 5 antenas individuais, Padrões de Wi-Fi: IEEE 802.11 a/b/g/n/c/ax, Velocidade Agregada de 3 Gbps, porta cabeada de 1 Gigabite, rede Mesh, Portais Cativos.	UND	33	12	150,88



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

5.6. Soluções identificadas como inviáveis:

Não houve soluções consideradas inviáveis.

5.7. Análise comparativa de custos:

Solução – A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato, apresentou a seguinte pesquisa de mercado, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	QTD MESES	V. UNT.	V. TOTAL
1	Serviço de Link Dedicado Internet Banda Larga – 1.000 Mbps - Circuitos dedicados com /29, sem compartilhamento, full duplex, disponibilidade mínima de 99,9% com tecnologia de fibra óptica	LINK	2	12	2.712,85	65.108,40
2	Equipamentos em regime de comodato: Ponto de Acesso de Wi-Fi 6 com as seguintes características mínimas: Cobertura de até 175 mts, 32 SSID, 256 clientes simultâneos por equipamento, PoE, Controladora em nuvem, qualidade do serviço: 802.11 e/WMM, VLAN, ToS, Suporte de Teto, Tecnologia MU-MIMO 2x2:2.4 GHz 3x3:2.5 GHz de Banda Dupla com xtra range, 5 antenas individuais, Padrões de Wi-Fi: IEEE 802.11 a/b/g/n/c/ax, Velocidade Agregada de 3 Gbps, porta cabeada de 1 Gigabite, rede Mesh, Portais Cativos.	UND	33	12	150,88	59.748,48
TOTAL						124.856,88

Pesquisa: O valor obtido na pesquisa é proveniente da consulta realizada junto ao Banco de Preços, o qual trouxe à baila mais de três contratos firmados, conforme a coluna P. UNT da tabela supra.

Conclusão: O valor total estimado para a contratação totaliza **RS 124.856,88 (cento e vinte e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos).**

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.2. Considerando o estudo realizado e levantamento das soluções possíveis para o suprimento da necessidade em questão, considerou-se a mais adequada e economicamente viável, a(s) seguinte(s) solução(ões):



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 6.2.1. O objeto da contratação abrange a prestação de serviços de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato.
- 6.2.2. Para esse tipo de serviço optou-se por uma solução que remunere apenas o serviço efetivamente executado, cuja demanda deverá ser previamente ordenada pela fiscalização do contrato. Essa modalidade tem demonstrado eficácia para o processo de pagamento e controle da execução contratual.
- 6.2.3. Considerando tratar-se de serviços essenciais, o prazo de vigência da contratação será de doze meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107, da Lei nº 14.133, de 2021.

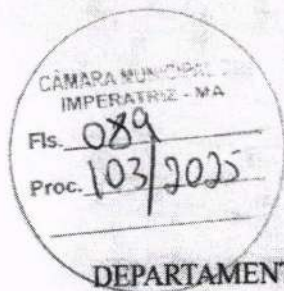
7. **JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO/AGRUPAMENTO DE ITENS**

7.1. O parcelamento da solução não é recomendável ante a indivisibilidade do objeto por itens. A contratação de serviço de fornecimento de link de acesso à internet via fibra óptica, com cessão de equipamentos em comodato, exige uma análise técnica que justifique a impossibilidade de fracionamento do objeto entre diferentes fornecedores, sob pena de comprometer a qualidade, a segurança e a gestão do serviço prestado ao Poder Legislativo Municipal.

1. Natureza integrada do serviço e dos equipamentos

O serviço de fornecimento de link de internet via fibra óptica é, por sua própria natureza técnica, um serviço de telecomunicações integrado, em que o link (conectividade) e os equipamentos de acesso (como ONU, roteadores, switches e demais dispositivos de terminação) funcionam como um conjunto único e interdependente. A Lei nº 9.472/1997 (Lei Geral das Telecomunicações) define o serviço de telecomunicações como o conjunto de atividades que envolve a transmissão, emissão ou recepção de sinais, por meio de sistemas de telecomunicações, o que pressupõe a integração entre infraestrutura física, equipamentos e configurações técnicas. No caso de link via fibra óptica, os equipamentos fornecidos em comodato são específicos para o tipo de tecnologia, protocolo e rede da prestadora vencedora do certame. Equipamentos de diferentes fornecedores, mesmo que compatíveis em tese, exigem configurações distintas, firmware específico, políticas de segurança e padrões de monitoramento, o que inviabiliza a operação conjunta em uma mesma rede.





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

2. Inviabilidade técnica da divisão entre link e equipamentos

A divisão do objeto em dois contratos distintos — um para o fornecimento do link e outro para a cessão de equipamentos em comodato — apresenta sérias dificuldades técnicas e operacionais:

- **Incompatibilidade técnica:** Equipamentos de diferentes fornecedores podem não ser compatíveis com a tecnologia de fibra óptica adotada pela empresa que vencer o fornecimento do link, o que pode gerar falhas de conexão, instabilidade, perda de pacotes e indisponibilidade do serviço.
- **Responsabilidade fragmentada:** Em caso de falha no serviço (queda de link, lentidão, intermitência), a atribuição de responsabilidade torna-se complexa. A empresa do link pode alegar defeito no equipamento, e a empresa do comodato pode alegar problema na rede, o que prejudica a gestão e a prestação de contas.
- **Dificuldade de gestão e manutenção:** A administração teria de lidar com dois contratos, dois prazos, duas garantias e dois canais de atendimento. Isso aumenta a complexidade da gestão, sobrecarrega a equipe técnica e reduz a eficiência na resolução de incidentes.

3. Necessidade de gestão unificada e qualidade do serviço

Para garantir a excelência do serviço de internet, é essencial que a prestação seja feita por uma única empresa, responsável por:

- Fornecer o link de fibra óptica com as características técnicas exigidas (banda larga, baixa latência, alta disponibilidade);
- Fornecer os equipamentos de acesso em comodato, compatíveis com sua rede e tecnologia;
- Configurar, monitorar e manter todo o conjunto (link + equipamentos);
- Garantir a continuidade do serviço, com suporte técnico integrado e responsabilidade única por eventuais falhas.

A gestão unificada facilita a fiscalização e a aplicação de penalidades, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações).

5. Conclusão da justificativa

Diante do exposto, conclui-se que:



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- O serviço de fornecimento de link de internet via fibra óptica com cessão de equipamentos em comodato é, por natureza, um serviço técnico integrado e interdependente;
- A divisão do objeto entre empresas distintas para o fornecimento do link e para a cessão dos equipamentos é tecnicamente inviável, pois gera incompatibilidade, fragmentação de responsabilidades e dificuldade de gestão;
- A contratação unificada, por meio de um único contrato, é a forma que garante a qualidade, a segurança, a continuidade do serviço e a eficiência administrativa do Poder Legislativo Municipal.

7.2. Por isso, justifica-se a contratação de empresa especializada para a prestação do serviço de forma integrada, sem possibilidade de fracionamento do objeto entre fornecedores distintos.

8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS OBTIDOS

8.2. Dentre os benefícios a serem alcançados com a contratação, podemos destacar o seguinte:

- a) A contratação integrada do link de acesso à internet via fibra óptica, com cessão de equipamentos em comodato, proporcionará resultados concretos em termos de qualidade do serviço, economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, em consonância com o art. 18, §1º, IX, da Lei 14.133/2021. Acarretará no aumento da disponibilidade do serviço, redução de ocorrências de interrupção e maior agilidade no suporte técnico, em razão da existência de um único responsável por toda a solução (link e equipamentos), o que simplificará o atendimento e a resolução de incidentes.
- b) Do ponto de vista econômico e de gestão, a unificação do objeto em um só contrato reduzirá custos indiretos de administração contratual (menor tempo despendido com gestão, fiscalização e solução de conflitos entre fornecedores) e mitigará riscos de incompatibilidade entre equipamentos e infraestrutura de rede, evitando retrabalho, deslocamentos técnicos repetidos e desperdício de recursos públicos. Ademais, o modelo adotado favorecerá a padronização dos equipamentos, facilitando inventário, controle patrimonial e planejamento de futuras manutenções, o que contribui para maior



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

eficiência e continuidade dos serviços essenciais prestados pelo Poder Legislativo Municipal à população.

9. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

9.1. Para melhor execução do serviço contratado é necessário que a instituição faça um cronograma de execução dos serviços com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data designada para o início da execução contratual.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor total estimado para a contratação da solução é de **RS 124.856,88 (cento e vinte e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos)**, conforme quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	QTD MESES	V. UNT.	V. TOTAL
1	Serviço de Link Dedicado Internet Banda Larga – 1.000 Mbps - Circuitos dedicados com /29, sem compartilhamento, full duplex, disponibilidade mínima de 99,9% com tecnologia de fibra óptica	LINK	2	12	2.712,85	65.108,40
2	Equipamentos em regime de comodato: Ponto de Acesso de Wi-Fi 6 com as seguintes características mínimas: Cobertura de até 175 mts, 32 SSID, 256 clientes simultâneos por equipamento, PoE, Controladora em nuvem, qualidade do serviço: 802.11 e/WMM, VLAN, ToS, Suporte de Teto, Tecnologia MU-MIMO 2x2:2 2.4 GHz 3x3:2 5 GHz de Banda Dupla com xtra range, 5 antenas individuais, Padrões de Wi-Fi: IEEE 802.11 a/b/g/n/c/ax, Velocidade Agregada de 3 Gbps, porta cabeada de 1 Gigabite, rede Mesh, Portais Cativos.	UND	33	12	150,88	59.748,48
TOTAL						124.856,88

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

11.1. Não há contratações que guardam relação/afinidade com o objeto da contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. O princípio do desenvolvimento nacional sustentável está previsto na nova Lei de Licitações (14.133/2021), em seus artigos 5º e 11:

"Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - ...

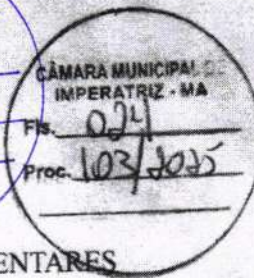
IV - Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável."

12.2. A Administração Pública deve seguir diretrizes previstas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª edição, link <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>), de setembro de 2023, da Advocacia Geral da União.

12.3. Nesse sentido, após a devida consulta do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis destacamos a inexistência de quaisquer recomendações específicas acerca da contratação do objeto, sem prejuízo de que a contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com os artigos 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

12.4. Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis.

12.5. Visar economia na utilização de máquinas, equipamentos e ferramentas contribuindo para a redução do consumo de energia, bem como na utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, em conformidade com a Lei de Eficiência Energética nº



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

10.295/01 e o decreto nº 10.779/2021, que estabelece medidas para a redução do consumo de energia elétrica no âmbito da administração pública federal, aplicável subsidiariamente *in casu*.

12.6. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários à execução dos serviços e realizar programas internos de treinamento de seus empregados, nos primeiros meses de execução contratual, para as práticas de sustentabilidade, observadas as normas ambientais vigentes.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A viabilidade da contratação se justifica, pois ao longo do estudo verificou-se que a solução proposta se mostra mais adequada, econômica e eficiente para o atendimento da necessidade apresentada.


Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Esta equipe de planejamento declara **inviável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

13.1. Aprovação e assinatura:

Em vista das informações apresentadas neste documento e considerando que foram cumpridos todos os requisitos para sua elaboração, estão de acordo com as soluções os agentes públicos signatários.

Imperatriz - MA, 08 de dezembro de 2025


Deivon de Aguiar Santos
Assessor do Departamento Administrativo
Responsável pelo Estudo Técnico Preliminar
PORTARIA/GRAT/PR nº 001/2025



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026
(Processo Administrativo nº 103/2025)
ANEXO II
MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE SERVIÇO Nº/.....,
QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ (MA) E A EMPRESA
.....

A **CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ - MA**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ nº 69.555.019/0001-09, com sede na Rua Simplicio Moreira nº 1185, Centro, Imperatriz - MA, neste ato representada por seu Presidente Sr. Adhemar Alves de Freitas Júnior, brasileiro, casado, agente político, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a _____, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 103/2025** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 001/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a prestação de serviços continuados de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 001/2026**, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATSER	UND	QTD	V. UNT.

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.1. O Termo de Referência;

1.4.2. O Edital da Licitação;

1.4.3. A Proposta do contratado;

1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em doze meses, prorrogáveis por iguais períodos até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
 - e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ____ (____)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar a Procuradoria do Poder Legislativo Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de dois dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de cinco dias úteis.
- 8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iv. Multa:

1. Moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

2. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

i. atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 11.1, de 5% do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 11.1, de 20% do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Órgão: Câmara Municipal de Imperatriz

Unidade: Câmara de Imperatriz

Ação Função: 01

Subfunção: 122

Programa: 0001

Projeto/Atividade/Oper. Especial: 2-002

01.122.0001.2-002 – Manutenção das Atividades e Projetos da Câmara

Natureza da despesa 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 500 – Recursos não vinculados de Impostos

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da cidade de Imperatriz (MA) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Imperatriz (MA), ___ de _____ de _____

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 - _____
CPF: _____

2 - _____
CPF: _____



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026
(Processo Administrativo nº 103/2025)
ANEXO III
(Proposta de Preços)

Prezados Senhores, _____ de _____ de _____

_____ (empresa), com sede na cidade de _____ à Rua _____, n.º _____, inscrita no CNPJ/MF sob o número _____, neste ato representada por _____, portador do CPF n.º _____ e R.G. n.º _____, abaixo assinado propõe à Câmara Municipal de Imperatriz – MA os preços infra discriminados para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de fornecimento de link de acesso a internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas, objeto do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026 - CPL**:

CATSER: 26484						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	QTD MESES	V. UNT.	V. TOTAL
1	Serviço de Link Dedicado Internet Banda Larga – 1.000 Mbps - Circuitos dedicados com /29, sem compartilhamento, full duplex, disponibilidade mínima de 99,9% com tecnologia de fibra óptica	LINK	2	12		
2	Equipamentos em regime de comodato: Ponto de Acesso de Wi-Fi 6 com as seguintes características mínimas: Cobertura de até 175 mts, 32 SSID, 256 clientes simultâneos por equipamento, PoE, Controladora em nuvem, qualidade do serviço: 802.11 e/WMM, VLAN, ToS, Suporte de Teto, Tecnologia MU-MIMO 2x2:2 2.4 GHz 3x3:2 5 GHz de Banda Dupla com xtra range, 5 antenas individuais, Padrões de Wi-Fi: IEEE 802.11 a/b/g/n/c/ax, Velocidade Agregada de 3 Gbps, porta cabeada de 1 Gigabite, rede Mesh, Portais Cativos.	UND	33	12		
TOTAL						

OBS: A descrição mínima do objeto deverá observar a especificação constante no termo de referência e planilha acima, que prevalecerão sobre a identificação CATSER

- Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua abertura;
- O objeto deverá ser executado no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data da emissão da “**Ordem de Serviço**” expedida pelo setor competente;
- O valor total da proposta é de R\$ _____ (_____).

Nome, Assinatura do Responsável da Empresa



CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA
Fls. 233
Proc. 1031095

Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO nº
001/2026**

ESTADO DO MARANHÃO CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ (MA) DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2026. A Câmara Municipal de Imperatriz (MA), por seu Agente de Contratação, torna público para conhecimento de todos que realizará licitação na **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico. **TIPO:** Menor Preço. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço por Global. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de fornecimento de link de acesso à internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato. **CÓDIGO UASG: 931458** BASE LEGAL: Lei nº 14.133/21 e as condições do Edital. Data de Abertura: 30 de janeiro de 2025 às 09:00 h (nove horas), horário de Brasília - DF. O Edital e seus anexos poderão ser consultados e obtidos no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br, camaraimperatriz.ma.gov.br, e, por fim, consultado, lido e obtido em sua versão impressa mediante o recolhimento de R\$: 20,00 (vinte reais) através do Documento de Arrecadação próprio, na sede do setor de licitações da Câmara Municipal de Imperatriz (MA) sito na Rua Simplício Moreira nº 1185, Centro, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas. Imperatriz (MA) 13 de janeiro de 2025. **VICTOR GABRIEL AQUINO DA SILVA - AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

Publicado por: Francisco Sávio Costa Silva
Chefe do Departamento de Licitações
Código identificador: tz07uevosm920260114100108

Departamento de Recurso Humanos

PORTARIA

PORTARIA/EXO/PR Nº 006/2026

De 14 de janeiro de 2026.

Dispõe sobre a exoneração de servidor para provimento de cargo em comissão.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 26, inciso VII, alínea "a", do Regimento Interno

RESOLVE

Art. 1º Exonerar o (a) senhor (a) **JANYLEIDE MENDES DE SOUSA**, inscrito (a) no CPF sob o nº *****.***.***-91**, que exerce o cargo em comissão **ASSESSOR AUXILIAR DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES**.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO.

Adhemar Alves de Freitas Júnior

Presidente da Câmara Municipal de Imperatriz

Publicado por: Danyelle Walkiria Flor da Conceição
Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares
Código identificador: jrgz8xk8wf520260114180100



Linha de Fundo

Dema de Oliveira
demadeoliveira@gmail.com

AGENDA DE HOJE

Campeonato Carioca – Taça GB – 1ª fase – 1ª rodada

17h00 – Sampaio Corrêa x Nova Iguaçu – Lourivaldão
19h00 – Portuguesa x Botafogo – Luso Brasileiro
21h30 – Vasco x Maricá – São Januário

Campeonato Paulista – 1ª fase – 2ª rodada

19h00 – Botafogo x Noroeste – Santa Cruz
19h00 – Bragantino x Corinthians – Cicero Marques
21h45 – São Paulo x São Bernardo – JMorumbi

Campeonato Gaúcho – 1ª fase – 2ª rodada

19h00 – Ypiranga x Guarani – Colosso da Lagoa
19h00 – Mosoon x Internacional – Francisco Noveletto

ABSURDO

Quando falei da boa estrutura do estádio Dário Santos em São José de Ribamar, estava me referindo às dependências, e não ao gramado, porque eu sabia que tinham plantado grama lá havia poucos dias e evidente que não pegaria assim da noite para o dia. Na realidade foi um absurdo e eu diria até falta de responsabilidade da Luminense e da FMF, marcar um jogo para um estádio inacabado. É de se lamentar. E o Imperatriz calado estava, calado ficou, não falou nada, não manifestou e não protestou.

COPINHA

Chegou em sua terceira fase, cujos jogos apenas de ida, já começaram desde ontem, que jogaram: Botafogo x Guanabara City, Cruzeiro x Ponte Preta, Ferroviária x Santos. Os demais jogos fechando a quarta rodada, serão realizados hoje e são os seguintes: Bragantino x Canaã DF, São Paulo x Operário=PR, Juventude x Botafogo, Fortaleza x Itaquacetuba, Fluminense x Ituano, Palmeiras x Flamengo-SP, Internacional x Nacional-SP. Dos times do Rio, não está nessa fase o Vasco, que foi eliminado na segunda fase. O Flamengo não está disputando a Copinha.

COMO NÃO

Nesta questão aí do peladão onde deveria ter grama no Dário Santos, teve gente que disse que isso não é de responsabilidade da FMF. Como não é? Claro que é. Se a FMF quisesse, teria vetado esse absurdo. Mas preferiu lavar as mãos. Quería ver se fosse jogos do Sampaio, Moto ou Maranhão, se um jogo desse seria marcado para o Dário Santos. O Luminense precisa também ter mais responsabilidade, pois isso não afeta somente os adversários, mas também o próprio. O presidente do Luminense só está interessado em renda, como ele disse, não com a integridade física dos jogadores. Na nota que o Luminense emitiu, só lamentou a ausência da torcida.

CRaque DO KART

Talento e dedicação definem o jovem piloto maranhense Matias Dominguez. Aos 11 anos, ele integra um seleto grupo de pilotos que estão fazendo história no esporte. O maranhense inicia 2026 celebrando seu terceiro título brasileiro: Campeão na categoria Rotax 'Micro Max'. Matias cruzou a linha de chegada em primeiro lugar na disputa realizada em novembro do ano passado, no Kartódromo Granja Viana, em Cotia (SP). No entanto, após um toque com outro competidor, foi punido com cinco segundos, caindo para a quarta posição geral. O piloto recorreu da decisão e conseguiu reverter a punição após votação em dezembro, na sessão do Pleno do Supremo Tribunal de Justiça Desportiva do Automobilismo (STJDA).

CURTINHAS

*Não sei se vai melhorar, mas já passou da hora de definir logo essa situação da FMF**O Futebol maranhense corre um grande risco de ser punido pela Conmebol e FIFA e não disputar nada a nível nacional em 2027**Não se sabe porque ainda não resolveram esse problema, que era em 90 dias e já tem mais de seis meses**O futebol maranhense está a deriva, os clubes continuam pagando para jogar porque a FMF não contribui em nada, e ainda correndo risco de não terem nada em 2027**O Saldanha durou apenas uma rodada como treinador do Tuntum**Marlon Cutrim pode ser o substituto**Saldanha é bom de vestiário, mas é um sujeito meio arrogante, principalmente quando ele está por cima**Não costuma manter a humildade**Aí nem todo mundo gosta**Trata-se de um bom treinador, mas ninguém é perfeito**O Flamengo não foi eliminado da Copinha, na verdade não está disputando a competição esse ano**Tudo posso naquele que me fortalece (Félpense 4.13). Uma quinta-feira iluminada a todos, na Graça e Paz do Senhor!*

Imperatriz perde para o Luminense e se complica no Campeonato Maranhense

Cavalo de Aço perdeu por 1 x 0 em jogo da segunda rodada

Gabriel Dias/SID



Imperatriz perdeu e se complica no estadual

Dema de Oliveira

Em jogo realizado na tarde desta quarta-feira (14), o Imperatriz jogou contra o Luminense, em partida válida pela 2ª rodada da primeira fase do Campeonato Maranhense de 2026.

O jogo foi realizado, mesmo contra a vontade do Imperatriz, no estádio Dário Santos, em São José de Ribamar, cujo gramado sem total condição. Entretanto, tem de ser levado em consideração que o gramado não prejudicou apenas o Imperatriz.

O Imperatriz perdeu por 1 x 0, com gol de Índio Potiguar, nos minutos finais do primeiro tempo. O time, na verdade, não jogou bem e se não contratar reforços pode se complicar e ficar fora das principais competições em 2027, além de correr risco de rebaixamento. Com a derrota, o Imperatriz permaneceu com apenas 1 ponto, fruto do empate com o Sampaio e pode sair do G-4. O Luminense se mantém na liderança, agora com 6 pontos, com 100% de aproveitamento.

Próximo jogo do Imperatriz será contra o ITZ Sport no próximo sábado. O Luminense encara o Moto no Dário Santos, no próximo domingo. A Sociedade Imperatriz de

Desportos emitiu uma nota nesta quarta-feira (14), onde manifestou profunda indignação com as condições do gramado do Estádio Dário Santos, local da partida contra o Luminense.

Segundo a diretoria do clube, uma avaliação prévia constatou que o campo não oferece condições mínimas para o futebol profissional. O principal ponto de preocupação é a integridade física dos jogadores, que estariam expostos a riscos reais de lesões devido às irregularidades do piso.

O Imperatriz questionou os critérios de aprovação da prática esportiva pela Federação Maranhense de Futebol (FMF). Para o clube, permitir jogos em gramados precários compromete a credibilidade da competição e desvaloriza o espetáculo.

“A valorização da competição passa, obrigatoriamente, por condições mínimas de jogo. Decisões dessa natureza colocam em pauta o respeito dispensado aos clubes e aos atletas”, diz trecho do comunicado.

O Imperatriz reiterou que está aberto ao diálogo, mas espera medidas urgentes para preservar a saúde dos profissionais envolvidos.

Definidos os jogos da segunda rodada da fase de grupos da Copa do Trabalhador de Futebol Soçaité

Os jogos estão programados para este domingo, nas Arenas disponibilizadas

Dema de Oliveira

A coordenação da Copa do Trabalhador de Futebol Soçaité 2026, definiu os jogos da segunda rodada da fase de grupos da Competição. Os jogos estão programados para serem realizados neste domingo 18 de janeiro de 2026 nas Arenas disponibilizadas. A novidade nessa rodada são os jogos que foram definidos para serem realizados neste sábado, dia 17 a entre 16 e 18 horas, todos na Arena Tocauto.

Confira os locais e horários das partidas, fase de grupos, 2ª rodada:

Sábado 17/01/26

ARENA TOCAUTO

16h00 – Contabilidade FC x Sindicato dos Vigilantes
17h00 – Motoca x Nacional FC
18h00 – Fuji Motors x Em Vidros

Domingo 18/01/26

ARENA BOTAFOGO I

08h00 – Ecoservice x Itaipava
09h00 – A Renovar x Fibrato
10h00 – Vale das Carretas x Armazém Paraíba

ARENA BOTAFOGO II

08h00 – Imprensa/Influenciadores x Vila Primus
09h00 – Feirão Magazine x Dist. Rio Paraíba
10h00 – Médicos e Veterinário x Topázio

ARENA BOTAFOGO III

08h00 – Oncabo x Nova Luz/Suprema
09h00 – ITZ Autocenter x Supermercado Leandro
10h00 – Dout. OAB Imperatriz x Mercantil Avenida

ARENA ARCANJO I

08h15 – Império Ceará x Carrão Acessórios
09h15 – Friobom x Tamandaré 95
10h15 – Fribal x Ferroviários

ARENA ARCANJO II

08h15 – Imperial Shopping x Muller Alimentos Ltda
09h15 – CFM Bacuri 92 x Marinho Compensados
10h15 – FPS/FCUnimed x 50º BIS Duque de Caxias

ARENA ARCANJO III

08h15 – Atalãs Colchões x Engenheiros e Técnicos
09h15 – Carimbos Aliança x Liliani Magazine/Jupiter
10h15 – Engenheiros e Técnicos Master x Equatorial



Nacional FC volta a jogar neste sábado, contra a Motoca

ARENA BOM DE BOLA I

08h15 – Dentistas FC x Bombeiro Civil
09h15 – Martelinho de Ouro x ARCSPMIA
10h15 – Polícia Militar x J Cardoso Ferro e Aço

ARENA BOM DE BOLA II

08h15 – Os Gaseiros x Medcenter
09h15 – Jupiter Internet x Representantes Beta
10h15 – PM Sargento Adriano x Representantes Alfa

ARENA BOM DE BOLA III

08h15 – Praxis Construtora x Solar FC Coca Cola
09h15 – Polícia Militar Pará x Metalpar
10h15 – Pref. Brejão x Pref. Imperatriz

ARENA BOM DE BOLA IV

08h15 – Prefeitura São Miguel x Educação Física FC
09h15 – Polícia Militar Pará x Metalpar
10h15 – Prefeitura Davinópolis x Claudio Auto Peças

ARENA BASE – Camaçari

08h00 – Matsuda x Doces Pioneiro
09h00 – Cruzeiro do Sul x Auto Leve
10h00 – Imperagro x Hot Bel

ARENA TOMESÃO I

08h15 – Lucas Diesel x Atacadão JP
09h15 – Prefeitura João Lisboa x Autogiro
10h15 – Ind. Bumba de Alimentos x Sindicato Bancários

ARENA TOMESÃO II

08h15 – Atlas Autotintas Decor x Urbano Norte
09h15 – Fisioterapeuta x Despachantes
10h15 – Empresários x Educação Física FC

ARENA NACIONAL

08h30 – Horizonte x Alvará FC
09h30 – Ultra Popular x Grupo Nádia



INSTITUTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DO CIDADÃO E CONSUMIDOR DO ESTADO DO MARANHÃO PROCON/MA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2026 - CSL/PROCON - INÍCIO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 16 de janeiro de 2026 às 09:00h. **FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** até dia 22 de janeiro de 2026 às 08:59h. **DATA E HORÁRIO ABERTURA:** 22 de janeiro de 2026 às 09:00h. **TIPO:** MENOR PREÇO POR LOTE. **LOCAL:** Será realizada na forma eletrônica. **ENDEREÇO ELETRÔNICO:** <http://www.compras.ma.gov.br> **E-MAIL PARA CONTATO:** cslprocon.viva@gmail.com. **OBJETO:** A contratação tem por objetivo a aquisição de equipamentos para a modernização da ASCOM-PROCON-MA. A dispensa de licitação rege-se pela Lei 14.133/2021. Este AVISO e seus anexos estão à disposição dos interessados na página <http://www.compras.ma.gov.br> e na Av. Marechal Castelo Branco, Nº 848 – São Francisco - São Luís / MA - CEP: 65.010-190, onde poderão ser consultados e obtidos gratuitamente para gravação em CDR-W ou pen drive do interessado em adquirir o instrumento. São Luís – MA, 13 de janeiro de 2026. **YURY VASCONCELOS SOUSA AGENTE DE CONTRATAÇÃO SUBSTITUTO PROCON/MA.**

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EMSERH

AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2026 - CL/EMSERH PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.110215.28399- EMSERH OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento em consignação de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) com equipamento em comodato, para procedimentos cirúrgicos de urologia, padronizados pela tabela SUS- (SIGTAP), para atender as necessidades do HOSPITAL DA ILHA-MA, administrada pela EMSERH. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço LOTE. **DATA DA ABERTURA:** 27/01/2026 às 09h00min, horário de Brasília-DF. **Local de Realização:** www.licitacoes-e.com.br Edital e demais informações disponíveis em www.emserh.ma.gov.br e www.licitacoes-e.com.br **Licitação nº {1086157}** Informações adicionais serão prestadas na CL/EMSERH localizada, na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, pelos e-mails csl.emserh.ma@gmail.com e/ou thyago.csl.emserh@gmail.com, ou pelo Telefone (98) 3235-7333. São Luís (MA), 13 de janeiro de 2026. **Francisco Assis do Amaral Neto** Presidente da CL/EMSERH Matrícula nº 536.

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 244/2025 - CL/EMSERH PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.110215.03953-EMSERH OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de reagentes para realização de exames destinados as análises sorológicas/imunológicas em equipamentos automatizados, sob regime de comodato, com metodologia compatível por Quimioluminescência, Eletroquimioluminescência ou Fluorimetria destinados a atender às necessidades do Instituto Oswaldo Cruz/Laboratório Central de Saúde Pública do Estado do Maranhão (IOC/LACEN-MA). **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO POR LOTE. **DATA DA SESSÃO:** 27/01/2026, às 09h00min, horário de Brasília. **MOTIVO DO ADIAMENTO:** Impugnação ao Edital não respondida em tempo hábil. **ID nº {1085513}** **Local de Realização:** www.licitacoes-e.com.br Edital e demais informações estão disponíveis em www.emserh.ma.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Informações adicionais serão prestadas na CL/EMSERH localizada, na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA no horário de 08h00min as 12h00min e das 14h00min as 18h00min de segunda a sexta, pelos e-mails csl.emserh.ma@gmail.com e/ou edynaira.emserh@gmail.com, ou pelo Telefone (98) 3235-7333. São Luís (MA), 13 de janeiro de 2026. **Edynaira Fernandes Rocha de Oliveira Sousa** Agente de Licitação da EMSERH Matrícula nº 12.754.

CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS - MA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 001/2026 A Câmara Municipal de Bom Jesus das Selvas, Ma, através da Comissão de contratação torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores, Licitação na modalidade Pregão - Eletrônico na sua forma Eletrônico, do tipo Menor preço por item, sob o Regime de fornecimento, objetivando: formação de registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais, insumos, periféricos, equipamentos de informática e equipamentos de áudio e vídeo para atender as necessidades da Câmara Municipal de Bom Jesus das Selvas/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório. **ABERTURA:** 28 de janeiro de 2026, às 08h00min, através da plataforma: <https://licita-net.com.br/>. Para mais informações, solicitar no e-mail cpl@cmbomjesusdasselvas.ma.gov.br. Bom Jesus das Selvas, Ma, 13 de janeiro de 2026. **Josué da Conceição Nascimento - Agente de Contratação.**

CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ - MA

CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ (MA) DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2026. A Câmara Municipal de Imperatriz (MA), por seu Agente de Contratação, torna público para conhecimento de todos que realizará licitação na **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico. **TIPO:** Menor Preço. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço por Global. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de fornecimento de link de acesso à internet via fibra óptica, com equipamentos em comodato. **CÓDIGO UASG: 931458** **BASE LEGAL:** Lei nº 14.133/21 e as condições do Edital. **Data de Abertura:** 30 de janeiro de 2025 às 09:00 h (nove horas), horário de Brasília - DF. O Edital e seus anexos poderão ser consultados e obtidos no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br, camaraimperatriz.ma.gov.br, e, por fim, consultado, lido e obtido em sua versão impressa mediante o recolhimento de R\$: 20,00 (vinte reais) através do Documento de Arrecadação próprio, na sede do setor de licitações da Câmara Municipal de Imperatriz (MA) sito na Rua Simplício Moreira nº 1185, Centro, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas. Imperatriz (MA) 13 de janeiro de 2025. **VICTOR GABRIEL AQUINO DA SILVA - AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALDEIAS ALTAS - MA

AVISO DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO-CONCORRÊNCIA ELETRONICA Nº 002/2026 MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRONICA Nº 002/2026 **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALDEIAS ALTAS - MA. ORGÃO REALIZADOR:** Comissão Permanente de Licitação; **BASE LEGAL:** Lei nº 14.133/2021 e suas alterações. **TIPO:** Menor Preço; **OBJETO:** Contratação de empresa especializada, no ramo da construção civil, visando a **CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS**, na RUA ABÍLIO ARAÚJO E RUA SÃO FRANCISCO no município de Aldeias Altas - MA. **LOCAL/SITE:** <https://compras.m2atecnologia.com.br/>; **Data:** 30 de janeiro de 2026 às 08:00hs (Oito horas). O edital e seus anexos, poderão ser obtidos nos endereços eletrônicos <https://compras.m2atecnologia.com.br> e <https://aldeiasaltas.ma.gov.br> e <https://www.gov.br/pncp/pt-br>; e Informações pelo E-mail: cplaldeiasaltas@gmail.com ou no endereço: Avenida Joao Rosa, S/N, Centro, Aldeias Altas - MA. No horário das 8h (oito horas) às 12h (doze horas). Em nenhuma hipótese haverá entrega de edital fora do horário previsto neste aviso de licitação. Aldeias Altas 13 de janeiro de 2026. **AGENTE DE CONTRATAÇÃO CPL:** Livia Regina Rodrigues Serra.